



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2021**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Gestor atual: **JOSÉ VITORINO PRÉSTES**

Gestor das Contas: **JOSÉ VITORINO PRÉSTES**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Ofício de Encaminhamento (Ofício 52-2022 TCE)
- Relatório do Controle Interno (Relatório controle Interno - Executivo 2)
- Relatório do Controle Interno (Certificados)
- Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP)
- Publicação de Lei Municipal (Lei 1274-2006 - Funprev e Publicação)
- Publicação de Lei Municipal (LEI Nº 2090-2020 FUNPREV)
- Publicação de Lei Municipal (Decreto 192-2020)
- Publicação de Lei Municipal (Publicação Lei 2090-2020)
- Publicação de Lei Municipal (Publicação Decreto 192-2020 - Alíquota)
- Outros Documentos (Ata 01-2022 Conselho Fundeb)
- Outros Documentos (Parecer Conselho Fundeb)
- Outros Documentos (Parecer Conselho Transporte Escolar)
- Outros Documentos (Ata 03-2022 CMS)
- Outros Documentos (Resolução 03-2022 CMS)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE PINHÃO, CNPJ 76.178.011/0001-28, através do(a) Representante Legal JOSÉ VITORINO PRÉSTES, CPF 192.972.709-72**

Curitiba, 31 de março de 2022 14:54:46



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 220313/22

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 220313/22

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2021

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Gestor atual: **JOSÉ VITORINO PRÉSTES**

Gestor das Contas: **JOSÉ VITORINO PRÉSTES**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Ofício de Encaminhamento (Ofício 52-2022 TCE)
- Relatório do Controle Interno (Relatório controle Interno - Executivo 2)
- Relatório do Controle Interno (Certificados)
- Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP)
- Publicação de Lei Municipal (Lei 1274-2006 - Funprev e Publicação)
- Publicação de Lei Municipal (LEI Nº 2090-2020 FUNPREV)
- Publicação de Lei Municipal (Decreto 192-2020)
- Publicação de Lei Municipal (Publicação Lei 2090-2020)
- Publicação de Lei Municipal (Publicação Decreto 192-2020 - Aliquota)
- Outros Documentos (Ata 01-2022 Conselho Fundeb)
- Outros Documentos (Parecer Conselho Fundeb)
- Outros Documentos (Parecer Conselho Transporte Escolar)
- Outros Documentos (Ata 03-2022 CMS)
- Outros Documentos (Resolução 03-2022 CMS)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE PINHÃO, CNPJ 76.178.011/0001-28, através do(a) Representante Legal JOSÉ VITORINO PRÉSTES, CPF 192.972.709-72**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 31 de março de 2022 15:28:12



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Ofício n.º 52/2022

Pinhão Pr., 30 de Março de 2022

Assunto: *Prestação de Contas Municipal exercício de 2021*

Senhor Presidente,

MUNICÍPIO DE PINHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.178.011/0001-28, com sede administrativa à Avenida Trifon Hanyasz, n.º 220, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ VITORINO PRESTES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.025.907/Pr, inscrito no CPF sob o n.º 192.972.709-72, residente e domiciliado na Localidade de Faxinal dos Carvalhos, neste Município de Pinhão/Pr, vem à presença de Vossa Excelência encaminhar os documentos de Prestação de Contas Municipal, da entidade acima, referente ao exercício financeiro de 2021, bem como informar que existe também:

Autarquia municipal:

- Fundo de Previdência Municipal de Pinhão

– CNPJ n.º 04.598.400/0001-00;



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Consórcios:

- Consórcio Intermunicipal Vale do Rio Jordão CRJ, – CNPJ n.º 17.851.062/0001-00;
- Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste– CNPJ n.º 03.601.519/0001-13;
- Consórcio Intermunicipal de Saúde Cisgap – CNPJ n.º 07.540.117/0001-07;
- Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CNPJ n.º 3.273.207/0001-28;

ambos com contabilidade descentralizadas.

Sem mais para o momento desde já agradecemos

Atenciosamente,




José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Fabio Camargo

DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Praça N. Sra. Salete, s/nº - Centro Cívico – CEP 80.530-910

Curitiba – Pr.

MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

(EXECUTIVO)

Exercício de 2021

1. Normatização

- ✓ Lei Municipal n.º 1.190/2005 - Criação do Sistema de Controle Interno;
- ✓ Lei Municipal n.º 1.362/2007- Altera redação do art. 1º da Lei 1.190/2005 e dá outras providencias;
- ✓ Decreto nº 318/2007 – Regulamento do Sistema de Controle Interno;
- ✓ Decreto nº 317/2007 – Aprova Regimento da Controladoria do Município de Pinhão;
- ✓ Decreto n.º 073/2010 – Institui procedimentos de Controle Interno no âmbito da administração direta e indireta;
- ✓ Decreto n.º 23/2010 – Nomeação cargo efetivo através de concurso público;
- ✓ Decreto n.º 26/2021 - Designando o Controlador Interno do Município.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno no exercício de 2021 e pela emissão deste relatório

1.º CONTROLADOR	
Nome: Thaisa Vargas de Oliveira	CPF: 046.992.639-25
Período de responsabilidade: 01/01/2021 a 31/12/2021	
Servidor ocupante de cargo efetivo? (x) SIM () NÃO	
Nome do cargo efetivo ocupado: Técnico Financeiro	
Formação Acadêmica: - Graduação Bacharel em Ciências Contábeis (09/05/2013); - Pós Graduação em Gestão Pública (18/07/2014) - Graduação Bacharel em Direito (05/10/2019);	
Cursos de capacitação: - Noções de direito Administrativo – Controle Interno (09/02/2021); - A Função Fiscalizadora dos Tribunais de Contas (15/02/2021);	

- TAG – Termo de Ajustamento de Gestão: Introdução (23/03/2021);
- TAG – Controle Consensual da Administração Pública (24/03/2021);
- TAG – Controle Externo e o TAG (24/03/2021);
- TAG – Termo de Ajustamento de Gestão no TCE-PR (31/03/2021);
- Curso avançado de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (26/04/2021 a 19/05/2021);

3. Atividades Desenvolvidas pelo Controle Interno no exercício de 2021

Nº	Período avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada (*)	% ou amostra avaliada	Conclusão
1	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de normas e regulamentos e os respectivos controles aplicáveis à concessão de adiantamentos, como também aos pagamentos de diárias; • Controles de receitas e despesas relacionados com o FUNDEB; • Acompanhamento dos saldos por fontes de recursos; • Acompanhamento de saldos bancários negativos; • Acompanhamento do pagamento de encargos financeiros decorrentes de atraso no pagamento das obrigações; • Acompanhamento das conciliações bancárias e regularização dos saldos; • Verificação da obediência da ordem cronológica de pagamentos por fontes; • Verificação e cobrança de solução nas pendências de conciliações bancárias; • Verificação das aplicações financeiras em especial dos recursos do Fundo Previdenciário; • Verificação do correto fluxo de documentos relacionados a pagamentos e a evitando a retenção de Notas Fiscais em setores da administração. • Acompanhamento das retenções de tributos e impostos nos pagamentos quando devidos; • Acompanhamento da 	Análise de documentos.	70%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			verificação da regularidade fiscal do fornecedor quando dos pagamentos.			
2	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação junto ao registro da execução orçamentária e extra orçamentária; • Verificação da existência, atualização e adequação dos registros dos Livros ou Fichas de controle orçamentário, do Diário, do Razão, do Caixa, dos Boletins de Tesouraria e dos livros da Dívida Ativa, em conformidade com as normas legais; • Verificação sobre a obrigatoriedade da guarda dos livros nos arquivos do órgão e/ou entidade; • Verificação se os livros informatizados estão devidamente assinados digitalmente, de modo a garantir que os dados não sejam mais alterados; • Atuação na geração e consolidação dos demonstrativos contábeis, bem como a finalização da prestação de contas anual a ser encaminhada ao TCE, observando os prazos estabelecidos; • Atuação na geração e consolidação dos demonstrativos exigidos pela LRF - LC N.º 101/2000, assim como o controle dos prazos regulamentares estabelecidos para a sua divulgação e remessa ao TCE; • Controle dos registros das despesas não empenhadas por competência. • Verificação da classificação orçamentária dos empenhos para repasse aos consórcios conforme o contrato de rateio; • Atuação junto às unidades responsáveis para o correto fluxo de documentos; • Atuação junto às unidades para solução de pendências que impliquem na distorção dos balanços e informações contábeis. 	Análise de documentos.	80%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

3	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Gestão Fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento do limite das despesas com pessoal e em caso de extrapolação medidas adotadas para recondução aos limites – redução de 1/3; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação das informações de natureza orçamentária e financeira – lei da transparência; • Acompanhamento dos limites constitucionais de aplicação em saúde e educação; • Realização de audiências públicas para avaliação das metas fiscais; • Acompanhamento do resultado nominal e primário; • Verificação da correta contabilização das despesas com contratos de terceirização de mão de obra. 	Análise de documentos, acompanhamento de apontamentos preliminares encaminhados pelo TCE e orientações.	80%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.
4	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Compras, Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none"> • Averiguação da existência, manutenção e adequação das normas procedimentos para aquisição de bens e serviços, observados os requisitos legais para realização de licitação, inclusive os parâmetros para os casos de dispensa e inexigibilidade; • Verificação da existência dos processos devidamente formalizados notadamente os registros e atas pertinentes aos processos licitatórios; • Acompanhamento da execução dos contratos celebrados pela administração notadamente o cumprimento das obrigações dos contratados; • Acompanhamento das alterações contratuais • Receber de qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica representação contra vícios ou irregularidades licitatórios e/ou contratuais, nos termos do art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/1993; • Apurar editais com cláusulas restritivas, que afastem possíveis concorrentes; 	Análise de documentos, verificação do Mural de Licitação do TCE/PR.	60%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			<ul style="list-style-type: none"> • Investigar editais que não respeitam os termos da Lei Complementar nº 147/2014, no que pertine à priorização à micro e pequena empresa; • Examinar a expedição de Convites sempre para os mesmos proponentes; • Pesquisar a configuração de eventuais fracionamentos licitatórios; • Analisar a contratação direta por emergência não caracterizada. 			
5	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Planejamento e Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do PPA para o quadriênio seguinte e avaliação do PPA vigente, com proposição, se necessário, de revisões nas diretrizes estabelecidas no plano, principalmente quanto à indicação por programa de governo das metas físicas e os custos dos projetos; • Verificação da proposta da LOA e acompanhamento / controle de sua execução; acompanhamento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolsos; e verificação se a LOA está detalhada até o elemento de despesa e se está permitindo, de forma genérica, alteração pelos mecanismos da transposição, remanejamento e transferência, os quais dependem de lei formal específica. • Controle na limitação de empenhos e na movimentação financeira, quando necessário, nas situações condicionadas pelas limitações impostas pela LC 101/2000 (LRF); • Acompanhamento dos estudos para estimativa do impacto orçamentário e financeiro, quando da concessão de benefícios fiscais dos quais decorram renúncia de receitas (art. 14 - LRF), geração de novas despesas (art. 16 - LRF), ou no caso de aumento das despesas de caráter continuado (art. 17 - LRF); • Acompanhamento das despesas com pessoal, ações 	Análise de documentos, acompanhamento das audiências públicas e elaboração dos projetos do PPA, LDO e LOA.	90%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			<p>para redução do limite no caso de alertas, acompanhamento da necessidade e regularidade de pagamento de horas extras e necessidades de recursos humanos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do cumprimento e a execução das metas previstas no PPA, LDO e LOA. 			
6	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de cadastro atualizado de pessoal - servidores efetivos, à disposição, cedidos, comissionados e contratados temporariamente; • Manutenção de controles de processos de admissão, exoneração e aposentadoria de servidores efetivos e comissionados; • Manutenção de controle sobre concessão de vantagens pessoais, direitos, adicionais à remuneração e promoções; • Existência de Plano de Cargos e Salários compatível com a legislação vigente; • Geração e encaminhamento dos demonstrativos legais dos atos de pessoal ao Tribunal de Contas, em conformidade com os instrumentos normativos vigentes; • Controle dos registros que se relacionem com a folha de pagamento de pessoal, bem como administrar as retenções legais pertinentes; • Manutenção de programas para avaliação de desempenho dos servidores; 	Análise de documentos.	70%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

7	1º; 2º; 3º; 4º e 5º Bimestres de 2021	Consórcios Intermunicipais	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da proposta do Plano de Ação de Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) para o exercício seguinte e controle da execução do orçamento corrente, inclusive as modificações realizadas através de créditos adicionais; • Verificação da proposta de Orçamento do Consórcio e acompanhamento / controle de sua execução, acompanhamento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso; • Verificação da proposta de Contrato de Rateio a ser firmado com os entes consorciados; • Acompanhamento e controle do cumprimento do Contrato de Rateio pelos entes consorciados e das medidas adotadas quando inadimplente; • Acompanhamento e controle do parcelamento de Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; • Acompanhamento quanto ao fornecimento das informações necessárias para consolidação nas contas dos entes consorciados de todas as despesas realizadas com recursos oriundos do Contrato de Rateio; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal aplicáveis aos Consórcios; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária aplicáveis aos Consórcios; • Acompanhamento da divulgação realizada pelo Consórcio do Estatuto, do Orçamento; do Contrato de Rateio, das demonstrações contábeis; do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, para fins de transparência. 	Análise de documentos.	50%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.
---	---------------------------------------	----------------------------	---	------------------------	-----	---

8	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Regime Próprio de Previdência	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da base cadastral atualizada dos beneficiários segurados, com a devida adequação às normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS; • Manutenção de mecanismos de controle para a concessão de benefícios previdenciários; • Estabelecimento de mecanismos de controle da receita previdenciária e das aplicações financeiras; • Acompanhamento dos processos de credenciamento das instituições financeiras nas quais os recursos previdenciários estão aplicados; • Estabelecimento de normas aplicáveis aos controles na realização de despesas administrativas para adequação aos limites estabelecidos na legislação previdenciária dos RPPS; • Acompanhamento regular dos critérios adotados pelo MPS para emissão de certidões e do Certificado de Regularidade Previdenciária, promovendo as Ações necessárias no caso de saneamento de irregularidades impeditivas de sua emissão; • Avaliação contínua das disponibilidades e das obrigações do RPPS, com acompanhamento gerencial pelos balancetes mensais e a consequente prestação de contas anual encaminhada ao TCE. • Realização de avaliação atuarial e respectivas reavaliações em cada exercício financeiro • Verificação da adequação dos percentuais de contribuição previdenciária (patronal / servidor) estabelecidos no cálculo atuarial com a legislação Específica pertinente. • Acompanhamento dos repasses das contribuições previdenciárias e dos aportes para cobertura de déficit previdenciário; 	Análise de documentos.	70%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.
---	---	-------------------------------	---	------------------------	-----	---

9	1º Bimestre	Controle Interno de Frota	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento e controle do uso da frota de veículos e de outros equipamentos utilizados nos serviços de apoio; • Realização de manutenções preventivas e corretivas em veículos equipamentos utilizados nos serviços de apoio; • Existência de controles de peças e pneus utilizado, bem como do consumo de combustíveis e de quilometragem percorrida. 	Análise de documentos.	30%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.
10	1º Quadrimestre	Gestão Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à Agenda de Obrigações – Instrução Normativa emitida pelo TCE/ PR anualmente; • Acompanhamento da entrega da prestação de contas anual ao TCE/PR – parte documental; • Acompanhamento da entrega dos dados eletrônicos ao Sistema SIM/AM; • Fidelidade dos dados enviados ao TCE/PR em relação ao Sistema de Informações Municipais – SIM/AM; • Encaminhamento pelo Poder Executivo da prestação de contas anual para a Câmara Municipal; • Acompanhamento dos julgamentos das prestações de contas – decisões do TCE/PR e no caso do Poder Executivo Municipal pelas respectivas Câmaras; • Verificação do cadastro da entidade junto ao TCE/PR; Interlocução entre a Procuradoria Municipal e as áreas de interesse na solução de desvios e desobediência às normas detectados pelo Tribunal de Contas em processos de apuração (PCA, Inspeções, Auditorias, Representações e outros); • Verificação do cumprimento no disposto no Decreto Federal 10.540/2020, e a elaboração do Plano de Ação do SIAFIC. 	Análise de documentos.	90%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

11	1º Bimestre	Convênios e Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento e cumprimento de normas e procedimentos para planejamento, celebração, controle e prestação de contas de convênios e parcerias, tanto na condição de concedente de recursos como na de tomador; • Certificar-se do funcionamento do fluxo da formalização dos acordos (apreciação dos setores jurídico e contábil); • Avaliação da capacidade operacional da administração pública para celebrar convênios e parcerias; • Capacitação de fiscais de convênios e gestores de parcerias; • Estabelecimento e cumprimento de normas e procedimentos para a tomada de contas de convênios e parcerias; • Acompanhamento de impropriedades detectadas na execução de convênios e parcerias. • Avaliação da capacidade da administração pública para acompanhar a execução da parceria; • Avaliação da vantajosidade para a administração pública em firmar a parceria; • Avaliar se as parcerias foram adequadamente planejadas com objetivos claramente, etapas bem dimensionadas, as despesas previstas guardam relação direta com o objeto da parceria; • Avaliação da regular execução da parceria, plano de trabalho, movimentação financeira, comprovante de despesas. 	Análise de documentos.	50%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.
----	-------------	-----------------------	--	------------------------	-----	---

4. Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4

Nos relatórios foram apontadas as falhas, principalmente quanto a erros formais, que conforme orientação foram corrigidos pelo Executivo.

Controle Interno recebeu e orientou os funcionários contra vícios ou irregularidades licitatórios e/ou contratuais, nos termos do art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/1993, houve a apuração de editais em relação à cláusulas restritivas, que afastem possíveis concorrentes, investigação quanto a aplicação da Lei Complementar nº 147/2014, no que pertine à priorização à micro e pequena empresa nos editais e de licitação e eventuais fracionamentos licitatórios.

Controle Interno orientou quanto a necessidade de contratação de novas tabelas base para critério de valoração para atribuição de desconto nos processos de Licitação, visando evitar a restrição da competitividade e impactos na economicidade.

Orientou-se quanto os limites legais para duração dos contratos e para que sejam sempre analisados os critérios de sua utilização, ainda, que os processos licitatórios sejam realizados em tempo hábil para que os serviços e/ou bens não sejam interrompidos, observando os princípios norteadores da Administração Pública.

Foram realizados o acompanhamento de Demandas e Apontamento Preliminar de Acompanhamento realizados pelo TCE/PR, com verificação das medidas saneadoras a serem adotadas pelo Executivo.

Não foi realizada auditoria interna, os Relatórios do Controle Interno de Acompanhamento foram realizados de forma bimestral e encaminhados ao conhecimento do Prefeito Municipal, devendo ser encaminhadas cópias aos setores competentes para que todos tenham conhecimentos dos itens analisados, conclusões e orientações; para que a partir disto tome-se as medidas necessárias.

5. Síntese das avaliações

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)
Planos e Políticas de Governo	
Cumprimento das metas contidas no Plano Plurianual	REGULAR
Eficácia da aplicação das políticas de governo	REGULAR
Estimativas da receita em bases conservadoras	REGULAR
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	REGULAR
Ações e programas do PPA previstos para o período	REGULAR
Execução Orçamentária	
Realização da receita e renúncia fiscal	REGULAR
Medidas para cobrança da dívida ativa	REGULAR
Programação financeira e congelamento de dotações	REGULAR
Alterações Orçamentárias	
Créditos suplementares	REGULAR

Créditos especiais	REGULAR
Créditos extraordinários	REGULAR
Regimes Próprios de Previdência Social	
Repasse das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial	REGULAR
Pagamentos dos parcelamentos das dívidas com a previdência própria	REGULAR
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	
Ato de nomeação dos membros (Anexar cópia do ato a este relatório)	Decreto n.º 182/2021
Composição	Número de membros: 22
Funcionamento – regularidade das reuniões	RESSALVA
Qualidade das informações prestadas	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2021 (Conforme Anexo 1 deste Relatório).	REGULAR
Conselho Municipal de Saúde	
Ato de nomeação dos membros (Anexar cópia do ato a este relatório)	Decreto n.º 91/2021
Composição	Número de membros: 30
Funcionamento – regularidade das reuniões	RESSALVA
Qualidade das Informações prestadas	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2021 (Conforme Anexo 2 deste Relatório).	REGULAR
Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde é executada de forma	Centralizada
Comitê Municipal do Transporte Escolar	
Lei de criação	Lei Municipal n.º 1.924/2015
Ato de nomeação dos membros	Decreto n.º 381/2021 e n.º 240/2019
Parecer do Comitê em relação às competências descritas no Art. 17 da Resolução nº 777/2013-GS/SEED	REGULAR
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	
Apropriação contábil da despesa	REGULAR
Limite de gastos	REGULAR (44,48%)
Dívida Consolidada	
Apropriação contábil da dívida	REGULAR
Limite da dívida consolidada	3,58%
Limites Constitucionais	
Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	REGULAR (24,79%)
Índice das despesas com serviços públicos de saúde	REGULAR (EMPENHADO 17,67% - LIQUIDADO 16,81%)
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Compatibilidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) com os sistemas da entidade, como por exemplo as demonstrações contábeis e os	REGULAR

relatórios de execução orçamentária (RREO) e gestão fiscal (RGF)	
--	--

(*) Programa mínimo indicado pelo Tribunal e Contas

(**) Avaliação = Regular, Irregular ou Ressalva

6. Considerações relevantes quanto ao item 6 do Relatório

6.1 – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Não houve regularidade nas reuniões do Conselho de Acompanhamento do Controle Social do FUNDEB, ressalva-se que devido as medidas restritivas impostas pela pandemia do COVID-19 não poderiam haver reuniões presenciais, com isso o Conselho realizou apenas algumas reuniões de forma virtual, o que ao final do exercício de 2021 não comprometeu o acompanhamento, fiscalização e demais atos do conselho.

6.2 - Conselho Municipal de Saúde

Não houve regularidade nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde, ressalva-se que devido as medidas restritivas impostas pela pandemia do COVID-19 não poderiam haver reuniões presenciais, com isso o Conselho realizou na maior parte dos encontros reuniões de forma virtual, o que ao final do exercício de 2021 não comprometeu o acompanhamento, fiscalização e demais atos do conselho.

7. Demais ações desenvolvidas

Quando a Acórdão n.º 284/21 do Tribunal Pleno do TCE/PR, foram realizados orientações junto a Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração e ao Prefeito Municipal, onde foram até o momento estão sendo cumpridos as recomendações compiladas no Quadro de Recomendações – Auditoria em Receita Pública – PAF 2020, o que se seguirá no próximo exercício.

Referente a Demanda 215831, objeto da fiscalização 1958/19 , foram realizados orientações junto a Secretaria Municipal de Administração e ao Prefeito Municipal, onde foram realizadas as recomendações cabíveis e está sendo acompanhando o cumprimento das medidas adotadas.

Em relação a fiscalização n.º 779/2021, APA n.º 21597, foram realizados orientações junto a Secretaria Municipal de Administração, Procuradoria e ao Prefeito Municipal, está sendo acompanhando as medidas adotadas para o cumprimento da APA.

8. Participação em Consórcios Intermunicipais

CNPJ	Razão Social
03.273.207/0001-28	Consórcio Intergestores Paraná Saúde
07.540.117/0001-07	Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISGAP
03.601.519/0001-13	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná
17.851.062/0001-00	Consortio Intermunicipal Vale do Rio Jordão
04.598.400/0001-00	Fundo de Previdência Municipal de Pinhão - FUNPREV

9. Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal

Foram encaminhados os documentos abaixo para a Câmara Municipal em 31/03/2022, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar n.º 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldos financeiros em caixa e bancos em 31/12/2021, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de Balanço previstos no art. 101 da Lei 4.320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2021, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2021, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.

AVALIAÇÃO DA GESTÃO
(PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de Controle Interno no exercício financeiro de 2021, do **CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PINHÃO**, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Pinhão - Pr 31 de dezembro de 2021.



Thaisa Vargas de Oliveira
Controladora Interna



Universidade Norte do Paraná

Estado do Paraná



O Reitor da Universidade Norte do Paraná,
no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a conclusão em 15 de dezembro de 2012 do
Curso de Graduação em Ciências Contábeis
e a sessão solene de colação de grau em 23 de março de 2013, confere o título de

Bacharela em Ciências Contábeis a

Thaísa Vargas de Oliveira

brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida a 13 de abril de 1988, RG 9.460.930 5-PR, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim
de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Londrina, 09 de maio de 2013.

Thaísa Vargas de Oliveira
Diplomada

Prof. Cleber Fagundes Ramos
Reitor



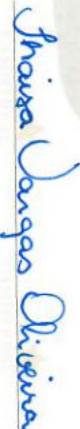
CENTRO
UNIVERSITÁRIO
CAMPO REAL
EXCELENCIA EM ENSINO SUPERIOR

Diploma de Bacharelado em Direito

O Reitor do Centro Universitário Campo Real, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão em 05 de julho de 2019 do Curso de Direito e a colação de grau em 06 de setembro de 2019, confere o título de **Bacharelado em Direito a** **Chaisea Vargas de Oliveira**, brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida aos 13 dias do mês de abril do ano de 1988, portadora da Carteira de Identidade nº. 9.460.930 5 SSM/PR, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todas as direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 05 de outubro de 2019.


Professor Edson Aires da Silva
Reitor


Chaisea Vargas de Oliveira
Diplomanda

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

(Instituição Expedidora e Registradora)

UB - Campo Real Educacional S.A
CNPJ 03.291.761/0001-38

Credenciado pela Portaria Ministerial, nº 718, de 27 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 145, Seção 1, de 30 de julho de 2018, pág. 19.

CURSO DE DIREITO


Reconhecido pela Portaria Ministerial, nº 801, de 09 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 217, Seção 1, de 12 de novembro de 2018, pág. 44.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

Credenciado pela Portaria Ministerial, nº 718, de 27 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 145, Seção 1, de 30 de julho de 2018, pág. 19, tendo como Reitor o Professor Edson Aires da Silva.

Diploma registrado sob nº 815, Livro 2, Fls. 315, Processo 815, de 05/09/2019, por delegação de competência do Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e do Artigo 5º da Portaria nº 1.095, de 25 de outubro de 2018.

Guarapuava, 22 de outubro de 2019.


Leonice Salateski Menon
Registrador(a) de Diplomas

Por delegação de competência, nos termos do Ato de Nomeação nº 17/2018, da Reitoria, de 13 de dezembro de 2018.



FACULDADE
SÃO BRAZ

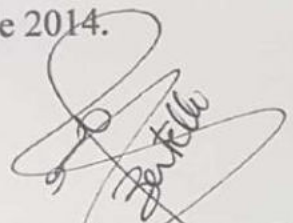


Certificado

O Diretor Geral da **Faculdade de Educação São Braz**, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Pós Graduação "Latu Sensu" em **GESTÃO PÚBLICA - 490h**, consoante nos termos do § 1 do artigo 7 da Resolução nº 1 de 2007 do Conselho Nacional de Educação, outorga a **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**, portadora do **R.G. 9.460.930-5 SESP-PR** o presente Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 18 de julho de 2014.

Thaiza Vargas Oliveira
Participante


Elisângela Bertelli
Diretora Acadêmica



Certificado de Participação

Conferido à: **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**

CPF: **046.992.639-25** Município/UF: **PINHÃO-PR**
Entidade: **SECRETARIA DE FINANÇAS DE PINHÃO**

Evento: **A FUNÇÃO FISCALIZADORA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

Data/Período: **9 DE FEVEREIRO DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **2 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Origem e Evolução dos Tribunais de Contas;
- Tribunal de Contas na Constituição Federal;
- Funções do Tribunal de Contas;
- Fiscalização Realizada pelo TCE/PR.

Curitiba, 15 de Fevereiro de 2021



Nestor Baptista

Certificado

Conferido à: **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**

CPF: **046.992.639-25** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **SECRETARIA DE FINANÇAS DE PINHÃO**

Evento: **CURSO AVANÇADO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Data/Período: **26 DE ABRIL À 19 DE MAIO DE 2021**

Local: **PLATAFORMA TEAMS**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **24 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Nova lei de licitações e contratos, transição, reestruturação administrativa; novidades; Planejamento das contratações, procedimentos, equipe, estudos preliminares, participação do fiscal e gestor; Gerenciamento e alocação de riscos.
- Plano anual de contratações; Portal nacional de contratações públicas; Regulamentação, procedimentalização e manualização dos processos de trabalho; Cláusulas contratuais obrigatórias;
- Garantias contratuais; Subcontratação parcial e total; Vigência; Alteração contratual;
- Formalização das alterações; Atores; Controle interno; Preposto;
- Indicação e designação; Fiscal contratual; Gestor contratual; Prerrogativas da administração pública;
- Equilíbrio econômico do contrato; Reajuste, pactuação, revisão; Execução contratual; Plano de fiscalização contratual;
- Falhas; Fiscalização dos débitos previdenciários e trabalhistas da contratada; Ações orientadoras para o bom desempenho contratual; Processo administrativo em razão do descumprimento ao contrato;
- Meios alternativos de resolução de controvérsias; Impugnações; Penalidades; Rescisão; Responsabilização do gestor/fiscal.

Curitiba, 25 de Maio de 2021



Helio Gilberto Amaral
Diretor da Escola de Gestão Pública



Fabio Camargo
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certificado de Participação

Conferido à: **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**

CPF: **046.992.639-25** Município/UF: **PINHÃO-PR**
Entidade: **SECRETARIA DE FINANÇAS DE PINHÃO**

Evento: **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO - CONTROLE
INTERNO**

Data/Período: **17 DE DEZEMBRO DE 2020**
Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Controle Interno.
- Regime constitucional e legal.
- A estruturação do Controle Interno.
- A função do Controlador Interno.
- Observações da Lei Orgânica e jurisprudência.

Curitiba, 9 de Fevereiro de 2021



Nestor Baptista

Certificado de Participação

Conferido à: **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**

CPF: **046.992.639-25** Município/UF: **PINHÃO-PR**
Entidade: **SECRETARIA DE FINANÇAS DE PINHÃO**

Evento: **TAG - CONTROLE CONSENSUAL DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Data/Período: **15 DE FEVEREIRO DE 2021**
Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Controle Externo.
- Mecanismos.
- Distribuição das funções de Controle Externo no Brasil.
- Mecanismos de controle consensuais.

Curitiba, 24 de Março de 2021



Nestor Baptista

Certificado de Participação

Conferido à: **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**

CPF: **046.992.639-25** Município/UF: **PINHÃO-PR**
Entidade: **SECRETARIA DE FINANÇAS DE PINHÃO**

Evento: **TAG - CONTROLE EXTERNO E O TAG**

Data/Período: **15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Termo de Ajustamento de Gestão. Características.
- Racionalidade.
- Aplicabilidade nos Tribunais de Contas brasileiros.
- Aplicabilidade.
- Exemplos no Brasil.

Curitiba, 24 de Março de 2021



Nestor Baptista

Certificado de Participação

Conferido à: **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**

CPF: **046.992.639-25** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **SECRETARIA DE FINANÇAS DE PINHÃO**

Evento: **TAG - TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO NO TCE-PR**

Data/Período: **15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Termo de Ajustamento de Gestão. Previsão normativa.
- Jurisprudência aplicada.
- Discussão de casos no TCE-PR.

Curitiba, 31 de Março de 2021



Nestor Baptista

Certificado de Participação

Conferido à: **THAISA VARGAS DE OLIVEIRA**

CPF: **046.992.639-25** Município/UF: **PINHÃO-PR**
Entidade: **SECRETARIA DE FINANÇAS DE PINHÃO**

Evento: **TAG - TERMOS DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO:
INTRODUÇÃO**

Data/Período: **15 DE FEVEREIRO DE 2021**
Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Administração Pública Consensual.
- LINDB e o Modelo de Consensualização.
- Releitura dos Princípios de Direito Administrativo.

Curitiba, 23 de Março de 2021



Nestor Baptista



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Pinhão UF: PR

CNPJ Principal: 76.178.011/0001-28

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 31/01/2022
VÁLIDO ATÉ 30/07/2022

N.º 987765 -
206355



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

LEI N.º 1.274/2006

DATA: 02/10/2006

SÚMULA: Dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de Pinhão, cria a Unidade Gestora FUNPREV e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica reestruturado nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão – RPPS, destinado aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas Autarquias e Fundações Públicas, de caráter contributivo, com Fundo Próprio, autonomia administrativa, técnica e financeira.

Parágrafo Único. Fica o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão – RPPS, denominado como Fundo de Previdência Municipal de Pinhão – FUNPREV.

Art. 2º. O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão, tem por objetivo assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição e falecimento.

Art. 3º. O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão reger-se-á pelos princípios constitucionais e pelos decorrentes da legislação aplicável.

CAPÍTULO II



Município do Pinhão

2

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA

Art. 4º. Os Beneficiários do FUNPREV de que trata esta Lei Classifica-se em:

I – Segurados;

II – Dependentes.

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 5º. São beneficiários do Programa de Previdência de que trata esta Lei:

I – Na qualidade de segurado ativo, o servidor público em atividade, titular de cargo de provimento efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo suas Autarquias e Fundações Públicas; e

II – Na qualidade de segurados inativos, os servidores que recebem proventos do Fundo de Previdência do Município de Pinhão.

§ 1º O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato filia-se ao FUNPREV, pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo.

§. 2º Incluem-se na condição de segurados os servidores municipais ativos, titulares de cargo efetivo do Poder Executivo e Legislativo, incluídos os de suas Autarquias e Fundações que se encontrem cedidos ou em disponibilidade.

§. 3º Não se insere no rol de beneficiários a que se refere este artigo o servidor ocupante exclusivamente, de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como os detentores de emprego público ou de outro cargo temporário, os agentes públicos temporários de qualquer espécie e os detentores de mandatos eletivos que não sejam titulares de cargos de provimento efetivo.

§. 4º Na hipótese de acumulação de cargos efetivos, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

Art. 6º. O Segurado inativo que voltar a ocupar cargo de provimento efetivo acumulável, na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal deverá contribuir ao FUNPREV em relação a este cargo, respeitando-se o limite legal estabelecido para o recebimento de proventos.



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 7º. O Segurado ativo que se ausentar da Administração Municipal, respeitando-se as condições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pinhão para concessão de licença ou afastamento, sem remuneração, poderá contribuir facultativamente ao FUNPREV, desde que declare sua intenção junto à administração do Fundo, no ato em que obtiver a licença.

§. 1º O segurado a que se refere este artigo verterá, para o FUNPREV, a parcela referente à sua remuneração de contribuição estabelecida no Art. 63, acrescida da parcela que seria de obrigação do Município conforme estabelecido no Art. 62 desta Lei.

§. 2º Os períodos em que o segurado ativo contribuir facultativamente serão computados como tempo de contribuição.

§. 3º O pagamento da contribuição facultativa deverá corresponder ao mês de exercício, sendo vedada sua realização em caráter antecipado ou retroativo, a qualquer título.

§. 4º O pagamento da contribuição facultativa será registrada pela Diretoria Financeira da Unidade Gestora após a apresentação da Guia de Recolhimento de Contribuição Facultativa (GRCF).

I - O pagamento da contribuição deve ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, no estabelecimento bancário em que FUNPREV mantiver movimento financeiro, ou estabelecimento conveniado;

II - O atraso no recolhimento criará para o servidor a obrigação de pagamentos dos acréscimos moratórios estabelecidos nesta lei;

III - A inadimplência, por prazo superior a trinta dias, acarretará a perda da qualidade de segurado.

SEÇÃO II

DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

Art. 8º. A perda da qualidade de segurado ocorrerá nas hipóteses de:

I - Falecimento;

II - Perda da titularidade do cargo que ocupa, mesmo na inatividade; e

III - Atraso no recolhimento previsto para as contribuições facultativas.

Art. 9º A consolidação da perda da qualidade de segurado apenas surtirá efeito após a decisão administrativa irrevogável, necessária para a vacância do cargo de provimento



Município do Pinhão

4

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

efetivo na Administração Pública Municipal ou em face da formalização, pelo segurado ativo, do pedido de exoneração voluntária, ou licença sem remuneração.

Art. 10. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade, com exceção ao segurado que estiver contribuindo facultativamente, situação em que haverá apenas a suspensão de seus direitos.

SEÇÃO III

DOS DEPENDENTES

Art. 11. São beneficiários do Programa de Previdência de que trata esta Lei Complementar, na condição de dependente do segurado:

I – O cônjuge ou convivente, na constância do casamento ou união estável;

II – Os filhos menores de 18 anos, e os que forem considerados inválidos ou incapazes.

Parágrafo Único. O Ex-Cônjuge, ou ex-convivente, credor de alimentos, enquanto persistir nessa condição, será considerado beneficiário na forma estabelecida em Regulamento.

III – Do menor que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda ou tutela.

§ 1º Ao nascituro, cuja filiação seja reconhecida, será assegurada a condição de dependente.

§ 2º Considera-se convivente a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada, na forma da legislação pertinente, especialmente do artigo 226 da Constituição Federal.

SEÇÃO IV

DA PERDA DA CONDIÇÃO DE DEPENDENTE

Art. 12. A perda da condição de dependente ocorre:

I – Para o(a) cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento;



Município do Pinhão

5

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

c) pelo óbito, e

e) por sentença judicial transitada em julgado;

II – Para o convivente, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida prestação de alimentos;

III – Para o (a) filho(a) e equiparados:

a) pelo adimplemento da maior idade, pelo casamento, pela cessação da invalidez ou incapacidade; e

b) pela emancipação;

SEÇÃO V

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DEPENDENTES

Art. 13. Para efeitos de inscrição e obtenção de benefícios é presumida a dependência econômica dos dependentes indicados nos incisos I, II e III do Artigo 11, exceto seus parágrafos.

1º Relativamente aos demais possíveis dependentes elencados nesta Lei, a relação de dependência econômica deve ser comprovada nos termos em que se dispuser em Regulamento de Benefícios.

§ 2º Para a inscrição dos inválidos e incapazes, far-se-á a necessária comprovação de que a invalidez ou incapacidade é anterior ao fato gerador do benefício, não sendo admitida a inscrição daquele que, nessa condição, não seja solteiro ou possua renda.

§ 3º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 4º A manutenção do benefício deferido ao dependente inválido ou incapaz perdurará enquanto subsistir a situação de invalidez ou incapacidade que lhe deu causa e desde que subsistente o estado civil e a ausência de renda por parte do beneficiário.

Art. 14. Para efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no Art. 12, inciso II, a, serão adotados os critérios de definição de maioridade estabelecida na Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

SEÇÃO VI



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DA FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

Art. 15. - Os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo do Município de Pinhão, do Legislativo e do Executivo, bem como de suas autarquia e fundações, ativos ou inativos e os dependentes em gozo de benefícios, estão, automática e obrigatoriamente inscritos no – FUNPREV.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Administração fornecerá ao FUNPREV os dados cadastrais disponíveis de cada um dos servidores e dependentes, bem como a documentação relativa aos mesmos.

§ 2º - O FUNPREV poderá, se necessário, exigir, a qualquer tempo, do servidor ou dependente que complemente a documentação, no prazo máximo de 2 (dois) meses da data da solicitação, sob pena de suspensão quanto à fruição de benefícios.

Art. 16. - Os servidores públicos do Município de Pinhão, do Legislativo e do Executivo, bem como de suas autarquias e fundações serão, ao tomarem posse, compulsoriamente inscritos no – FUNPREV de que trata esta lei, como segurados ativos.

§ 1º Para efetivação do previsto no “caput” desse artigo, o servidor preencherá e firmará os documentos de inscrição, com indicação de seus dependentes, para os efeitos de também inscrevê-los, acompanhado de documentação hábil.

§ 2º As modificações na situação cadastral do segurado, ou de seus dependentes deverão ser imediatamente comunicados ao FUNPREV, com a apresentação da documentação comprobatória.

§ 3º No ato de inscrição, o servidor declarará obrigatoriamente qual o tempo de serviço anterior, sob qualquer regime que irá averbar para efeito de aposentadoria na qualidade de servidor municipal, apresentando a documentação correspondente.

§ 4º O servidor terá o prazo de 06 (seis) meses, a contar da data de inscrição, para formalizar a averbação objeto do parágrafo anterior.

§ 5º Os servidores públicos ativos, inativos e dependentes em gozo de benefícios, na data de vigência da presente lei, uma vez inscritos no – FUNPREV, deverão atender ao disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, respectivamente no prazo de 4 (quatro) meses, a contar da notificação para tal fim.

§ 6º Não atendidos os prazos estabelecidos nos §§ 4º e 5º deste artigo, caberá ao Município tomar as providências necessárias a que o servidor promova a averbação do tempo de serviço, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da comunicação formalizada pelo FUNPREV, após o que o ônus decorrente da mesma correrá por conta do último.

Art. 17. Os dependentes enumerados no Art. 11 poderão promover sua inscrição, se o segurado tiver falecido, sem tê-la efetivado.



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 18. A inscrição é pré-requisito para a percepção de qualquer benefício.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA

SEÇÃO I

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 19. – O programa de Previdência do FUNPREV compreende os seguintes benefícios:

I – Em relação ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria por idade;

II – Em relação ao dependente:

- a) Pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão;

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 20. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico-pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 41.



Município do Pinhão

8

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

§ 2º Os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, não poderão ser inferiores a 70 % do valor calculado na forma estabelecida no art. 41.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - O acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - A doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - O acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.



Município do Pinhão

9

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

§ 5º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia, entre outras doenças graves, contagiosas ou incuráveis, especificadas em Lei Federal.

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

§ 8º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 9º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

SEÇÃO III

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 21. O segurado será aposentado aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 41, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo do Governo Federal.

Parágrafo Único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Art. 22. Caso o segurado já receba proventos de aposentadoria decorrentes da concessão de alguma das prestações no Plano de Benefícios deste Regime será vedado o recebimento cumulativo desta com a aposentadoria compulsória, salvo se decorrente de cargos acumuláveis na forma disposta pela Constituição da República.

SEÇÃO IV

DA APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO



Município do Pinhão 10

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 23. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 41, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - Tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - Sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

SEÇÃO V

DA APOSENTADORIA POR IDADE

Art. 24. O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - Tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

SEÇÃO VI

DA PENSÃO POR MORTE



Município do Pinhão

11

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 25. - Por morte do segurado, o conjunto de seus dependentes fazem jus ao recebimento de proventos de pensão, da seguinte forma:

I - Em caráter definitivo, a partir da data do falecimento;

II - Em caráter provisório, por morte presumida, a partir das datas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.

§ 1º - A pensão poderá ser concedida, em caráter provisório:

a) mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão;

b) em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência mediante prova hábil.

§ 2º - Após decorridos 5 anos de ausência ou desaparecimento, a pensão será transformada em definitiva, desde que apresentada a competente sentença declaratória.

§ 3º - Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé de qualquer dos beneficiários.

Art. 26. - A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeito a contar da data da habilitação.

Art. 27. - A pensão por morte somente será devida ao dependente inválido se for comprovada pela perícia do FUNPREV a existência de invalidez na data do óbito do segurado.

§ 1º - O dependente inválido receptor de pensão por morte está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do FUNPREV.

§ 2º - O dependente menor de idade que se invalidar antes de completar vinte e um anos deverá ser submetido a exame médico-pericial, a cargo do FUNPREV, não se extinguindo a respectiva cota se confirmada a invalidez.

Art. 28. - A pessoa que recebia, do segurado falecido, pensão de alimentos de caráter indenizatório deverá buscá-la junto aos dependentes daquele, nos termos das disposições constantes do Código Civil Brasileiro.

Art. 29. - Não terá direito à pensão por morte o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado o óbito do segurado.



Município do Pinhão ¹²

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

§ 1º - Até o trânsito em julgado da sentença penal, o dependente indicado no caput deste artigo receberá a parcela da pensão por morte que fizer jus através do depósito que será realizado em juízo e cuja liberação se dará após sua absolvição.

§ 2º - Uma vez condenado o dependente, as parcelas depositadas em juízo serão liberadas e revertidas para os demais dependentes.

§ 3º - Caso não haja dependentes para reverter as parcelas depositadas em juízo, estas serão incorporadas ao patrimônio do FUNPREV.

Art. 30. - A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos, em partes iguais.

Parágrafo Único. Reverterá em favor dos demais dependentes, a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

Art. 31. - O pagamento da quota individual da pensão por morte cessará:

I - Pela morte do dependente;

II - Para o dependente menor de idade, pela emancipação ou ao completar 21 anos, salvo se for inválido;

III - Para o dependente inválido, pela cessação da invalidez, verificada em exame médico-pericial a cargo do FUNPREV.

Parágrafo Único. Com a extinção da cota do último pensionista, a pensão por morte será encerrada.

Art. 32. - A pensão por morte corresponderá:

I - Ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, da Constituição Federal acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - Ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

SEÇÃO VII

DO AUXÍLIO RECLUSÃO



Município do Pinhão ¹³

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 33. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que tenha remuneração igual ou inferior a R\$ 623,44 (seiscentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), que não perceber remuneração dos cofres públicos e corresponderá a última remuneração do segurado no cargo efetivo.

§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao FUNPREV pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

CAPÍTULO III

DO ABONO ANUAL



Município do Pinhão

14

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 34. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão pagos pelo FUNPREV.

Parágrafo Único. O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo FUNPREV, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

CAPÍTULO IV

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 35. Ao segurado do FUNPREV que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentação com proventos calculados de acordo com o art. 41 quando o servidor, cumulativamente:

I - Tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - Tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - Contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea *a* deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 23 e § 1º, na seguinte proporção:

I - Três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2003;

II - Cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O segurado professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de



Município do Pinhão

15

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

magistério no Município de Pinhão, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 42.

Art. 36. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 23, ou pelas regras estabelecidas pelo art. 35, o segurado do FUNPREV que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Município, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º do art. 23, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - Vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - Dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo Único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 37. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 23 ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 35 e 36 desta Lei, o servidor, que tenha ingressado no serviço público do Município, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:



Município do Pinhão 16

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

I – Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – Vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – Idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade do art. 23, II, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo Único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 41, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 38. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 39. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do FUNPREV, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 38, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

CAPÍTULO V

DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 40. O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos art. 23 e 35 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 21.

§ 1º O abono previsto no caput será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de



Município do Pinhão 17

ESTADO DO PARANÁ
GNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no caput e § 1º, mediante opção pela permanência em atividade.

CAPÍTULO VI

DAS REGRAS DE CÁLCULOS DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 41. No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos art. 20, 21, 23, 24 e 35 será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I – Inferiores ao valor do salário-mínimo;



Município do Pinhão ¹⁸

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

II – Superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 6º As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§ 7º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 8º Os proventos, calculados de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no art. 43.

§ 9º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§ 10 Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 23, não se aplicando a redução de que trata o § 1º do mesmo artigo.

§ 11 A fração de que trata o *caput* será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 8º.

§ 12 Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Art. 42. Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os art. 20, 21, 23, 24 e 35 serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, de acordo com a variação integral do INPC.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 43. É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 40.



Município do Pinhão

19

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Parágrafo Único. O disposto no *caput* não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 41, respeitado, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

Art. 44. Ressalvado o disposto nos art. 20 e 21, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 45. A vedação prevista no § 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos servidores que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 46. Para fins de concessão de aposentadoria pelo FUNPREV é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 47. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS.

Art. 48. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do FUNPREV.

Art. 49. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo FUNPREV, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 50. O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, a cada ano, a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 51. Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I – Ausência, na forma da lei civil;

II – Moléstia contagiosa; ou



Município do Pinhão ²⁰

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

III – Impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da Lei.

Art. 52. Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I – A contribuição e valores devidos pelos segurados e pensionistas para custeio do Programa de Previdência de que trata esta Lei;

II – O valor devido pelo beneficiário ao Município;

III – O valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo FUNPREV;

IV – O imposto de renda retido na fonte;

V – A pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e

VI – As contribuições e mensalidades autorizadas pelos beneficiários.

Parágrafo Único. Na hipótese de inciso II, o desconto será feito em parcelas de forma que não exceda 25% (vinte e cinco por cento) do valor do benefício, salvo quando ocorrer comprovada má-fé do beneficiário, caso em que, o desconto poderá ser de até 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício.

Art. 53. Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e nas hipóteses do art. 40, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 54. Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pelo FUNPREV, ressalvadas as aposentadorias previstas nos art. 23, 24, 35, 36 e 37 que observarão os prazos mínimos previstos naqueles artigos.

Parágrafo Único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no *caput*, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.



Município do Pinhão ²¹

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 55. Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas jurídicas pertinentes.

Art. 56. Nos casos em que o processo de inativação for desaprovado pelo T.C.E. e pela justiça comum, sendo o servidor obrigado a retornar à função, ficará o município de Pinhão obrigado a restituir aos cofres do FUNPREV, os valores pagos, bem como a contribuição patronal e funcional.

Art. 57. É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município.

CAPÍTULO VIII

DO REGIME DE FINANCIAMENTO

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

Art. 58. O Regime Próprio de Previdência Social de que trata esta Lei deverá ser financiada mediante modelo de divisão de massas.

Parágrafo Único. Para efeitos deste artigo e nos termos estabelecidos em avaliação atuarial o conjunto de beneficiários do Programa de Previdência do Município de Pinhão será segregado em fundos distintos, assim considerados o Fundo Financeiro, sob regime financeiro de repartição e o Fundo Previdenciário, sob o regime financeiro de capitalização.

Art. 59. O Fundo Financeiro terá por finalidade o custeio dos benefícios dos atuais segurados inativos e pensionistas e dos atuais segurados ativos que ingressaram no serviço público do Município de Pinhão, antes de 31/07/1995 (trinta e um de julho de mil novecentos e noventa e cinco).

§ 1º O Fundo Financeiro atenderá, ao pagamento dos benefícios que forem devidos aos dependentes vinculados aos segurados mencionados no *caput* deste artigo.

§ 2º O Fundo Financeiro receberá aportes mensais conforme apontar o cálculo atuarial anual, que deverá ser homologado pelo Conselho de Administração do FUNPREV.



Município do Pinhão ²²

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 78.178.011/0001-28

§ 3º O aporte de que trata o parágrafo anterior deverá ser realizado até dia 10 do mês subsequente.

§ 4º Na hipótese de atraso no recolhimento do aporte, o Município verterá para o FUNPREV, juros moratórios de 01% (um por cento) ao mês e multa, também moratória, diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) até o limite máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao total do aporte, reajustado pelo INPC, ou Índice oficial de atualização monetária da época, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, inclusive, se for o caso, custas e honorários de advogados.

Art. 60. O Fundo Previdenciário terá por finalidade o custeio dos benefícios dos segurados ativos que ingressaram no serviço público do Município de Pinhão, depois 01/08/1995 (primeiro de agosto de mil novecentos e noventa e cinco).

§ 1º Aqueles que, a partir da publicação desta Lei, ingressarem no serviço público do Município de Pinhão serão vinculados ao fundo de que trata o *caput* deste artigo:

Art. 61. Os Fundo Financeiro e Previdenciário serão compostos:

I – Pelas contribuições mensais dos segurados e dos pensionistas a eles vinculados e pela respectiva contribuição do Município e Legislativo;

II – Por doações efetivadas pelo Município e que especificamente lhe forem destinadas;

III – Pelo produto das aplicações realizadas com os seus recursos.

IV – Por recursos oriundos da compensação previdenciária com o INSS e outros regimes previdenciários, havidas de benefícios devidos aos segurados que lhe são vinculados;

V – Pelos recursos financeiros do Fundo de Previdência Municipal – FUNPREV, depositados em conta bancária, na proporção de 40% (quarenta por cento) para o Fundo Financeiro e 60% (sessenta por cento) para o Previdenciário, apurados na data da publicação desta Lei.

§ 1º Os recursos que compõem os Fundos Financeiro e Previdenciário serão aplicados observando o que disciplina a Resolução 3244 do Banco Central, editada em 28 de outubro de 2004 ou legislação federal que venha a disciplinar a matéria.

§ 2º Toda e qualquer contribuição vertida para os Fundos Previdenciários do Regime Próprio de Previdência do Município de Pinhão deverá ser utilizada apenas para o custeio de benefícios previdenciários.

§ 3º Na hipótese dos recursos do FUNPREV se tornarem insuficientes para arcar com as despesas decorrentes de aposentadorias e pensões, de que trata esta Lei, o Município de Pinhão estará obrigado a suplementar os recursos necessários para que não haja prejuízo aos aposentados e pensionistas.



Município do Pinhão

23

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

§ 4º A taxa de administração devida a Unidade Gestora não poderá exceder a 02% (dois por cento) do valor da remuneração dos servidores efetivos, ativos e inativos do Município, abrangidos por seus poderes Legislativos e Executivo, incluídas suas Autarquias, devendo a mesma ser depositada pelo Município em conta específica, e devolvidos ao final de cada exercício, os valores não utilizados.

§ 5º O não recolhimento da contribuição previdenciária pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo e pelo Legislativo, bem como o não repasse dos valores retidos, em folha de pagamento dos segurados e pensionistas e não repasse da taxa de administração nas datas e condições previstas nesta Lei, implicará na caracterização de inadimplência, gerando responsabilidade civil, administrativa e penal sobre quem a tenha dado causa.

SEÇÃO II

DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 62. Para custeio do programa de previdência os Poderes Executivo e Legislativo, incluindo suas autarquias contribuirão obrigatoriamente com a alíquota de contribuição que indicar o cálculo atuarial.

§ 1º A alíquota mencionada no *caput* deste artigo, incidirá sobre o valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos servidores pertencentes ao quadro efetivo.

§ 2º A alíquota de contribuição de que trata o *caput* deste artigo será estabelecido de acordo com o valor apontado na avaliação Atuarial, a ser realizado anualmente, e será implementada através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, imediatamente após a homologação do cálculo atuarial pelo Conselho Administrativo.

§ 3º A contribuição devida pela Prefeitura deverá ser realizada até dia 10 do mês subsequente.

§ 4º Na hipótese de atraso no recolhimento do aporte, o Município verterá para o FUNPREV, juros moratórios de 01% (um por cento) ao mês e multa, também moratória, diária de 0,33 (trinta e três centésimos por cento) até o limite máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao total do aporte, reajustado pelo INPC, ou outro índice oficial de atualização monetária da época, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, inclusive, se for o caso, custas e honorários de advogados.

Art. 63. A contribuição dos beneficiários é obrigatória e corresponderá a:

I – Para o segurado ativo, 11% (onze por cento) da remuneração de contribuição, incidindo também sobre décima terceira parcela de remuneração;



Município do Pinhão

24

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

II – Para o segurado inativo, 11% (onze por cento) incidente sobre o valor dos proventos que exceda o teto de benefício fixado para o Regime Geral de Previdência Social, incidindo também sobre a décima terceira parcela do benefício.

III – Para os pensionistas, 11% (onze por cento) incidente sobre o valor do benefício que exceda o teto de benefício fixado pelo Regime Geral de Previdência Social, incidindo também sobre a décima terceira parcela do benefício.

§ 1º Caso o segurado seja detentor de mais de um cargo no âmbito do Município, a contribuição previdenciária deverá tomar como base cada um dos cargos isoladamente.

Art. 64. Para efeitos desta Lei, entende-se por remuneração de contribuição:

I – Para o segurado ativo, o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo, acrescido dos adicionais de caráter individual considerados como vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em Lei Municipal.

II – Para o segurado inativo, o valor dos proventos de aposentadoria; e

III – Para os pensionistas, o valor do respectivo benefício.

SEÇÃO III

DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 65. O FUNPREV observará as normas de contabilidade específicas fixadas pelo órgão competente da União.

Art. 66. O superávit atuarial ou o déficit atuarial, contabilmente controlado, mensurará o excedente ou a insuficiência de valores patrimoniais destinados à cobertura das reservas necessárias para a equilibrada gestão do plano de custeio.

Art. 67. Devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade:

I – A escritura deverá incluir todas as operações que envolvem direta ou indiretamente a responsabilidade do FUNPREV e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;

II – A escrituração deve seguir às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e alterações posteriores;

III – A escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do Município;



Município do Pinhão ²⁵

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

IV – O exercício contábil tem a duração de um ano civil;

V – O FUNPREV deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do seu patrimônio e as variações ocorridas no exercício, a saber:

- a) Balanço patrimonial;
- b) Demonstração do resultado do exercício;
- c) Demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;
- d) Demonstração analítica dos investimentos;

VI – Para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o FUNPREV deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;

VII – As demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos, necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VIII – Obrigatoriedade do registro contábil individualizado das contribuições do Município e dos beneficiários, observando-se as normas estipuladas no Regulamento;

IX – Realização da identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os segurados-inativos e dependentes, bem como os encargos incidentes sobre os proventos de aposentadoria e pensões pagos;

X – O balanço anual, com pareceres de atuária e de contábil, deverá ser publicado anualmente, observadas as normas estipuladas no Regulamento.

§ 1º As avaliações atuariais contábeis referidas neste artigo deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte do Ministério da Previdência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente a sua realização.

Art. 68. - Será garantido aos beneficiários do FUNPREV o conhecimento de seu Demonstrativo Financeiro, da seguinte forma:

- I – Através da publicação dos balancetes mensais no mural do município;
- II – Através da publicação dos balanços anuais em jornal de maior circulação no Município ou regional;
- III – Através da juntada à folha de pagamento dos segurados ativos e da folha de recebimento dos segurados inativos e dependentes do balanço simplificado ~~e sintetizado~~.



Município do Pinhão ²⁶

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 69. A Direção do FUNPREV encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, acumulada do exercício em curso, os seguintes documentos:

I – Demonstrativo Previdenciário do FUNPREV;

II – Comprovante mensal do repasse ao FUNPREV das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas nos art. 62 e 63; e

III – Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações do FUNPREV.

Art. 70. Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterà as seguintes informações:

I – Nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II – Matrícula e outros dados funcionais;

III – Remuneração de contribuição, mês a mês;

IV – Valores mensais e acumulados da contribuição do segurado; e

V – Valores mensais e acumulados da contribuição do ente federativo.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, mediante extrato anual, relativas ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.

CAPÍTULO IX

DA UNIDADE GESTORA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 71. Com finalidade de gerir o Regime Próprio de Previdência do Município de Pinhão, e atendendo ao que determina o § 20 do art. 40 da Constituição Federal, fica criada, nos termos desta Lei, a Autarquia de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pinhão (FUNPREV).



Município do Pinhão ²⁷

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

§ 1º O FUNPREV, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, com capacidade auto administrativa, gerencial, orçamentária, financeiro e patrimonial, sob controle do executivo municipal, terá sede e foro no Município de Pinhão, sua duração será por prazo indeterminado.

§ 2º Se extinto o FUNPREV, a totalidade de seu patrimônio deverá ser revertido ao Município de Pinhão, que estará obrigado a manter a identidade e os fins dos Fundos Financeiro e Previdenciário, bem como os direitos adquiridos dos beneficiários a eles vinculados, não podendo em nenhuma hipótese, descaracteriza-los, extingui-los ou incorporá-los ao Tesouro Municipal.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, todo o patrimônio do FUNPREV deverá ficar vinculado às finalidades inerentes à Previdência dos servidores públicos municipais, titulares de cargos efetivos dos poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas Autarquias e Fundações.

Art. 72. A data de implantação da FUNPREV será, para todos os efeitos, 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

§ 1º Todas as atividades, atualmente desenvolvidas pelo Fundo de Previdência Municipal, criado pela Lei 013/91 de 17.05.1991, deverão passar, no prazo máximo de 30 dias da data publicação desta Lei, para a Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinhão (FUNPREV).

§ 2º Para efeitos do disposto neste artigo, o Município de Pinhão deverá disponibilizar, ao FUNPREV, os servidores que forem requisitados pelo Conselho de Administração.

§ 3º Os servidores que forem disponibilizados nos termos do parágrafo anterior permanecerão na titularidade de seus cargos e no desempenho das funções que lhe forem atribuídas pela Direção do FUNPREV, respeitando as atribuições do cargo.

SEÇÃO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FUNPREV

Art. 73. A organização do FUNPREV compor-se-á de:

I – Conselho de administração, como órgão de normatização e deliberação superior;

II – Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização; e

III – Diretoria Executiva.



SEÇÃO III

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 74. O Conselho de Administração é órgão de decisão e orientação superior do FUNPREV, cabendo-lhe precipuamente fixar objetivos e políticas previdenciárias. Sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

Art. 75. O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros e igual número de suplentes, sendo:

I – 01 (um) representante do Poder Executivo;

II – 04 (quatro) representantes dos Servidores Públicos do Município, em atividade e efetivos eleitos em assembléia;

III – 01 (um) representante dos inativos, eleitos em assembléia;

IV – 01 (um) representante do SIFUMPI, eleito na assembléia anual do sindicato.

§ 1º Os membros titulares e suplentes do Conselho de administração deverão preencher os seguintes requisitos:

I – Ser servidor público titular de cargo efetivo do Município de Pinhão

II – Ser segurado do Fundo de Previdência e estar em dia com suas contribuições;

III – Ter no mínimo 03 (três) anos de contribuição ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pinhão;

IV – Não estar sofrendo processo administrativo disciplinar;

V – Não estar cumprindo penalidade disciplinar de advertência ou suspensão;

VI – Não ter sofrido qualquer penalidade administrativa nos últimos 3 (três) anos;

VII – Não ter restrição em ficha funcional, de acordo com as leis que regem os servidores públicos municipais;

VIII – Apresentar certidões negativas civil, criminal e de protestos dos Cartórios da Comarca que residir, além da declaração de bens atualizada.

Art. 76. A indicação dos representantes titulares e seus suplentes, para compor o Conselho de Administração dar-se-á da seguinte forma:



Município do Pinhão ²⁹

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

I - Representante e suplente do poder executivo:

a) de livre escolha do chefe do poder executivo, dentre os servidores titulares de cargo efetivo;

b) Os nomes escolhidos deverão ser encaminhados via ofícios ao Presidente do Conselho de administração 10 (dez) dias antes da assembléia que escolherá os representantes dos servidores.

II - Representantes e suplentes dos servidores ativos:

a) os representantes e seus suplentes serão eleitos por voto secreto e direto, pelos segurados ativos em assembléia convocada especificamente para este fim.

b) a assembléia citada na alínea anterior será regulamentada através de portaria do conselho de administração e aprovada em ata.

III - Representante e suplente dos inativos:

a) o conselheiro e seu suplente serão eleitos por voto secreto e direto, pelos segurados inativos na mesma assembléia que eleger os representantes dos servidores ativos.

IV - Representante e suplente do SIFUNPI:

a) o conselheiro e seu suplente serão eleitos em assembléia do sindicato.

b) os nomes escolhidos deverão ser encaminhado via ofícios ao Presidente do Conselho de administração 10 (dez) dias antes da assembléia que escolherá os representantes dos servidores.

V - Os representantes eleitos, após a posse, através de voto secreto, indicarão o Presidente, Vice-Presidente, Secretario Geral e Tesoureiro, entre os mesmos, na primeira reunião realizada pelo Conselho.

§ 1º A primeira reunião deverá acontecer no período de até 30 (trinta) dias corridos após a posse do Conselho;

§ 2º O membro do Conselho de Administração que deixar de exercer a função, ou for licenciado na vigência do mandato, deverá ser substituído por seu suplente, na forma de regulamento específico;

§ 3º Os representantes e seus suplentes eleitos pelos servidores públicos ativos, inativos, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através de ato oficial e terão mandato de 3 (anos) anos, sendo permitida a recondução por igual período;



Município do Pinhão

30

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

§ 4º O mandato do representante indicado e nomeado pelo prefeito, cessará por vontade ou pelo termino do mandato da autoridade que procedeu a nomeação;

§ 5º Os casos de perda e cassação de mandato dos Conselheiros serão tratados no Regimento Interno do próprio Conselho;

§ 6º As ausências ao trabalho dos representantes do Conselho de Administração, decorrentes de sua participação nas sessões, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 7º O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente e as convocações para suas reuniões ordinárias deverão ser feitas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias consecutivos;

§ 8º As convocações para as reuniões extraordinárias deverão ser feitas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, podendo esses prazos serem reduzidos, em caso de necessidade, com a concordância da maioria dos representantes do Conselho;

§ 9º As sessões do Conselho de Administração realizar-se-ão com a presença de no mínimo 05 (cinco) conselheiros e poderão ser convocados por seu Presidente, pela maioria de seus representantes ou por proposta da Diretoria;

§ 10 As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes e registradas em ata, cabendo ao Presidente ou ao Vice-Presidente, quando o substituir, o voto de qualidade;

§ 11 Os mandatos dos representantes do Conselho de Administração serão prorrogados automaticamente até a posse dos seus sucessores, por até no máximo 3 (três) meses do término do mandato;

Art. 77. A iniciativa de proposições ao Conselho de Administração poderá ser da Diretoria ou dos representantes do próprio Conselho.

Art. 78. Compete ao Conselho de Administração:

I – Eleger seu Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

II – Estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do FUNPREV.

III – Decidir sobre aplicações financeiras e investimentos em empreendimentos com recursos do FUNPREV;

IV – Zelar pela verificação e acompanhamento dos casos de invalidez e interdição, quando decorrentes;

V – Elaborar e votar o seu regimento interno;



Município do Pinhão

31

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

- VI – Declarar a perda da qualidade de pensionista;
- VII – Controlar, orientar, aprovar e fiscalizar os benefícios em geral previstos nesta Lei;
- VIII – Promover a avaliação técnica e atuarial do FUNPREV;
- IX – Fixar a taxa de administração do Fundo, a qual não poderá exceder a 02 pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores.
- X – Acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e desempenho dos programas aprovados;
- XI – Fixar critérios para o parcelamento de recolhimento em atraso;
- XII – Encaminhar, mensalmente, ao Conselho Fiscal relatório sobre a posição dos saldos do FUNPREV, com detalhamento de receita e despesas do mês anterior, para análise e acompanhamento;
- XIII – Aprovar as contas do FUNPREV, após análise do Conselho Fiscal.
- XIV – Fiscalizar os atos de gerenciamento da Diretoria Executiva.
- XV – Compete ao Conselho de Administração escolher e indicar os membros da Diretoria Executiva nos termos desta Lei.
- XVI – Compete ao Conselho de Administração, através de seu Tesoureiro, assinar os cheques do FUNPREV em conjunto com o Diretor Executivo e Financeiro.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 79. O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo:

- I – 01 (um) representante do Poder Executivo;
- II – 03 (quatro) representantes dos Servidores Públicos do Município em atividade e efetivos eleitos em assembléia;
- III – 01 (um) representante dos servidores inativos.

§ 1º – Os membros do Conselho Fiscal deverão possuir a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório, sendo além destas condições pelo menos



Município do Pinhão ³²

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

um de seus membros deverá possuir conhecimentos técnicos em administração, contabilidade ou economia.

§ 2º - O mandato dos representantes dos servidores públicos eleitos em assembléia, para membros do Conselho Fiscal, será de 02 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período, sendo obrigatória a renovação de 1/3 (um terços) dos membros a cada mandato.

§ 3º O mandato do representante indicado e nomeado pelo prefeito, para membro do Conselho Fiscal, cessará por vontade ou pelo termino do mandato da autoridade que procedeu a nomeação;

§ 4º - As reuniões do Conselho Fiscal serão promovidas mensalmente e somente poderão ser realizados com a presença de 04 dos 05 membros.

§ 5º - Os membros que serão indicados e os candidatos à eleição do Conselho Fiscal deverão apresentar os mesmos requisitos exigidos para os conselheiros administrativos.

§ 6º - Na indicação dos representantes titulares e seus suplentes, para compor o Conselho Fiscal, será utilizado no que couber o que determina o Art. 76 desta Lei.

Art. 80. Compete ao Conselho Fiscal:

I - Eleger o seu Presidente;

II - Fiscalizar, assegurado o acesso às informações, de qualquer natureza, os boletins das receitas e despesas do FUNPREV;

III - Fiscalizar os destinos de verbas dos benefícios, assim como a aplicação dos recursos, controle e resultado dos empreendimentos;

IV - Examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito.

V - Propor ao Conselho de Administração medidas que achar conveniente.

Parágrafo Único: No desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, propor a contratação de perito.

SEÇÃO V

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 81. A Diretoria é órgão de administração geral do FUNPREV, cabendo-lhe, precipuamente, fazer executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração dentro dos objetivos por ele estabelecidos.



Município do Pinhão

33

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 82. A Diretoria Executiva do FUNPREV será composto dos seguintes cargos:

I - 01 (um) Diretor Executivo e Financeiro,

II - 01 (um) Diretor de Previdência.

§ 1º - Os cargos previstos nos incisos I e II serão ocupados por servidores colocados à disposição pelo Município, com ônus para a origem e receberão pelo exercício da atividade uma gratificação, a ser paga pelo FUNPREV.

§ 2º O exercício da função de Diretor Executivo e Financeiro será remunerada na mesma forma da remuneração do Chefe de Serviços, estabelecida na Lei que trata da estrutura organizacional da Prefeitura de Pinhão, mediante complemento a ser pago pelo FUNPREV.

§ 3º O exercício da função de Diretor de Previdência será remunerada na mesma forma da remuneração do Encarregado de Serviços, estabelecida na Lei que trata da estrutura organizacional da Prefeitura de Pinhão, mediante complemento a ser pago pelo FUNPREV.

§ 4º O FUNPREV assumirá o valor da folha de pagamento dos servidores cedidos, somente nos valores complementares de remuneração pelo exercício das funções previstas nos incisos I e II, ficando o executivo municipal responsável pelo pagamento do cargo efetivo e as demais vantagens não consideradas acessórias.

§ 5º - Os cargos previstos nos incisos I e II serão nomeados pelo Prefeito, dentre indicados pelo Conselho de Administração, desde que preencham os seguintes requisitos:

I - Ser servidor público titular de cargo efetivo do Município de Pinhão

II - Ser segurado do Fundo de Previdência e estar em dia com suas contribuições;

III - Ter no mínimo 03 (três) anos de contribuição ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pinhão;

IV - Não estar sofrendo processo administrativo disciplinar;

V - Não estar cumprindo penalidade disciplinar de advertência ou suspensão;

VI - Não ter restrição em ficha funcional, de acordo com as leis que regem os servidores públicos municipais;

VII - Apresentar certidões negativas civil, criminal e de protestos dos Cartórios da Comarca que residir, além da declaração de bens atualizada.

VIII - Ter ou estar cursando ensino superior.

IX - Ter conhecimento previdenciário.



Município do Pinhão

34

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

a) Entende-se como conhecimento previdenciário, ter no mínimo participado de dois congressos de previdência promovidos pelo FUNPREV.

§ 6º - Na hipótese da indicação dos cargos previstos nos incisos I e II, recair sobre membros dos conselhos com cargo de presidente ou tesoureiro, ficarão os mesmos obrigados a renunciar ao cargo que ocupam no conselho.

§ 7º - Os servidores indicados para os cargos previstos nos incisos I e II, deixarão a função, em virtude de renúncia, por determinação do conselho de administração, ou condenação judicial transitada em julgado, que gere incompatibilidade para o exercício do cargo.

Art. 83. Ao Diretor Executivo e Financeiro compete:

I - Representar o FUNPREV em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;

II - Expedir atos normativos relativos à locação dos recursos, para implementação dos programas aprovados pelo Conselho de Administração;

III - Apresentar ao Conselho de Administração e Fiscal até 31 de março de cada ano, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro, ao Executivo e Legislativo Municipal;

IV - Elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os até 31 de julho de cada ano, ao Conselho de Administração;

V - Apresentar relatórios gerenciais periódicos, com a finalidade de proporcionar ao Conselho de Administração os meios para avaliar o desempenho dos programas, em seus aspectos físicos, econômicos, financeiros, sociais e institucionais, e a sua vinculação a diretrizes estabelecidas;

VI - Submeter à apreciação do Conselho Fiscal análise do comportamento contábil do FUNPREV.

VII - Movimentar as contas bancárias do FUNPREV;

VIII - Autorizar licitações e contratos.

§ 1º O Diretor Executivo e Financeiro poderá ser assistido em caráter permanente ou mediante serviços contratados por assessores incumbidos em colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, econômicos, jurídicos e atuariais do FUNPREV, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

§ 2º A emissão de cheques para pagamento de qualquer despesa do FUNPREV deverá sempre conter as assinaturas do Diretor Executivo e Financeiro e do Tesoureiro do Conselho de Administração.



Município do Pinhão

35

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 84. Ao Diretor de Previdência compete:

- I – Responder por todas as atividades que compreende a concessão de benefícios;
- II – Responder pela compensação previdenciária do FUNPREV;
- III – Responder pela folha de pagamentos dos inativos e pensionistas;
- IV – Manter atualizado, cadastro dos segurados dos FUNPREV.

Art. 85. Os demais critérios, para o exercício das funções previstas nos incisos I e II do Art. 60, serão estabelecidos no estatuto do FUNPREV.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86. O Município de Pinhão é o responsável direto e exclusivo:

- I – Pelo aporte total dos recursos a que se referem os artigos 62 e 63;
- II – Pelo repasse das contribuições mensais dos segurados e pensionistas aos respectivos fundos;
- III – Pelo pagamento de sua contribuição aos respectivos fundos; e
- IV – Pelo pagamento da taxa de administração.

Art. 87. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao FUNPREV relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações e contribuições respectivas.

Art. 88. Compete ao Conselho Administrativo a organização e realização de um Congresso, com a presença de representantes dos diversos setores da Administração Municipal para avaliação de desempenho do regime previdenciário próprio, deliberação de suas atribuições, bem como para disseminar a cultura previdenciária no Município.

Art. 89. Fica autorizado a transferência dos valores constante das Contas Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Deutsche Bank para a autarquia FUNPREV, que passarão a constituir o patrimônio dos fundos previdenciário e financeiro do Regime Próprio de Previdência Social aos Servidores Públicos do Município de Pinhão. (RPPS).

Parágrafo Único - Serão utilizados pelo FUNPREV os recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária vigente, destinados ao Fundo de Previdência.



Município do Pinhão ³⁶

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 90. O Município de Pinhão é solidariamente responsável com o FUNPREV pelo pagamento dos benefícios a que fizerem jus os segurados e dependentes, a cargo dos Fundos Financeiro e Previdenciário.

Art. 91. No tocante às demais obrigações do FUNPREV, a responsabilidade do Município é subsidiária.

Art. 92. Fica o Município de Pinhão, autorizado a transferir, quando for o caso, para o FUNPREV a título de dotação patrimoniais:

I – Ações preferenciais e ordinárias que possua ou venha a possuir.

Parágrafo Único. Quando a dação de que trata este artigo recair sobre ações, o seu valor será apurado junto às Bolsas de Valores e Mercados de Balcão formais; caso recaia sobre imóveis, deverá ser contratada empresa especializada em avaliação no setor de que se trate.

Art. 93. Caso haja alteração nas regras constitucionais ou legislação pertinente, que venham a alterar o Regime Próprio dos Servidores, o FUNPREV deverá proceder a pertinente adaptação dos planos de benefícios e de custeio previstos nesta lei, juntamente com os necessários estudos atuariais.

Art. 94. A divulgação dos atos e decisões dos órgãos e autoridades do FUNPREV tem como objetivo:

I – Dar inequívoco conhecimento deles aos segurados e dependentes;

II – Possibilitar seu conhecimento público;

III – Produzir efeitos legais quanto aos direitos e obrigações deles derivados.

Parágrafo Único. O conhecimento das decisões, demais atos do FUNPREV inclusive, em síntese, o contrato, convênio, o credenciamento, os acordos celebrados e a sentença judicial que implique pagamento de benefícios, deve ser dado mediante publicação no Jornal do Município ou outro órgão de divulgação oficialmente reconhecido.

Art. 95. É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou dependente para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo Único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela previdência social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.



Município do Pinhão³⁷

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 96. No caso de extinção do FUNPREV, as reservas técnicas existentes no Fundo, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios concedidos e, na inexistência, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos, bem como aqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriores à extinção do Regime.

Art. 97. Fica mantido o mandato dos atuais conselheiros de administração e fiscais, para o período que foram eleitos e empossados.

Parágrafo Único. Os atuais conselheiros administrativos e fiscais, terão os deveres e competências norteados pelos dispositivos da presente Lei.

Art. 98. Caberá ao atual Conselho de Administração, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, elaborarem seu regimento interno próprio.

Art. 99. Será de responsabilidade do FUNPREV, o pagamento de salário família para todos os inativos que fizerem jus a esse benefício.

Art. 100. Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em julho/2006, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 101. As despesas decorrentes com a implantação desta lei correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 102. Ficam revogadas as Leis 12/1991, 13/1991, 14/1991, 41/1997, 1000/2000, 1078/2002, 1101/2002, 1210/2005 e 1216/2005 e demais disposições, naquilo que contrariem a presente Lei.

Art. 103. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, 41.º Ano de Emancipação Política.


José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

LEI N.º 1.305/2006

DATA: 21/12/2006

SÚMULA: Altera redação das alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso V do artigo 67, da Lei 1.274/2006, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de Pinhão, cria a Unidade Gestora FUNPREV.

A Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O inciso V do artigo 67 da Lei n.º 1.274/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

- a) balanço orçamentário;
- b) balanço financeiro;
- c) balanço patrimonial; e
- d) demonstração das variações patrimoniais.

Art. 2.º - Fica mantido na íntegra o *caput* do inciso V da Lei n.º 1.274/2006.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, 42.º ano de Emancipação Política.


José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Pinhão - PR

LEI Nº 1.374/2006
DATA: 02/10/2006

SÚMULA: Dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de Pinhão, cria a Unidade Gestora FUNPREV e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica reestruturado nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão - RPPS, destinado aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas Autarquias e Fundações Públicas, de caráter contributivo, com Fundo Próprio, autonomia administrativa, técnica e financeira.

Parágrafo Único. Fica o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão - RPPS, denominado como Fundo de Previdência Social do Município de Pinhão - FUNPREV.

Art. 2º - O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão, tem por objetivo assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição e falecimento.

Art. 3º - O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pinhão reger-se-á pelos princípios constitucionais e pelos decorrentes da legislação aplicável.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA

Art. 4º - Os Beneficiários do FUNPREV de que trata esta Lei Classifica-se em:

- I - Segurados;
- II - Dependentes;

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 5º - São beneficiários do Programa de Previdência de que trata esta Lei:

- I - Na qualidade de segurado ativo, o servidor público em atividade, titular de cargo de provimento efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo suas Autarquias e Fundações Públicas;

II - Na qualidade de segurados inativos, os servidores que recebem proventos do Fundo de Previdência do Município de Pinhão.

§ 1º - O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato filia-se ao FUNPREV pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo.

§ 2º - Incluem-se na condição de segurados os servidores municipais ativos, titulares de cargo efetivo do Poder Executivo e Legislativo, incluídos os de suas Autarquias e Fundações que se encontrem cedidos ou em disponibilidade.

§ 3º - Não se insere no rol de beneficiários a que se refere este artigo o servidor ocupante exclusivamente, de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, bem como os detentores de emprego público ou de outro cargo temporário, os agentes públicos temporários de qualquer espécie e os detentores de mandatos eletivos que não sejam titulares de cargos de provimento efetivo.

§ 4º - Na hipótese de acumulação de cargos efetivos, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatoriamente em relação a cada um dos cargos ocupados.

Art. 6º - O Segurado inativo que voltar a ocupar cargo de provimento efetivo acumulará, na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, o direito de contribuição ao FUNPREV em relação a este cargo, respeitando-se o limite legal estabelecido para o recolhimento de proventos.

Art. 7º - O Segurado ativo que se ausentar da Administração Municipal, respeitando-se as condições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pinhão para concessão de licença ou afastamento, sem remuneração, poderá contribuir facultativamente ao FUNPREV, desde que declare sua intenção junto à administração do Fundo, no ato em que obter a licença.

§ 1º - O segurado a que se refere este artigo voltará, para o FUNPREV, a parcela referente à sua remuneração de contribuição estabelecida no Art. 63, acrescida da parcela que seria de obrigação do Município conforme estabelecido no Art. 62 desta Lei.

§ 2º - Os períodos em que o segurado ativo contribuir facultativamente serão computados como tempo de contribuição.

§ 3º - O pagamento da contribuição facultativa deverá corresponder ao mês de exercício, sendo vedada sua realização em caráter antecipado ou retroativo, a qualquer título.

§ 4º - O pagamento da contribuição facultativa será registrada pela Diretoria Financeira da Unidade Gestora após a apresentação da Guia de Recolhimento de Contribuição Facultativa (GRCF).

§ 5º - O pagamento da contribuição deve ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, no estabelecimento bancário em que FUNPREV mantiver movimento financeiro, ou estabelecimento conveniado.

II - O atraso no recolhimento criará para o servidor a obrigação de pagamentos dos acréscimos moratórios estabelecidos nesta lei.

III - A inadimplência, por prazo superior a trinta dias, acarretará a perda da qualidade de segurado.

SEÇÃO II

DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

Art. 8º - A perda da qualidade de segurado ocorrerá nas hipóteses de:

- I - Falecimento;
- II - Perda da titularidade do cargo que ocupa, mesmo na inatividade; e

III - Atraso no recolhimento previsto para as contribuições facultativas.

Art. 9º - A consolidação da perda da qualidade de segurado apenas surtirá efeito após a decisão administrativa irrevogável, necessária para a vacância do cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal ou em face da formalização, pelo segurado ativo, do pedido de exoneração voluntária, ou licença sem remuneração.

Art. 10 - A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa condição.

§ 6º Não ocorridos os prazos estabelecidos nos §§ 1º e 5º deste artigo, caberá ao Município tomar as providências necessárias a que o servidor promova a averbação do tempo de serviço, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da comunicação formalizada pelo FUNPREV, após o que, o ônus decorrente da mesma correrá por conta do titular.

Art. 17 - Os dependentes enumerados no Art. 11 poderão promover sua inscrição, se o segurado tiver falecido, sem ter sido exonerado.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA

SEÇÃO I

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 19 - O programa de Previdência do FUNPREV compreende os seguintes benefícios:

- a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria por inatividade;

c) aposentadoria por idade;

d) aposentadoria por tempo de contribuição;

e) aposentadoria por invalidez;

f) pensão por morte;

g) auxílio-reclusão;

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 20 - A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de reabilitação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitadas a habilitação exigida, e servida a paga a partir da data do laudo médico-pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 41.

§ 2º Os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, não poderão ser inferiores a 70 % do valor calculado na forma estabelecida no art. 41.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições dele, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

- I - O acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, subtração praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e

III - A doença proveniente de contaminação acidental do local de trabalho ou decorrente de força maior.

IV - O acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço.

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe estar prestando ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes: tuberculose ativa; Hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondilite anquilosante; neuropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia, entre outras doenças graves, contagiosas ou incuráveis, especificadas em Lei Federal.

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial de órgão competente.

§ 8º O curso do benefício de aposentadoria por invalidez decorrerá de decisão inicial somente se for feito ao segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 9º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

SEÇÃO III

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 21 - O segurado será aposentado aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 41, não podendo ser inferior ao valor do salário mínimo do Governo Federal.

Parágrafo Único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato aquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Art. 22 - Caso o segurado já tenha recebido proventos de aposentadoria decorrentes da concessão de alguns dos benefícios no Plano de Benefícios, desde que não tenha sido verificado o recolhimento cumulativo de

II - Para o dependente menor de idade, pela cessação ou ao completar 21 anos, salvo se for inválido;

III - Para o dependente inválido, pela cessação da invalidez, verificada em exame médico-pericial a cargo do FUNPREV.

Parágrafo Único. Com a extinção da causa do direito pensionista, a pensão por morte será cancelada;

Art. 32 - A pensão por morte corresponderá:

I - Ao valor da titularidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, da Constituição Federal acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito, ou

II - Ao valor da titularidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

SEÇÃO VII

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 33 - O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que tenha remuneração igual ou inferior a R\$ 623,44 (seiscientos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), que não receber remuneração dos cofres públicos e corresponderá a última remuneração do segurado no cargo efetivo.

§ 1º O valor limite referido no caput será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-parites iguais entre os dependentes do segurado nos cofres públicos.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da reapresentação da documentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado o alado e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que compor a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

- I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão;

II - condão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento remissado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado volte a ser rescatado com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, seus dependentes terão recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao FUNPREV pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-á ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

CAPÍTULO III

DO ABRONCO ANUAL

Art. 34 - O abono anual será devido aquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão pagos pelo FUNPREV.

Parágrafo Único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo FUNPREV em que cada mês corresponderá a um dose avos, e terá por base o valor do benefício dos meses de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

CAPÍTULO IV

DA TRANSIÇÃO

Art. 35 - Ao segurado do FUNPREV que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua associação com proventos calculados de acordo com o art. 41 quando o servidor, cumulativamente:

- I - Tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - Tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - Constar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

- a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e
- b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação desta Lei, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a) deste inciso.

§ 1º Os proventos de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma de idade estabelecidas pelo art. 23, e § 1º, na seguinte proporção:

- I - Trinta inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2001;

II - Cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O servidor professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério no Município de Pinhão, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço excedente até a publicação desta Lei contado com o acréscimo de dezesseis por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se apresente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 42.

Art. 36 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 23, os proventos estabelecidos pelo art. 15, o segurado do FUNPREV que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2001, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as condições de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º do art. 23, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 23 e § 1º, na seguinte proporção:

1 - Três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2003;

II - Cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2004.

§ 2º O servidor professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério no Município de Pindamonhangaba, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezesseis por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 42.

Art. 36. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 23, as regras estabelecidas pelo art. 35, o seguro do FUNPREV que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estado, Distrito Federal e Município, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as condições de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º do art. 23, vier a preencher cumulativamente, as seguintes condições:

I - Sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - Vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - Dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revisados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 37. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 23, as regras estabelecidas pelos arts. 35 e 36 desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público do Município, incluídas suas autarquias e fundações, até 31 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - Vinte e cinco anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - Idade mínima realizante da redução, relativamente aos limites de idade do art. 23, II, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplicar-se-á ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 41, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 38. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção de um dos benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação então vigente.

Art. 39. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do FUNPREV, em função em 31 de dezembro de 2003, terão como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 38, serão revisados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

CAPÍTULO V DO ABOPO DE PERMANÊNCIA

Art. 40. O servidor ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos arts. 23 e 35 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 21.

§ 1º O abono previsto no caput será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência e de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no caput e § 1º, mediante opção pela permanência em atividade.

CAPÍTULO VI DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 41. No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos arts. 20, 23, 24 e 35 será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a data do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos serão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve locação de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor no titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

as seguintes: tuberculose ativa; Hanseníase; doença de Parkinson; espondilite anquilosante; nefropatia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia, entre outras doenças graves, contagiosas ou incuráveis, especificadas em Lei Federal.

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

§ 8º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 9º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

SEÇÃO III DA APOSENTADORIA POR IDADE

Art. 21. O segurado será aposentado aos sessenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 41, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo do Governo Federal.

Parágrafo único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato aquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Art. 22. Caso o segurado já receba proventos de aposentadoria decorrentes da concessão de alguma das prestações no Plano de Benefícios deste Regime seja vedado o recebimento cumulativo desta com a aposentadoria compulsória, salvo se decorrente de cargos acumuláveis na forma disposta pela Constituição da República.

SEÇÃO IV DA APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 23. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 41, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - Tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; e

III - Sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprovou exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

SEÇÃO V DA APOSENTADORIA POR IDADE

Art. 24. O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - Tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; e

III - Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

SEÇÃO VI DA PENSÃO POR MORTE

Art. 25. - Por morte do segurado, o conjunto de seus dependentes fazem jus ao recebimento de proventos de pensão, da seguinte forma:

I - Em caráter definitivo, a partir da data do falecimento;

II - Em caráter provisório, por morte presumida, a partir das datas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.

§ 1º - A pensão poderá ser concedida, em caráter provisório:

a) mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão;

b) em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência mediante prova hábil.

§ 2º - Após decorridos 5 anos de ausência ou desaparecimento, a pensão será transformada em definitiva, desde que apresentada a competente sentença declaratória.

§ 3º - Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo na hipótese de qualquer dos beneficiários.

Art. 26. - A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeito a contar da data da habilitação.

Art. 27. - A pensão por morte somente será devida ao dependente inválido se for comprovada pela perícia do FUNPREV a existência de invalidez na data do óbito do segurado.

§ 1º - O dependente inválido receptor de pensão por morte está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do FUNPREV.

§ 2º - O dependente menor de idade que se invalidar antes de completar vinte e um anos deverá ser submetido a exame médico-pericial, a cargo do FUNPREV, não se extinguindo a respectiva cota se confirmada a invalidez.

Art. 28. - A pessoa que recebeu, do segurado falecido, pensão de alimentos de caráter indenizatório deverá buscá-la junto aos dependentes daquele, nos termos das disposições constantes do Código Civil Brasileiro.

Art. 29. - Não terá direito a pensão por morte o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado o óbito do segurado.

§ 1º - Até o trânsito em julgado da sentença penal, o dependente indicado no caput deste artigo receberá a parcela da pensão por morte que fizer jus através do depósito que seja realizado em juízo e cuja liberação se dará após sua absolvição.

§ 2º - Uma vez condenado o dependente, as parcelas depositadas em juízo serão liberadas e revertidas para os demais dependentes.

§ 3º - Caso não haja dependentes para reverter as parcelas depositadas em juízo, estas serão incorporadas ao patrimônio do FUNPREV.

Art. 30. - A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos, em partes iguais.

Parágrafo único. Reverterá em favor dos demais dependentes, a parte daquele cujo direito a pensão cessar.

Art. 31. - O pagamento da quota individual da pensão por morte cessará:

I - Pela morte do dependente;

vetada sua realização em caráter antecipado ou retroativo, a qualquer título.

§ 4º O pagamento da contribuição facultativa será registrada pela Diretoria Financeira da Unidade Gestora após a apresentação da Guia de Recolhimento de Contribuição Facultativa (GRCF).

I - O pagamento da contribuição deve ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, no estabelecimento bancário em que FUNPREV mantiver movimento financeiro, ou estabelecimento convênio.

II - O atraso no recolhimento obriga para o servidor a obrigação de pagamentos dos acréscimos moratórios estabelecidos nesta lei;

III - A inadimplência, por prazo superior a trinta dias, acarretará a perda da qualidade de segurado.

SEÇÃO II DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

Art. 8º - A perda da qualidade de segurado ocorrerá nas hipóteses de:

I - Falecimento;

II - Perda da titularidade do cargo que ocupa, mesmo na inatividade; e

III - Atraso no recolhimento previsto para as contribuições facultativas.

Art. 9º - A consolidação da perda da qualidade de segurado apenas surtirá efeito após a decisão administrativa irrevogável, necessária para a vacância do cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal ou em face da formalização, pelo segurado ativo, do pedido de exoneração voluntária, ou licença sem remuneração.

Art. 16. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade; com exceção ao segurado que estiver contribuindo facultativamente, situação em que haverá apenas a suspensão de seus direitos.

SEÇÃO III DOS DEPENDENTES

Art. 11. São beneficiários do Programa de Previdência de que trata esta Lei Complementar, na condição de dependente do segurado:

I - O cônjuge ou convivente, na constância do casamento ou união estável;

II - Os filhos menores de 18 anos, e os que forem considerados inválidos ou incapazes.

Parágrafo único. O ex-cônjuge, ou ex-convivente, erdor de alimentos, enquanto persistir nessa condição, será considerado beneficiário na forma estabelecida em Regulamento.

SEÇÃO IV DA PERDA DA CONDIÇÃO DE DEPENDENTE

Art. 12. A perda da condição de dependente ocorre:

I - Para o(a) cônjuge;

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento;

c) pelo óbito; e

d) por sentença judicial transitada em julgado;

II - Para o convivente, pela cessação da união estável com o segurado ou separada, enquanto não lhe for garantida prestação de alimentos;

III - Para o (a) filho(a) e dependente:

a) pelo adimplemento da maioridade; pelo casamento, pela cessação da invalidez ou incapacidade; b) pela emancipação;

SEÇÃO V DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DEPENDENTES

Art. 13. Para efeitos de inscrição e obtenção de benefício é presumida a dependência econômica dos dependentes indicados nos incisos I, II e III do Artigo 11, exceto seus parágrafos.

1º Relativamente aos demais possíveis dependentes elencados nesta Lei, a relação de dependência concluída deve ser comprovada nos termos em que se dispuser em Regulamento de Benefícios.

2º A inscrição dos dependentes nos termos em que se dispuser em Regulamento de Benefícios, ou incapacidade e anterior ao fato gerador do benefício, não sendo admitida a inscrição daquele que, nessa condição, não seja solteiro ou possua renda.

3º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação dessa condição por inspeção médica.

4º A manutenção do benefício deferido ao dependente inválido ou incapaz perdurará enquanto subsistir a situação de invalidez ou incapacidade que lhe deu causa e desde que subsistente o estado civil e a assistência de renda por parte do beneficiário.

Art. 14. Para efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no Art. 12, inciso II, a. serão adotados os critérios de definição de maioridade estabelecidos na Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

SEÇÃO VI DA FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

Art. 15. - Os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo do Município de Pindamonhangaba, do Executivo, bem como de suas autarquias e fundações, ativos ou inativos e os dependentes em gozo de benefício, estão automaticamente inscritos no - FUNPREV.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Administração fornecerá ao FUNPREV os dados cadastrais disponíveis de cada servidor e dependentes, bem como a documentação relativa aos mesmos.

§ 2º - O FUNPREV poderá, se necessário, exigir, a qualquer tempo, do servidor ou dependente que tenha sido inscrito, a apresentação do prazo máximo de 2 (dois) meses da data da solicitação, sob pena de suspensão quanto à fruição de benefícios.

Art. 16. - Os servidores públicos do Município de Pindamonhangaba, do Legislativo e do Executivo, bem como de suas autarquias e fundações, não inativos, poss. compulsariamente inscritos no - FUNPREV de que trata esta Lei, como servidores ativos, ao inarem posse, compulsariamente inscritos no - FUNPREV.

§ 1º Para efeito do previsto no caput, desde artigo, o servidor preencha e finitua os documentos de inscrição, com habilitação de seus dependentes, para os efeitos de também inscrevê-los, acompanhado de documentação hábil.

§ 2º As modificações na situação cadastral do segurado, ou de seus dependentes deverão ser imediatamente comunicadas ao FUNPREV, com a apresentação da documentação comprobatória.

§ 3º No ato de inscrição, o servidor deverá declarar obrigatoriamente qual o tempo de serviço anterior, sob qualquer regime que lhe tiver para cargo de provimento efetivo de aposentadoria na qualidade de servidor, apresentando a documentação correspondente.

§ 4º O servidor terá o prazo de 96 (noventa e seis) meses, a contar da data de inscrição, para formalizar a averbação objeto do parágrafo anterior.

§ 5º Os servidores públicos ativos, inativos e dependentes em gozo de benefícios, na data de vigência da presente lei, uma vez inscritos no - FUNPREV, deverão atender ao disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, respectivamente no prazo de 4 (quatro) meses, a contar da notificação para tal fim.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

- I - Inferiores ao valor do salário-mínimo;
- II - Superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS;

§ 6º As maiores remunerações de que trata o caput serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º. Quando do suspensão por ausência de vinculação a regime previdenciário de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderá exceder o valor do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no art. 43.

§ 9º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelas vantagens e vantagens pecuniárias pessoais permanentes.

§ 10 Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria (vinte e cinco anos), considerando-se o tempo de contribuição em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no art. 43.

§ 11 A fração de que trata o caput será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 8º.

§ 12 Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Art. 42. Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os arts. 20, 21, 23, 24 e 35 serão reajustados para preservá-los, com caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, de acordo com a variação integral do INPC.

CAPÍTULO VII DAS REGRAS GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 43. Os benefícios de aposentadoria e pensão, bem como de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 40.

Parágrafo Único. O disposto no caput não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tenham integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 41, respeitado, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

Art. 44. Resoluído o disposto nos arts. 20 e 21, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 45. A validade prevista no § 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos servidores que, até 16.10.1994, tenham ingressado no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e cujas datas foram previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 46. Para fins de concessão de aposentadoria pelo FUNPREV é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 47. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob o sigle de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS.

Art. 48. Resultados as aposentadorias decorrentes de cargos acumulados na forma da Constituição Federal.

Art. 49. Para fins de percepção de uma aposentadoria por conta do FUNPREV, o beneficiário não poderá ter recebido, no ato da concessão, qualquer outro benefício previdenciário, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 50. O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente de sua idade, devendo, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, a cada ano, a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 51. Qualquer dos benefícios previstos neste Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no caput não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

- I - Absência, na forma do art. 40;
- II - Impossibilidade de locomoção;

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o beneficiário poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados a pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da Lei.

Art. 52. Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I - A contribuição e valores devidos pelos segurados e pensionistas para encargo do Programa de Previdência de que trata esta Lei, pelo beneficiário ou pelo Município;
- II - O valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo FUNPREV;
- III - O imposto de renda devido na fonte;
- IV - A pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e

Parágrafo Único. As contribuições e mensalidades autorizadas pelos beneficiários.

Parágrafo Único. Na hipótese de inciso II, o desconto será feito em parcelas de forma que não exceda 25% (vinte e cinco por cento) do valor do benefício, salvo quando ocorrer comprovado não-foi do beneficiário, caso em que, o desconto poderá ser de até 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício.

Art. 53. Salvo em caso de divórcio entre aqueles que a ele fôrem pai e sua esposa ou os pais e seus filhos, o benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um dos benefícios previdenciários pelo FUNPREV, ressalvadas as aposentadorias previstas nos arts. 23, 24, 35, 36 e 37 que observarem os prazos mínimos previstos nos artigos.

Parágrafo Único. Para efeito do cumprimento das regras de concessão das aposentadorias mencionadas no caput, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 55. Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será devolvido ao processo de concessão, para que seja reanalisado.

Art. 56. Quando do processo de concessão do benefício for desfavorável pelo TCE e pela justiça comum, o servidor obrigado a retornar à função, ficará o município de Própolis obrigado a restituir aos cofres do FUNPREV, os valores pagos, bem como a contribuição pessoal e funcional.

Art. 57. É vedada a celebração de convênio, concessão ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município.

CAPÍTULO VIII DO REGIME DE FINANCIAMENTO

SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

SEÇÃO III DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 65. O FUNPREV observará as normas de contabilidade específicas fixadas pelo órgão competente da União.

Art. 66. O suprêntil anual ou o deficit anual, contabilmente controlado, mensalmente o excedente ou a insuficiência de valores patrimoniais destinados à cobertura das reservas necessárias para a ampliação geral do plano de ensino.

Art. 67. Devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade:

- I - A escrituração deverá incluir todas as operações que envolverem direta ou indiretamente a responsabilidade do FUNPREV e modificação em qualquer forma de patrimônio, bem como as operações de natureza patrimonial de 1.964.41.
- II - A escrituração deve seguir as normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 68. A escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do Município.

- III - O exercício contábil tem a duração de um ano civil.
- IV - O FUNPREV deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio e as variações ocorridas no exercício, a saber:

- a) Balanço patrimonial;
- b) Demonstração do resultado do exercício;
- c) Demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;
- d) Demonstração analítica dos recursos contábeis, nominalmente atualizados em auditoria, o FUNPREV deverá adotar registros contábeis anuais para apuração de depósitos, de resoluções dos investimentos, da evolução das reservas e das demonstrações do resultado do exercício;

VII - As demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos, necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VIII - Obrigatoriamente o registro contábil individualizado das contribuições do Município e dos beneficiários, observando-se as normas estipuladas no Regulamento;

IX - Realização da identificação e consolidação em demonstrações financeiras e organizacionais de todas as despesas fixas e variáveis com os segurados-membros e dependentes, bem como os encargos incidentes sobre os proventos de aposentadoria e pensão pagas em função de inatividade e de contribuição, observando-se as normas estipuladas no Regulamento;

X - As avaliações anuais contábeis realizadas neste artigo deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte do Ministério da Previdência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente à sua realização.

Art. 69. Será garantido aos beneficiários do FUNPREV o conhecimento de seu Demonstrativo Financeiro, da seguinte forma:

- I - Através da publicação dos balancetes mensais no mural do município;
- II - Através da publicação dos balancetes anuais em jornal de circulação geral do Município ou regional;
- III - Através da publicação dos balancetes anuais em jornal de circulação geral do Município ou regional;

Art. 70. A Direção do FUNPREV encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, acumulada do exercício em curso, as seguintes demonstrações:

I - Demonstrativo Previdenciário do FUNPREV;

II - Comprovante mensal do repasse ao FUNPREV das contribuições a seu cargo e dos valores revidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas nos arts. 62 e 63;

III - Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações do FUNPREV;

Art. 71. Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que concorra as seguintes informações:

- I - Nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;
- II - Número de inscrição no cadastro;
- III - Beneficiário de contribuição, mês a mês;
- IV - Valores mensais e acumulados da contribuição do segurado;
- V - Valores mensais e acumulados da contribuição do ente federativo;

§ 1º O segurado será disponibilizado às informações constantes de seu registro individualizado mediante extrato anual, relativo ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro cadastrado individualizado serão consolidados para fins contábeis.

CAPÍTULO IX DA FUNÇÃO GESTORA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

SEÇÃO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 72. Com finalidade de gerir o Regime Próprio de Previdência do Município de Própolis, e atendendo ao que determina o § 20 do art. 40 da Constituição Federal, fica criada, nos termos desta Lei, a Autarquia de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Própolis (FUNPREV).

§ 1º O FUNPREV, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, com capacidade administrativa, gerencial, econômica, financeira e patrimonial, sob controle do executivo municipal, terá sede e foro no Município de Própolis, sua direção será por prazo indeterminado.

§ 2º Se extinto o FUNPREV, a entidade de que trata o caput deste artigo será incorporada ao Município de Própolis, que estará obrigado a assumir as atividades e as vinculações, não podendo em nenhuma hipótese, desmantelá-las, extinguí-las ou incorporá-las ao Tesouro Municipal.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, todo o patrimônio do FUNPREV deverá ficar vinculado às finalidades inerentes à Previdência dos servidores públicos municipais, titulares de cargos efetivos dos poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas Autarquias e Fundações.

Art. 73. A data de implantação do FUNPREV será, para todos os efeitos, 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

§ 1º Todas as atividades, atualmente desenvolvidas pelo Fundo de Previdência Municipal, criado pela Lei (01.591) de 17/05/1991, deverão passar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, para a Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Própolis (FUNPREV).

§ 2º Os servidores que foram requisitados pelo Conselho de Administração do Município de Própolis, para o exercício de suas funções, serão disponibilizados aos termos do parágrafo anterior permanecendo na titularidade de seus cargos e no desempenho das funções que lhe foram atribuídas pela Direção do FUNPREV, respeitando as atribuições do cargo.

SEÇÃO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FUNPREV

Art. 74. A organização do FUNPREV compreenderá:

- I - Conselho de Administração, órgão de planejamento, organização e deliberação superior;
- II - Conselho Fiscal, órgão de fiscalização;
- III - Diretoria Executiva.

SEÇÃO III DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 75. O Conselho de Administração é órgão de decisão e orientação superior do FUNPREV, cabendo-lhe preocupar-se com objetivos e políticas administrativas. Sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

Art. 76. O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros e igual número de suplentes.

desempenho dos programas aprovados;

XI - Exercer critério para o parcelamento de recolhimento em atraso;

XII - Examinar, mensalmente, ao Conselho Fiscal, a situação financeira, a posição dos salários do FUNPREV, com determinação de recortar e despesas para a manutenção do FUNPREV, após análise do Conselho Fiscal;

XIV - Fiscalizar os atos de gerenciamento da Diretoria Executiva;

XV - Compensar ao Conselho de Administração escolar e indicar os membros da Diretoria Executiva nos termos desta Lei;

XVI - Compete ao Conselho de Administração, através de seu Tesoureiro, assinar os cheques do FUNPREV em conjunto com o Diretor Executivo e Financeiro.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 77. O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo:

- I - 01 (um) representante do Poder Executivo;
- II - 03 (três) representantes dos Servidores Públicos do Município em atividade e efetivos eleitos em assembleia;
- III - 01 (um) representante dos servidores inativos.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão possuir a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório, sendo além destas condições pelo menos um de seus membros deverá possuir conhecimentos técnicos em administração, contabilidade ou contabilidade pública, para membros do Conselho Fiscal, e de 17 (sete) anos de experiência profissional, para membros do Conselho Fiscal, sendo designados pelo Poder Executivo, com base em lista elaborada pelo Conselho Fiscal, em caráter de urgência, para o mandato de 17 (sete) anos de cada mandato.

§ 2º O mandato do representante indicado e nomeado pelo prefeito, para membro do Conselho Fiscal, cessará por vontade ou pelo término do mandato da autoridade que procedeu a nomeação.

§ 3º - As reuniões do Conselho Fiscal serão promovidas mensalmente e somente poderão ser realizadas com a presença de 04 dos 05 membros.

§ 4º - Os membros que serão indicados e os candidatos à eleição do Conselho Fiscal deverão apresentar os seguintes requisitos exigidos para os conselheiros administrativos:

- § 5º - Na indicação dos representantes titulares e seus suplentes, para compor o Conselho Fiscal, será utilizado no que couber o que determina o Art. 76 desta Lei;
- § 6º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Fiscalizar, assegurado o acesso às informações de qualquer natureza, os livros das receitas e despesas do FUNPREV;
- II - Fiscalizar os destinos de verbas dos beneficiários, assim como a aplicação dos recursos, controle e resultado dos comprometimentos;
- III - Examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- IV - Propor ao Conselho de Administração medidas que achar convenientes;
- V - Propor ao Conselho de Administração medidas que achar convenientes;

Parágrafo Único: No desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, propor a contratação de perito.

SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 81. A Diretoria é órgão de administração geral do FUNPREV, cabendo-lhe, principalmente, fazer executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração dentro dos objetivos por ele estabelecidos.

Art. 82. A Diretoria Executiva do FUNPREV será composta dos seguintes cargos:

- I - 01 (um) Diretor Executivo e Financeiro;
- II - 01 (um) Diretor de Previdência;
- III - 01 (um) Diretor de Administração;

§ 1º - Os cargos previstos nos itens I e II serão ocupados por servidores cobertos a disposição pelo Município, com seus atos para origem e recebimento pelo executivo da atividade uma qualificação, a ser paga pelo FUNPREV.

§ 2º O exercício da função de Diretor Executivo e Financeiro será remunerada na mesma forma da remuneração do Chefe de Serviços, estabelecida na Lei que trata da estrutura organizacional da Prefeitura de Própolis, mediante complemento a ser pago pelo FUNPREV.

§ 3º O exercício da função de Diretor de Previdência será remunerada na mesma forma da remuneração do Encarregado de Serviços, estabelecida na Lei que trata da estrutura organizacional da Prefeitura de Própolis, mediante complemento a ser pago pelo FUNPREV.

§ 4º O FUNPREV assumirá o valor da falta de pagamento dos servidores cobertos, quando os valores complementares de remuneração pelo exercício de suas funções, previstos nos itens I e II, fixados o executivo municipal, não forem pagos pelo Município de Própolis, em virtude de atrasos ou considerações excessivas.

§ 5º - O Conselho Fiscal, desde que prescindiado os seguintes requisitos:

- I - Ser servidor público titular de cargo efetivo do Município de Própolis;
- II - Ser segurado do Fundo de Previdência e estar em dia com suas contribuições;
- III - Ter no mínimo 03 (três) anos de contribuição ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Própolis;

§ 6º - Não estar sofrendo processo administrativo disciplinar;

§ 7º - Não estar cumprindo penalidade disciplinar de advertência ou suspensão;

§ 8º - Não ter restrição em ficha funcional, de acordo com as leis que regem os servidores públicos municipais;

§ 9º - Apresentar condições negativas civil, criminal e de processos dos Cartórios da Comarca que resultem, além da declaração de bens atualizada;

§ 10 - Ter o estatuto cívico superior;

§ 11 - Ter conhecimento previdenciário;

§ 12 - Não ter conhecimento previdenciário;

§ 13 - Não ter conhecimento previdenciário;

§ 14 - Não ter conhecimento previdenciário;

§ 15 - Não ter conhecimento previdenciário;

§ 16 - Não ter conhecimento previdenciário;

§ 17 - Não ter conhecimento previdenciário;

§ 18 - Não ter conhecimento previdenciário;

§ 19 - Não ter conhecimento previdenciário;



LEI N.º 2090/2020

DATA: 14/05/2020

SÚMULA: Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 1.274/2006, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de Pinhão, cria a Unidade Gestora FUNPREV e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, aprovou e EU, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1.º Fica excluído em sua íntegra o artigo 33 e a alínea “b” do artigo 19 da Lei Municipal nº 1.274/2006, que dispõem sobre o auxílio reclusão.

Art. 2.º Os incisos I, II e II do artigo 63 passarão a vigorar com a seguinte redação:

I – Para o segurado ativo, 14% (quatorze por cento) da remuneração de contribuição, incidindo também sobre décima terceira parcela de remuneração;


II – Para o segurado inativo, 14% (quatorze por cento) incidente sobre o valor dos proventos que exceda o teto de benefício fixado para o Regime Geral de Previdência Social, incidindo também sobre a décima terceira parcela do benefício.

III – Para os pensionistas, 14% (quatorze por cento) incidente sobre o valor do benefício que exceda o teto de benefício fixado pelo Regime Geral de Previdência Social, incidindo também sobre a décima terceira parcela do benefício.



Art. 3.º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 dias de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de Maio de dois mil vinte, 55º Ano de Emancipação Política.



Odir Antonio Gotardo
Prefeito Municipal





PUBLICADO EM

15 / 08 / 2020

DECRETO N.º 192/2020

DATA: 14/08/2020

SÚMULA: Altera alíquota de Contribuição Previdenciária Patronal e dos Servidores ativos, inativos e pensionistas, segurados do Fundo de Previdência Municipal - FUNPREV, do Município de Pinhão.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:


Art. 1.º. Fica alterada a alíquota de contribuição previdenciária patronal do Município de Pinhão de 13% (treze por cento) para 14% (quatorze por cento), em favor do Fundo de Previdência Municipal - FUNPREV, em conformidade com o cálculo atuarial e com o disposto no art. 62 da Lei Municipal n.º 1.274/2006, de 02/10/2006.

Art. 2.º. Fica alterada a alíquota de contribuição previdenciária dos segurados ativos, inativos e pensionistas, passando de 11% (onze por cento) da remuneração de contribuição, até a presente data, a 14% (quatorze por cento) da remuneração de contribuição, a partir de 15 de Agosto de 2020, incidindo também sobre décima terceira parcela de remuneração, conforme dispõe o art. 2º da Lei Municipal n.º 2.090/2020, de 14/05/2020.

Art. 3.º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 14 de Agosto de 2020.


Odir Antonio Gotardo
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Virmond
Estado do Paraná
CNPJ nº 45.087.032/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000


DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2020-PMV

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Virmond, Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico, anexo, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nº 16/2020-PMV, cujo objeto é a **Aquisição de climatizadores para o barracão municipal onde será alojada a fábrica de jeans e algodão** a objeto a empresa: **ROTOPLAST INDUSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 09.176.237/0001-00, no valor total de R\$ 17.180,00 (dezesete mil e oitenta reais).

Virmond, 15 de maio de 2020.

NEWMAN GRANDINO
Prefeito Municipal



Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ: 95.048.748/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 1112 - Centro - CEP 85.950-050
Fone: (41) 36373-1140

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

Contratante: Município de Nova Laranjeiras
CNPJ: 95.587.648/0001-12

Contratado: ALINE GOMES DOS SANTOS DE SIQUEIRA EIRELI - ME
CNPJ: 15.252.790/0001-70


Objeto: Aquisição de coletes para as equipes de orientação e fiscalização de rede de saúde municipal - Pandemia do Coronavirus COVID19.

Valor: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).

Fundamento: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Nova Laranjeiras - Pr, 14 de Maio de 2020.

JOSE UNUI GOMES
Prefeito Municipal



FOZ DO JORDÃO
Estado do Paraná
CNPJ nº 09.176.237/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

Contratante: Município de Foz de Jordão
CNPJ: 95.587.648/0001-12

Contratado: ALINE GOMES DOS SANTOS DE SIQUEIRA EIRELI - ME
CNPJ: 15.252.790/0001-70


Objeto: Aquisição de coletes para as equipes de orientação e fiscalização de rede de saúde municipal - Pandemia do Coronavirus COVID19.

Valor: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).

Fundamento: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Foz de Jordão - PR, 14 de Maio de 2020.

JOSE UNUI GOMES
Prefeito Municipal



FOZ DO JORDÃO
Estado do Paraná
CNPJ nº 09.176.237/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

Contratante: Município de Foz de Jordão
CNPJ: 95.587.648/0001-12

Contratado: ALINE GOMES DOS SANTOS DE SIQUEIRA EIRELI - ME
CNPJ: 15.252.790/0001-70


Objeto: Aquisição de coletes para as equipes de orientação e fiscalização de rede de saúde municipal - Pandemia do Coronavirus COVID19.

Valor: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).

Fundamento: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Foz de Jordão - PR, 14 de Maio de 2020.

JOSE UNUI GOMES
Prefeito Municipal



FOZ DO JORDÃO
Estado do Paraná
CNPJ nº 09.176.237/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

Contratante: Município de Foz de Jordão
CNPJ: 95.587.648/0001-12

Contratado: ALINE GOMES DOS SANTOS DE SIQUEIRA EIRELI - ME
CNPJ: 15.252.790/0001-70


Objeto: Aquisição de coletes para as equipes de orientação e fiscalização de rede de saúde municipal - Pandemia do Coronavirus COVID19.

Valor: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).

Fundamento: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Foz de Jordão - PR, 14 de Maio de 2020.

JOSE UNUI GOMES
Prefeito Municipal



FOZ DO JORDÃO
Estado do Paraná
CNPJ nº 09.176.237/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

Contratante: Município de Foz de Jordão
CNPJ: 95.587.648/0001-12

Contratado: ALINE GOMES DOS SANTOS DE SIQUEIRA EIRELI - ME
CNPJ: 15.252.790/0001-70


Objeto: Aquisição de coletes para as equipes de orientação e fiscalização de rede de saúde municipal - Pandemia do Coronavirus COVID19.

Valor: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).

Fundamento: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Foz de Jordão - PR, 14 de Maio de 2020.

JOSE UNUI GOMES
Prefeito Municipal



FOZ DO JORDÃO
Estado do Paraná
CNPJ nº 09.176.237/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

Contratante: Município de Foz de Jordão
CNPJ: 95.587.648/0001-12

Contratado: ALINE GOMES DOS SANTOS DE SIQUEIRA EIRELI - ME
CNPJ: 15.252.790/0001-70

Objeto: Aquisição de coletes para as equipes de orientação e fiscalização de rede de saúde municipal - Pandemia do Coronavirus COVID19.

Valor: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).

Fundamento: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Foz de Jordão - PR, 14 de Maio de 2020.

JOSE UNUI GOMES
Prefeito Municipal

FOZ DO JORDÃO
Estado do Paraná
CNPJ nº 09.176.237/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020

Contratante: Município de Foz de Jordão
CNPJ: 95.587.648/0001-12

Contratado: ALINE GOMES DOS SANTOS DE SIQUEIRA EIRELI - ME
CNPJ: 15.252.790/0001-70

Objeto: Aquisição de coletes para as equipes de orientação e fiscalização de rede de saúde municipal - Pandemia do Coronavirus COVID19.

Valor: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais).

Fundamento: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Foz de Jordão - PR, 14 de Maio de 2020.

JOSE UNUI GOMES
Prefeito Municipal

FOZ DO JORDÃO
Estado do Paraná
CNPJ nº 09.176.237/0001-00
Av. 30 de Novembro, 405, Centro, Fone/Fax (41) 3671-1023, Cel. 99.209.000

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/202



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

ATA 001/2022

Aos 18 dias do mês de março do ano de 2022, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os Conselheiros do CACS – FUNDEB para a discussão das contas do fundo referente ao ano de 2021 que deve ser enviado o parecer favorável para o tribunal de contas. O relatório será feito e assinado pelos conselheiros nessa reunião. Os documentos enviados para o tribunal de contas serão encaminhados no grupo de Whatsapp. A professora Gabriela argumentou sobre a reformulação do estatuto do magistério que só pode ocorrer depois do CONAE que será em 19 e 20 de abril e que ele precisa estar de acordo com o diz a Lei Federal. Além disso, foi falado sobre a urgência do concurso público para professores e todos os profissionais da rede municipal de Educação. A professora Nagelly falou sobre as metas que o Governo Federal colocou para o decênio de 2024-2034 que são muitos diferentes do atual decênio. O parecer conclusivo da gestão dos recursos do FUNDEB do exercício de 2021 foi aprovado, lembrando que essa ata foi transcrita no livro ata do Conselho. Sem mais para o momento assino:

Danielle Ferreira da Rosa, Presidente de Oliveira
Wagner Santos Ferreira, José Américo Benaschewsky,
Mário Régio Neto, Nilce Aparecida Campargo,
Angela Maria de Oliveira, Cléia Maria de Lima,
Nagelly Ferreira Colli, Maria Inez Walter
Perinske, Angella Parvuda Jacimento, Solange Aparecida
Santos Adorowski, Paulo Oton A. de Oliveira

**CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL – CACS – FUNDEB MANDATO
03/05/2021 À 02/05/2023 ATO DE NOMEAÇÃO DECRETO Nº 182/2021**

**PARECER CONCLUSIVO DA GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB (PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL EXERCÍCIO DE 2021)**

1. O Conselho Municipal de Acompanhamento de Controle Social do FUNDEB do Município de Pinhão-PR, em atendimento às exigências legais, notadamente nos arts. 24 e 27 da Lei nº11.494, de 20 de junho de 2007, e a regulamentação municipal própria, para fins da Prestação de Contas Anual, do Município de Pinhão, nós do Conselho de Acompanhamento de Controle Social verificamos que o Município de Pinhão, aplicou corretamente os recursos repassados pelo FNDE- Ministério da Educação durante o exercício 2021, é de parecer pela aprovação das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
2. A opinião supra esta consubstanciada no resultado do acompanhamento periódico dos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e documentação que fundamenta os registros e informações, relativamente ao exercício financeiro de 2021, examinados à luz dos preceitos e normas e administração pública e nos critérios estabelecidos especialmente na Lei nº11.494/2007 e Lei nº9.394/96, observando as competências legais do Conselho, destacando-se a abordagem dos seguintes aspectos:
 - I) Organização e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
 - II) A relevância atribuída pelo gestor às deliberações e recomendações do Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas às aplicações dos recursos do FUNDEB;
 - III) Reuniões ordinárias de controle, acompanhamento e deliberação acerca da execução orçamentária dos recursos do FUNDEB, compreendendo a verificação a conformidade com as normas em relação a:
 - a) a arrecadação realizada no exercício;
 - b) a execução da despesa orçamentária autorizada;
 - c) a efetiva materialização dos gastos e sua pertinência quanto ao enquadramento no contexto da manutenção e no desenvolvimento da educação básica;
 - d) as movimentações financeiras bancárias e a aplicação financeira das disponibilidades;
 - IV) A avaliação do cumprimento da obrigação com o mínimo reservado para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercícios das funções, compreendendo a arrecadação anual do FUNDEB, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, e as despesas com a folha de pagamento de profissionais do magistério, empenhadas nos termos do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (no código específico do SIM/AM), podendo-se opinar até onde os exames puderem alcançar, que não foram constatadas ofensa às normas;
 - V) A avaliação da regularidade das demais despesas empenhadas à conta do FUNDEB (40%), quanto à utilização em despesas consideradas manutenção e desenvolvimento da educação básica, nos termos dos arts. 2º e 21 da Lei nº11.494/2007, podendo-se opinar ate onde os exames puderem alcançar que não foram constatadas ofensas as normas.

VI) Com relação ao saldo máximo, de até 5%, cuja aplicação na programação orçamentária do primeiro trimestre do exercício seguinte é admitida, verifica-se que a execução de despesas referidas nos itens V e VI, deste parecer cumpre o mínimo de 95% dos recursos do FUNDEB, cuja aplicação dentro do próprio exército é obrigatória.

3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais caso ensejarem.

É o Parecer: Nós do Conselho de Acompanhamento e Controle Social verificamos que o município de Pinhão, aplicou corretamente os recursos repassados pelo FNDE – Ministério da Educação durante o ano de 2021. Conclusão da análise da prestação de contas.

☒ REGULAR

☐ REGULAR COM RESSALVAS


☐ IRREGULAR


José Francisco Bernardino



Eridiane Gonçalves de Macedo

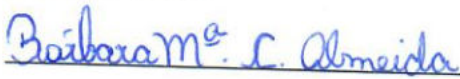
Representantes do Conselho Tutelar


Jair Prudente de Oliveira



Nilza Aparecida Palhano da Silva

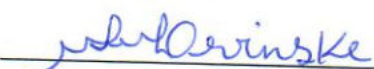
Representantes dos Diretores

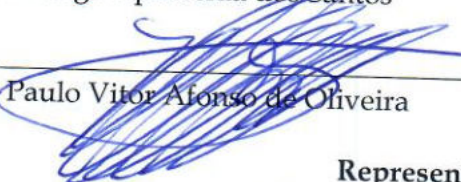

Amanda Franco de Oliveira


Bárbara Maria Camargo Almeida

Representantes dos Estudantes

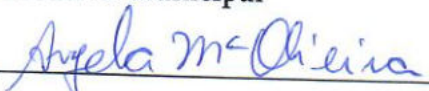

Solange Aparecida dos Santos

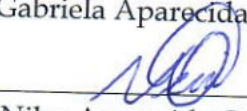

Maria Inêz Walter Levinski

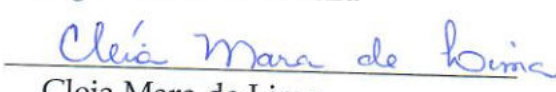

Paulo Vitor Afonso de Oliveira

Representantes do Executivo Municipal

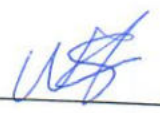

Gabriela Aparecida Mendes

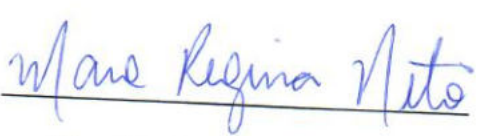

Angela Maria de Oliveira


Nilce Aparecida Camargo

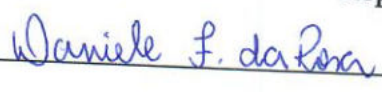

Cleia Mara de Lima


Representantes dos Pais


Wagner dos Santos Ferreira

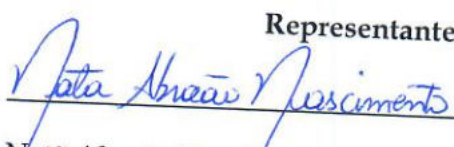

Mara Regina Neto

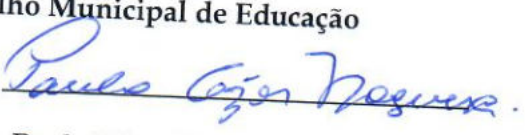
Representantes dos Professores


Daniele Ferreira da Rosa



Ângela Aparecida Nascimento

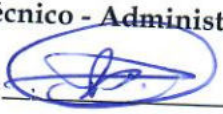
Representantes do Conselho Municipal de Educação


Natã Abraão Nascimento


Paulo César Nogueira

Representantes do Técnico - Administrativo


Elisângela Teixeira


Darci Severino

Representantes da Escola do Campo



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Ofício nº: 54/2022 SMEC

Pinhão, 30 de março 2022.

PARECER DO COMITÊ DO TRANSPORTE ESCOLAR

O comitê do Municipal do Transporte Escolar do Município de Pinhão - PR foi criado pela Lei nº 1924/15, seguirá as orientações e instruções necessárias a consecução no artigo 17 da resolução 777/2013 – GS/ SEED, e na Lei Federal nº10. 880, de 9 de junho de 2004, que instituem, respectivamente, o programa Estadual de Transporte Escolar /PETE, o programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar /PNATE, E Resolução nº 777/2013, da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

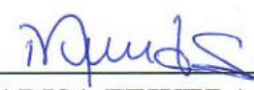
Competem ao Comitê Municipal do Transporte Escolar as seguintes atribuições:

- I- Analisar os relatórios Bimestrais de controle do transporte diário dos alunos, contendo data, rota de transporte escolar, o número de alunos não atendidos, justificativa para as faltas e situação quanto a reposição das mesmas, que deverão ser encaminhados ao NRE, com parecer do Comitê;
- II- Verificar a correta aplicação dos recursos podendo requisitar ao Município cópia dos documentos que julgar necessário ao esclarecimento de quaisquer fatos relacionados a aplicação dos Recursos do Transporte Escolar;
- III- Realizar visitas técnicas para verificar a adequação e a regularidade do Transporte;
- IV- Verificar a regularidade dos procedimentos encaminhando os problemas identificados ao NRE respectivos, para que as autoridades constituídas adotem as providencias cabíveis e apliquem as penalidades, quando necessário;

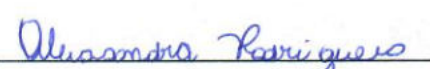
Os membros do comitê acompanham as condições de oferta do transporte escolar público municipal e estadual.

Atenciosamente.


FERNANDO SVIÉRCOSWSKI
Representante da Rede Estadual de Ensino


MARISA TEIXEIRA DA SILVA
Representante da Rede Municipal de Ensino


WAGNER DA LUZ ANTUNES ANDRADE
Representante da Secretaria Municipal de Educação


ALESSANDRA RODRIGUES
Representante dos Pais



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS PINHÃO



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHÃO PR.

Data: 16/03/2022

Horário: 14:00hs

Local: Sala da atenção primaria.

Conselheiros Membros – Gestão 2022

Ata nº03/2022, reuniram-se na sala de reunião da atenção primaria, os componentes do Conselho Municipal de Saúde – CMS Pinhão, para discutir assuntos pertinentes, começou com a leitura da ata anterior pela enfermeira Crislaine, Carine refere que houve um erro na ultima ata, corrigindo para plano anual de saúde, aprovado pelo presidente a ata da reunião passada. Carine começa a apresentar os relatórios anual de gestão de 2021. Referente a morbidade a enfermeira Carine explicou que os índices de internamento teve mudanças devido o internamentos por Covid, referente a mortalidade a causa de morte no município aumentou pelo CIDdoenças por comorbidades parasitarias referente ao Covid. Em levantamento os profissionais de saúde ate dezembro de 2021, somaram-se 264 servidores, Carine refere também sobre a produção das ações e serviços de saúde, refere que a produção do sistema pode estar abaixo do verdadeiro numero de produções devido ao IDS, pois muitos médicos não usam o sistema e ate mesmo o interior, onde o presidente Adimarins fala que no interior os profissionais tem dificuldade ao acesso da internet. Em analise ao banco de dados epidemiológicos, discutem-se o numero de sífilis que aumentou signifitivamente durante esse ano, enfermeiro Renan, relata que aumentou muito os casos a tendência e diminuir durante os próximos períodos, enfermeira Adelita relata que muitos casos de gestantes com sífilis no hospital não estão sendo identificados nas carteiras das gestantes. Enfermeira Carine refere que houve baixa cobertura vacinal, devido a resistência das mães para levar os filhos a vacinar. Jessica representante da APAE refere que na escola também tem muita resistência para manter o calendário vacinal em dia. Carine demonstra os recursos e repasse do governo estadual, para o município. Presidente Adimarins coloca para aprovação após apresentação de Carine aprovar o relatório, após discutir sobre aprovação e colocar em pauta que nenhum representante da contabilidade esteve presente para explicar, sobre os recursos, entramos em consenso que para ser aprovado devera algum representante da contabilidade estar presente para que o relatório seja aprovado. A enfermeira Carine relata sobre o andamento do pronto atendimento e do SAMU. A contadora Vanessa representante do financeiro começa dizendo que os recursos e as despesas do município apresentados são recursos próprios explicando cada um deles,

RUA EXPEDICIONÁRIO AMARILIO DE LIMA, 100- PINHÃO – PARANÁ

Fone: (42) 3677 - 8322



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS PINHÃO



Vanessa ainda refere que teve gastos dos recursos do covid, para os insumos respectivos. Adimarins declara aprovada a prestação de contas da saúde do ano de 2021, deixa justificada a ausência do secretário de saúde Alain Cesar e Abreu, agradece a todos pela presença, e refere 2ª quarta-feira de cada mês para a reunião, Adimarins passa a palavra para Adelita enfermeira do hospital, onde ela coloca em pauta a atenção com as gestantes do município, solicita mais atenção como acompanhamento das grávidas no município, refere também que os familiares de muitos idosos abandonam os mesmos no hospital solicita também o número e a parceria da assistência social do posto de saúde. Vilma questiona quando irá voltar os atendimentos médicos nos postinhos do interior, e também perguntando sobre a psicóloga. Adimarins refere que os atendimentos médicos nos postinhos do interior estão voltando gradativamente e que a psicóloga da saúde hoje será a Juliane no centro de especialidades. Vilma coloca em pauta a falta de profissionalidade da psicóloga Marcela que está respondendo uma sindicância, todos concordam que a mesma não tem preparo para atender os pacientes. Adelita pergunta como está o processo para médicos da vaga 0 (zero), já que é um grande problema nas vagas 0 (zero) o hospital necessita de um médico para esses casos. Carine refere que o doutor Andrei está em processo de acordo e que provavelmente ele fará as transferências. Adimarins agradece e declara encerrada a reunião.

Jose Renan J. Silva.

Adimarins

Antonio Assis Repay

Carine meirim
de Pin

Jessica J. Caldas Conselho Def. Carlos Antonio

Shirley Dore

Vilma Azeiteiro, Larissa Cavalli,

Adelar Caldas

Silviano Buchet

RUA EXPEDICIONÁRIO AMARILIO DE LIMA, 100- PINHÃO - PARANÁ

Fone: (42) 3677 - 8322



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS PINHÃO



RESOLUÇÃO Nº 03/2022/CMS

DATA: 18/03/2022

Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual de Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Pinhão, relativas ao exercício de 2021, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pinhão, em Reunião Ordinária, realizada em 16 de março de 2022, Atas nº 03/2022, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1.401 de 08/2008 e

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;

Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;

Considerando ainda o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório Anual de Gestão – RAG do Fundo Municipal de Saúde de Pinhão/PR.
Referente ao exercício de 2021.

Pinhão, 18 de março de 2022.

ADIMARINS FABRICIO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a **Resolução nº 03/2022**, de 18 de março de 2022, nos termos do Parágrafo 2º, Art. 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990.

JOSE VITORINO PRESTES

Prefeito Municipal

RUA EXPEDICIONÁRIO AMARILIO DE LIMA, 100 – PINHÃO – PARANÁ
Fone: (42) 3677 - 8322



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2145/2022

Processo Nº: 220313/22

Data e hora da distribuição: 31/03/2022 16:08:43

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Entidade: MUNICÍPIO DE PINHÃO

Interessado: JOSÉ VITORINO PRÉSTES

Exercício: 2021

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Impedimentos:



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 237/22

Processo nº : 220313/22

Data e hora da redistribuição : 03/11/2022 14:36:00

Assunto : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Entidade : MUNICÍPIO DE PINHÃO

Interessado : JOSÉ VITORINO PRÉSTES

Exercício : 2021

Modalidade de redistribuição : redistribuição por vacância, conforme disposto no art. 342, § 2º, do Regimento Interno.

Relator : Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Impedimentos :

DP, em 03/11/2022

Paulo Sérgio Moura Santos - Diretor

Matr. 51.560-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PROCESSO Nº: 220313/22

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

INSTRUÇÃO Nº: 5901/2022 - CGM - PRIMEIRO EXAME

MUNICÍPIO DE PINHÃO. Prestação de Contas do exercício de 2021. Primeiro Exame. Contas com Restrições - Cabe aplicação de multa.

SUMÁRIO DO ESCOPO DA ANÁLISE E INDICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS APONTADAS NESTA INSTRUÇÃO

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE ANÁLISE	ITENS CONSTATADOS	ITENS NÃO CONSTATADOS
CONTROLE INTERNO		
Ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno.		Nada Constatado
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.	Há Restrição	
O Relatório do Controle Interno apresenta ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão.		Nada Constatado
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO		
Resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS.		Nada Constatado
AValiação da Aplicação no Ensino Básico Municipal		
Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.	Há Restrição	
Aplicação de no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica.		Nada Constatado
Aplicação de no mínimo 90% dos recursos do FUNDEB no exercício da arrecadação. Saldo deixado de aplicar no primeiro quadrimestre do exercício seguinte excede a 10%.		Nada Constatado
Aplicação de no mínimo 15% do valor da complementação do Valor Anual Total por Aluno (VAAT) em despesas de capital.		Nada Constatado
Aplicação de no mínimo 50% da complementação do Valor Anual Total por Aluno (VAAT) na educação infantil.		Nada Constatado
AValiação da Aplicação em Ações de Saúde Municipal		
Falta de aplicação do índice mínimo de 15% em serviços e ações de saúde pública.		Nada Constatado
GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Ausência de encaminhamento do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, emitido pelo Ministério da Previdência Social vigente na data da prestação de contas.		Nada Constatado
Ausência de encaminhamento da Lei que formaliza a opção escolhida para equacionamento do déficit, sendo exemplos: o aumento da alíquota ou a criação de alíquota complementar.		Nada Constatado
Ausência de Pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no Laudo Atuarial.		Nada Constatado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

ASPECTOS FISCAIS - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		
Limite da Dívida Consolidada – não redução de 25% no prazo legal.		Nada Constatado
Limite da Dívida Consolidada – não retorno ao limite no prazo legal.		Nada Constatado
MULTAS DECORRENTES DE ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
Entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso.		Nada Constatado
OUTRAS VERIFICAÇÕES		
Acompanhamento de Acórdão do TCE/PR.		Nada Constatado

PRELIMINARES

Trata-se da prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PINHÃO**, relativa ao exercício financeiro de 2021, cujo conteúdo e estruturação encontram-se definidos na Instrução Normativa nº 169/2021, do Tribunal de Contas do Paraná.

A presente Instrução tem por finalidade reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno - Resolução nº 01/2006 e atualizações.

O exame realizado no processo deteve-se na verificação do cumprimento dos procedimentos aplicáveis à Administração Pública e na avaliação de pontos de controle atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/00, com o objetivo de instruir a emissão do Parecer Prévio sobre as contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

PARTE I - EXPOSITIVA

Este título contempla as principais peças da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultado, na conformação aos formatos estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, além dos demonstrativos relativos ao atendimento das exigências legais e constitucionais. Os valores que serão reproduzidos foram extraídos da base de dados de responsabilidade exclusiva da entidade municipal, transmitidas no âmbito do Sistema de Informações Municipais - SIM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

RESPONSÁVEIS PELA ENTIDADE

CARGO/FUNÇÃO	NOME	CPF	INÍCIO	FINAL	CRC
Prefeito	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	01/01/2021	31/12/2024	
Contador	VANESSA SCHIMITT	039.776.979-27	01/01/2017	31/12/2024	052465/O-4
Controle Interno	THAISA VARGAS DE OLIVEIRA	046.992.639-25	01/01/2021	18/09/2022	

1 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

1.1 - PLANO PLURIANUAL

Aprovado pela Lei Municipal nº 1996/2017, de 24/11/2017.

1.2 - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As Diretrizes para elaboração da proposta orçamentária foram aprovadas pela Lei Municipal nº 2103/2020, de 7/8/2020.

1.3 - ORÇAMENTO ANUAL

O Orçamento para o exercício foi aprovado pela Lei Municipal nº 2120/2020, de 11/12/2020.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

2.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE PINHÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	84.019.034,88	88.295.302,04	111.289.770,77	22.994.468,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.875.218,88	7.875.218,88	11.757.122,69	3.881.903,81
Impostos	6.470.480,00	6.470.480,00	10.299.066,51	3.828.586,51
Taxas	1.355.278,88	1.355.278,88	1.392.824,58	37.545,70
Contribuição de Melhoria	49.460,00	49.460,00	65.231,60	15.771,60



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	546.700,00	546.700,00	550.879,38	4.179,38
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	546.700,00	546.700,00	550.879,38	4.179,38
RECEITA PATRIMONIAL	111.844,00	138.849,64	1.007.863,30	869.013,66
Receitas Imobiliárias	5.660,00	5.660,00	6.184,68	524,68
Receitas de Valores Mobiliários	92.084,00	119.089,64	876.396,84	757.307,20
Receita de Concessões e Permissões	12.100,00	12.100,00	125.281,78	113.181,78
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	2.000,00	2.000,00	0,00	- 2.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	102.600,00	102.600,00	260.313,42	157.713,42
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75.166.672,00	79.415.933,52	97.534.141,25	18.118.207,73
Transferências da União e de suas Entidades	35.998.588,00	37.626.019,09	42.393.337,66	4.767.318,57
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.318.084,00	25.589.408,47	37.377.115,11	11.787.706,64
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	29.403,57	29.403,57
Transferências de Instituições Privadas	0,00	5.783,00	8.655,78	2.872,78
Transferências de Outras Instituições Públicas	15.850.000,00	16.194.722,96	17.725.629,13	1.530.906,17
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	216.000,00	216.000,00	179.450,73	- 36.549,27
RECEITAS DE CAPITAL	600.000,00	17.340.760,49	5.044.815,29	- 12.295.945,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	13.244.216,10	1.115.527,75	- 12.128.688,35
Operações de Crédito Internas	600.000,00	13.244.216,10	1.115.527,75	- 12.128.688,35
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	4.096.544,39	3.929.287,54	- 167.256,85
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	2.201.519,00	2.050.840,00	- 150.679,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	1.895.025,39	1.878.447,54	- 16.577,85
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Identificados				
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	84.619.034,88	105.636.062,53	116.334.586,06	10.698.523,53
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	84.619.034,88	105.636.062,53	116.334.586,06	10.698.523,53
DÉFICIT (IV)	0,00	7.272.312,03	0,00	- 7.272.312,03
TOTAL (V) = (III + IV)	84.619.034,88	112.908.374,56	116.334.586,06	3.426.211,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00	11.332.312,03	11.332.312,03	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	11.332.312,03	11.332.312,03	0,00
Reabertura de créditos adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESA EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	78.012.117,40	87.889.395,86	83.904.205,80	82.743.347,66	82.399.136,63	3.985.190,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.632.839,21	51.911.299,80	50.960.392,67	50.960.392,66	50.955.506,66	950.907,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	197.794,59	184.134,18	184.134,18	184.134,18	13.660,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.079.278,19	35.780.301,47	32.759.678,95	31.598.820,82	31.259.495,79	3.020.622,52
DESPESAS DE CAPITAL	1.519.917,48	24.994.867,97	7.810.848,18	5.936.630,91	5.894.845,28	17.184.019,79
INVESTIMENTOS	1.119.917,48	24.047.762,47	6.863.742,68	4.989.525,41	4.947.739,78	17.184.019,79
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	947.105,50	947.105,50	947.105,50	947.105,50	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	907.000,00	24.110,73	0,00	0,00	0,00	24.110,73
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	80.439.034,88	112.908.374,56	91.715.053,98	88.679.978,57	88.293.981,91	21.193.320,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	80.439.034,88	112.908.374,56	91.715.053,98	88.679.978,57	88.293.981,91	21.193.320,58
SUPERÁVIT (IX)	4.180.000,00	0,00	24.619.532,08	27.654.607,49	28.040.604,15	-
TOTAL (X) = (VII + IX)	84.619.034,88	112.908.374,56	116.334.586,06	116.334.586,06	116.334.586,06	- 3.426.211,50

RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Dados processados em: 17/02/2022 00:39 | Relatório emitido em: 23/11/2022 09:49

2.2 - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS

2.2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DE FONTES NÃO VINCULADAS A PROGRAMAS, CONVÊNIOS, OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E RPPS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2018	%	Exercício 2019	%	Exercício 2020	%	Exercício 2021	%
1 - Receitas Correntes	73.928.147,79	99,82	77.832.253,11	99,88	82.394.112,29	100,00	101.735.530,55	100,00
2 - Receitas de Capital	132.150,00	0,18	90.420,00	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Soma da Receita (1+2)	74.060.297,79	100,00	77.922.673,11	100,00	82.394.112,29	100,00	101.735.530,55	100,00
4 - Despesas Correntes	70.271.184,13	94,88	72.166.317,91	92,61	73.082.507,89	88,70	74.104.246,97	72,84
5 - Despesas de Capital	1.370.561,20	1,85	1.365.429,13	1,75	1.477.629,91	1,79	3.890.321,72	3,82
6 - Soma da Despesa (4+5)	71.641.745,33	96,73	73.531.747,04	94,37	74.560.137,80	90,49	77.994.568,69	76,66
7 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO (3-6)	2.418.552,46	3,27	4.390.926,07	5,63	7.833.974,49	9,51	23.740.961,86	23,34
8 - Interferências Financeiras	-3.025.315,30	-4,08	-3.021.747,64	-3,88	-2.744.197,15	-3,33	-3.404.151,57	-3,35
9 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (7+8)	-606.762,84	-0,82	1.369.178,43	1,76	5.089.777,34	6,18	20.336.810,29	19,99
10 - Cancelamento de Restos a Pagar	766.726,51	1,04	258.546,81	0,33	213.193,96	0,26	119.636,69	0,12
11 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - RESULTADO AJUSTADO DO EXERCÍCIO (9+10+11+12)	159.963,67	0,22	1.627.725,24	2,09	5.302.971,30	6,44	20.456.446,98	20,11
14 - Superávit/Déficit do Exercício Anterior	-500.262,79	-0,68	-340.299,12	-0,44	1.287.426,12	1,56	6.590.397,42	6,48
15 - Total do Ativo Realizável	10.106,66	0,01	14.508,79	0,02	13.679,62	0,02	1.832,34	0,00
16 - RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (13+14-15)	-350.405,78	-0,47	1.272.917,33	1,63	6.576.717,80	7,98	27.045.012,06	26,58

Nota 1 – O demonstrativo é composto pelos recursos não vinculados a programas, convênios, operações de crédito e Regime Próprio de Previdência Social, conforme Instrução Normativa nº 169/2021.

Nota 2 – Até o exercício de 2020, a restrição era gerada para a entidade quando a linha 16 "RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO" fosse negativo (Deficitário) no exercício da prestação de contas e o valor do resultado financeiro acumulado do exercício anterior fosse superavitário, ou o valor do déficit acumulado do exercício anterior fosse inferior ao resultado financeiro acumulado (déficit) apurado no exercício da prestação de contas.

Nota 3 – A partir do exercício de 2021 será gerada restrição para a entidade quando a linha 16 "RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO" for negativo (Deficitário) em relação ao exercício anterior. Critério alterado conforme Acórdão nº 1502/21-S2C referente ao processo de prestação de contas nº 269013/20 do Município de Lindoeste.

Nota 4 – Observa-se que para fins de apuração do "RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (16)" foram excluídos os valores registrados no "ATIVO REALIZÁVEL (15)".

Nota 5 – Os valores apresentados no demonstrativo não contemplam os recursos referentes as Emendas Parlamentares Individuais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

2.2.2 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO MENSAL DE FONTES NÃO VINCULADAS A PROGRAMAS, CONVÊNIOS, OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E RPPS

ESPECIFICAÇÃO (PARTE 1)	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
01 - Receitas Correntes	8.176.107,06	15.873.295,47	22.025.055,92	31.167.419,70	39.288.846,59	47.510.087,61
02 - Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - TOTAL DAS RECEITAS (3=1+2)	8.176.107,06	15.873.295,47	22.025.055,92	31.167.419,70	39.288.846,59	47.510.087,61
04 - Despesas Correntes	4.799.254,37	10.193.199,80	15.708.299,04	21.651.045,60	27.477.591,48	33.425.446,43
05 - Despesas de Capital	77.129,05	220.709,77	1.085.607,21	1.309.384,33	1.472.726,05	1.587.863,48
06 - TOTAL DAS DESPESAS (6=4+5)	4.876.383,42	10.413.909,57	16.793.906,25	22.960.429,93	28.950.317,53	35.013.309,91
07 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PERÍODO (7=3-6)	3.299.723,64	5.459.385,90	5.231.149,67	8.206.989,77	10.338.529,06	12.496.777,70
08 - Interferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 - Interferências Financeiras Concedidas	355.000,00	695.000,00	1.035.000,00	1.373.000,00	1.713.000,00	2.056.000,00
10 - RESULTADO DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (10=8-9)	-355.000,00	-695.000,00	-1.035.000,00	-1.373.000,00	-1.713.000,00	-2.056.000,00
11 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (11=7+10)	2.944.723,64	4.764.385,90	4.196.149,67	6.833.989,77	8.625.529,06	10.440.777,70
12 - Cancelamento de RAP Não Processados	0,00	12.929,81	45.773,81	46.533,81	46.533,81	81.623,06
13 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Estornos de Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Apropriação de Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - RESULTADO AJUSTADO DO EXERCÍCIO (17=11+12+13-14+15+16)	2.944.723,64	4.777.315,71	4.241.923,48	6.880.523,58	8.672.062,87	10.522.400,76
18 - Resultado Financeiro do Exercício Anterior	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42
19 - Total do Ativo Realizável	15.352,61	13.210,43	12.465,05	14.031,81	12.463,16	9.894,60
20 - RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (20=17+18-19)	9.519.768,45	11.354.502,70	10.819.855,85	13.456.889,19	15.249.997,13	17.102.903,58
21 - Percentual do Resultado sobre a Receita (21=(20/03)*100)	116,43	71,53	49,13	43,18	38,82	36,00

ESPECIFICAÇÃO (PARTE 2)	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
01 - Receitas Correntes	56.386.516,94	64.400.497,33	72.336.983,38	80.937.182,87	90.438.228,27	101.735.530,55
02 - Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - TOTAL DAS RECEITAS (3=1+2)	56.386.516,94	64.400.497,33	72.336.983,38	80.937.182,87	90.438.228,27	101.735.530,55
04 - Despesas Correntes	39.631.214,92	46.150.483,89	52.157.650,11	58.221.536,98	65.541.912,88	74.104.246,97
05 - Despesas de Capital	1.803.302,30	2.139.461,65	2.464.936,03	2.611.609,91	2.723.849,06	3.890.321,72
06 - TOTAL DAS DESPESAS (6=4+5)	41.434.517,22	48.289.945,54	54.622.586,14	60.833.146,89	68.265.761,94	77.994.568,69
07 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PERÍODO (7=3-6)	14.951.999,72	16.110.551,79	17.714.397,24	20.104.035,98	22.172.466,33	23.740.961,86
08 - Interferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	687.848,43
09 - Interferências Financeiras Concedidas	2.396.000,00	2.734.000,00	3.073.000,00	3.413.000,00	3.753.000,00	4.092.000,00
10 - RESULTADO DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	-2.396.000,00	-2.734.000,00	-3.073.000,00	-3.413.000,00	-3.633.000,00	-3.404.151,57



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

(10=8-9)						
11 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (11=7+10)	12.555.999,72	13.376.551,79	14.641.397,24	16.691.035,98	18.539.466,33	20.336.810,29
12 - Cancelamento de RAP Não Processados	103.701,40	116.541,06	116.541,06	117.627,06	117.627,06	119.636,69
13 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Estornos de Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Apropriação de Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - RESULTADO AJUSTADO DO EXERCÍCIO (17=11+12+13-14+15+16)	12.659.701,12	13.493.092,85	14.757.938,30	16.808.663,04	18.657.093,39	20.456.446,98
18 - Resultado Financeiro do Exercício Anterior	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42	6.590.397,42
19 - Total do Ativo Realizável	12.205,31	9.336,16	13.627,22	14.226,94	10.321,66	1.832,34
20 - RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (20=17+18-19)	19.237.893,23	20.074.154,11	21.334.708,50	23.384.833,52	25.237.169,15	27.045.012,06
21 - Percentual do Resultado sobre a Receita (21=(20/03)*100)	34,12	31,17	29,49	28,89	27,91	26,58

2.2.3 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO - TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2018	%	Exercício 2019	%	Exercício 2020	%	Exercício 2021	%
1 - Receitas Correntes	81.719.920,47	93,90	86.571.073,22	97,63	91.001.713,31	94,98	111.289.770,77	95,66
2 - Receitas de Capital	5.307.326,42	6,10	2.098.458,45	2,37	4.811.290,27	5,02	5.044.815,29	4,34
3 - Soma da Receita (1+2)	87.027.246,89	100,00	88.669.531,67	100,00	95.813.003,58	100,00	116.334.586,06	100,00
4 - Despesas Correntes	78.556.899,96	90,27	78.964.271,49	89,05	80.967.698,88	84,51	83.904.205,80	72,12
5 - Despesas de Capital	6.719.866,65	7,72	4.133.033,21	4,66	8.673.886,30	9,05	7.810.848,18	6,71
6 - Soma da Despesa (4+5)	85.276.766,61	97,99	83.097.304,70	93,72	89.641.585,18	93,56	91.715.053,98	78,84
7 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO (3-6)	1.750.480,28	2,01	5.572.226,97	6,28	6.171.418,40	6,44	24.619.532,08	21,16
8 - Interferências Financeiras	-3.025.315,30	-3,48	-3.021.747,64	-3,41	-2.744.197,15	-2,86	-3.404.151,57	-2,93
9 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (7+8)	-1.274.835,02	-1,46	2.550.479,33	2,88	3.427.221,25	3,58	21.215.380,51	18,24
10 - Cancelamento de Restos a Pagar	1.100.401,69	1,26	630.379,90	0,71	229.500,40	0,24	1.193.627,83	1,03
11 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - RESULTADO AJUSTADO DO EXERCÍCIO (9+10+11+12)	-174.433,33	-0,20	3.180.859,23	3,59	3.656.721,65	3,82	22.409.008,34	19,26
14 - Superávit/Déficit do Exercício Anterior	1.892.975,60	2,18	1.718.542,27	1,94	4.899.401,50	5,11	8.556.123,15	7,35
15 - Total do Ativo Realizável	10.107,84	0,01	14.509,84	0,02	15.047,68	0,02	1.833,39	0,00
16 - RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (13+14-15)	1.708.434,43	1,96	4.884.891,66	5,51	8.541.075,47	8,91	30.963.298,10	26,62

Nota 1 – O demonstrativo tem caráter informativo, nos termos da Instrução Normativa nº 169/2021.

Nota 2 – Observa-se que para fins de apuração do "RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (16)" foram excluídos os valores registrados no "ATIVO REALIZÁVEL (15)".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

2.3 - BALANÇO FINANCEIRO

MUNICÍPIO DE PINHÃO BALANÇO FINANCEIRO 12/2021

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	116.334.586,06	95.813.003,58	Despesa Orçamentária (VI)	91.715.053,98	89.641.585,18
Ordinária	76.050.289,40	61.264.107,03	Ordinária	53.841.287,24	54.151.248,90
Vinculada	40.284.296,66	34.548.896,55	Vinculada	37.873.766,74	35.490.336,28
Transferências do FUNDEB	17.818.024,73	14.460.365,39	Transferências do FUNDEB	16.090.974,37	14.542.349,35
Transferências Voluntárias	2.542.295,47	1.316.798,88	Transferências Voluntárias	1.930.105,27	1.698.436,11
Alienação de Bens	793,27	540,77	Alienação de Bens	5.125,88	57.851,40
Operações de Crédito	1.117.306,55	1.441.044,45	Operações de Crédito	220.861,49	3.934.834,10
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	9.696.283,98	9.281.213,49	Transferências de Programas	10.678.981,77	6.194.969,07
Valores Restituíveis	31,01	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	1.243.138,50	1.379.834,47	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	9,11	1,78	Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	810.266,44	2.382.264,21
Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Outras Origens	7.866.414,04	6.669.097,32	Cessão Onerosa – Pré-Sal	80.270,32	870.943,89
Transferências Financeiras Recebidas (II)	687.848,43	1.180.171,25	Outras Origens	8.057.181,20	5.808.688,15
Recebimentos Extraorçamentários (III)	15.871.376,66	17.356.907,24	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	4.092.000,00	3.924.368,40
Inscrição de Restos a Pagar Processados	385.996,66	2.273.315,96	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	16.398.894,02	14.666.450,85
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.035.075,41	3.333.500,45	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.201.437,78	2.022.941,95
Realizável - Inscrição	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.707.219,12	920.477,82
Cisão, Fusão ou Extinção	12.450.304,59	11.750.090,83	Realizável - Inscrição	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Cancelam./Baixa	0,00	0,00
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Cisão, Fusão, Extin.	12.490.237,12	11.723.031,08
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	14.414.294,93	8.296.617,29	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.399.247,25	8.282.107,45	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Realizável	15.047,68	14.509,84	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	35.102.158,08	14.414.294,93
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	147.308.106,08	122.646.699,36	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.100.324,69	14.399.247,25
			Realizável	1.833,39	15.047,68
			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	147.308.106,08	122.646.699,36

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Dados processados em: 17/02/2022 00:40 | Relatório emitido em: 23/11/2022 09:49



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

3 - ASPECTOS PATRIMONIAIS

3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

MUNICÍPIO DE PINHÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
12/2021

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	45.493.656,44	58.821.336,21	PASSIVO CIRCULANTE	3.158.406,54	3.167.362,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.100.324,69	14.399.247,25	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	2.645.512,67	1.005.007,02
Créditos a Curto Prazo	9.448.823,41	43.696.633,78	Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	88.203,60	3.094.419,31	Fornecedores e Contas a Pagar	244.939,96	1.834.272,17
Clientes	0,00	0,00	Obrigações Fiscais	60.920,19	56.479,53
Crédito de Transferências a Receber	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	4.701.683,55	14.341.787,73	Demais Obrigações a Curto Prazo	207.033,72	271.603,69
Dívida Ativa Não Tributária	4.658.936,26	26.260.426,74	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.332.667,61	4.119.480,96
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	579.745,26	430.292,78	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	3.960.245,98	3.791.823,73
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	372.421,63	327.657,23
Estoques	364.763,08	295.162,40	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	97.232.680,25	90.861.113,78	Resultado Diferido	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.427,43	75.829,93	TOTAL DO PASSIVO	7.491.074,15	7.286.843,37
Créditos a Longo Prazo	8.427,43	75.829,93			
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00			
Clientes a Longo Prazo	0,00	0,00			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo	8.427,43	8.427,43			
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00			
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo	0,00	67.402,50			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social/Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Participações Permanentes	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00	Resultados Acumulados	135.235.262,54	142.395.606,62
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00	Resultado do Exercício	- 7.160.344,08	36.969.616,79
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	142.302.073,51	105.332.456,72
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	- 648,00	- 648,00
<u>Imobilizado</u>	97.224.252,82	90.785.283,85	Outros Resultados	94.181,11	94.181,11
Bens Móveis	32.309.055,70	30.126.067,13	Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Bens Imóveis	64.915.197,12	60.659.216,72			
<u>Intangível</u>	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135.235.262,54	142.395.606,62
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.726.336,69	149.682.449,99
<u>Diferido</u>	0,00	0,00			
TOTAL DO ATIVO	142.726.336,69	149.682.449,99			

ATIVO FINANCEIRO	35.102.158,08	14.414.294,93	PASSIVO FINANCEIRO	4.137.026,59	5.858.171,78
ATIVO PERMANENTE	107.624.178,61	135.268.155,06	PASSIVO PERMANENTE	6.972.545,97	4.916.169,29
SALDO PATRIMONIAL				131.616.764,13	138.908.108,92

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldos dos Atos Potenciais Ativos			Saldos dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	15.630.840,46	2.969.052,55
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	15.630.840,46	2.969.052,55

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Dados processados em: 17/02/2022 00:41 | Relatório emitido em: 23/11/2022 09:49



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

3.2 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MUNICÍPIO DE PINHÃO DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	115.630.150,34	125.233.346,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.849.411,96	15.627.120,11
Impostos	9.282.466,13	12.951.182,56
Taxas	1.568.814,78	2.413.916,26
Contribuições de Melhoria	- 1.868,95	262.021,29
Contribuições	594.789,79	785.955,61
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	594.789,79	785.955,61
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.204,56	25.484,70
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	6.204,56	25.484,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.763.431,99	20.078.289,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	2.642.141,41
Juros e Encargos de Mora	606.470,17	17.173.053,64
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	876.396,84	82.540,45
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	280.564,98	180.554,11
Transferências e Delegações Recebidas	102.276.559,00	84.177.274,04
Transferências Intragovernamentais	687.848,43	1.180.171,25
Transferências Intergovernamentais	101.454.773,01	82.922.371,10
Transferências das Instituições Privadas	8.655,78	5.316,76
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	125.281,78	69.414,93
Valorização e Ganhos com Ativos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	139.753,04	4.539.222,57
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	139.753,04	4.539.222,57



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	122.790.494,42	88.263.729,85
Pessoal e Encargos	53.319.782,35	50.885.575,13
Remuneração a Pessoal	45.208.038,64	42.581.024,95
Encargos Patronais	7.252.364,65	7.095.238,89
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	859.379,06	1.209.311,29
Benefícios Previdenciários	87.955,92	81.081,82
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	87.955,92	81.081,82
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	24.143.854,54	24.389.990,45
Uso de material de consumo	10.279.764,79	9.869.358,76
Serviços	13.864.089,75	14.520.631,69
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.028.260,32	3.382.552,91
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	184.134,18	2.749.629,71
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	106.849,50
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	844.126,14	526.073,70
Transferências e Delegações Concedidas	6.870.687,80	7.052.329,90
Transferências Intragovernamentais	6.760.432,34	6.289.123,96
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	110.255,46	763.205,94
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos	22.426.776,31	904.009,53
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	22.426.776,31	904.009,53
Tributárias	14.051.054,19	966.862,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.729.559,29	0,00
Contribuições	2.321.494,90	966.862,61
Custo com Tributos	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	862.122,99	601.327,50
Premiações	121.233,28	136.416,56
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	50.000,00	66.000,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	690.889,71	398.910,94
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 7.160.344,08	36.969.616,79

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	6.438.968,97	5.841.555,25
Desincorporação de Passivos	947.105,50	398.211,36
Incorporação de Passivos	1.115.527,75	1.441.044,18
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Dados processados em: 17/02/2022 00:41 | Relatório emitido em: 23/11/2022 09:49

4 - ASPECTOS FISCAIS - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE ANÁLISE	ABRANGÊNCIA
Limite de despesas com pessoal – não retorno ao limite no prazo legal.	Executivo e Legislativo
Limite de despesas com pessoal – não redução de 1/3 no prazo legal.	Executivo e Legislativo
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – ausência de comprovação da realização.	Executivo
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – atraso na realização.	Executivo
Limite da Dívida Consolidada – não redução de 25% no prazo legal.	Executivo
Limite da Dívida Consolidada – não retorno ao limite no prazo legal.	Executivo
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – ausência de comprovação da publicação.	Executivo
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – atraso na publicação.	Executivo
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – ausência de comprovação da publicação.	Executivo e Legislativo
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – atraso na publicação.	Executivo e Legislativo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

4.1 - ALERTAS EMITIDOS REFERENTES ÀS ANÁLISES DO EXERCÍCIO DE 2021

Não foram emitidos alertas durante o exercício em análise.

4.2 - DESPESAS COM PESSOAL

Data-base	Receita Corrente Líquida Ajustada	Despesa Total com Pessoal	% Despendido	Situação
31/08/2019	83.573.373,76	45.598.455,91	54,56	Extrapolação
31/12/2019	85.222.454,53	44.598.375,72	52,33	Alerta 95%
30/06/2020	84.884.706,23	46.690.430,29	55,00	Extrapolação
31/12/2020	90.752.049,74	48.978.127,46	53,97	Alerta 95%
30/06/2021	102.185.701,17	49.493.658,96	48,44	Normal
31/12/2021	110.692.103,16	49.786.058,14	44,98	Normal

Nota – Quadro informativo tendo em vista que para os exercícios de 2020 (a partir do 2º quadrimestre) e 2021, os prazos e disposições do art. 23 da LRF estão suspensos, em função do disposto no Decreto Legislativo Federal nº 6 de 2020 e na Lei Complementar nº 178/2021.

4.3 - DÍVIDA CONSOLIDADA

Data-base	Receita Corrente Líquida	Dívida Consolidada Líquida	% DCL	Situação
30/04/2019	82.792.783,86	-4.233.596,95	-5,11	Normal
31/08/2019	85.023.373,76	-3.903.894,82	-4,59	Normal
31/12/2019	86.572.454,53	-2.672.465,72	-3,09	Normal
30/06/2020	84.884.706,23	-5.247.811,05	-6,18	Normal
31/12/2020	90.852.049,74	-8.236.749,44	-9,07	Normal
30/06/2021	102.285.701,17	-21.006.964,40	-20,54	Normal
31/12/2021	110.692.103,16	-30.621.550,53	-27,66	Normal

Nota - Caso a Dívida Consolidada Líquida apresente valor negativo, representa que as disponibilidades líquidas são superiores e suficientes para pagamento de sua dívida consolidada.

5 - GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

5.1 - DEMONSTRATIVO DO SISTEMA SIM-AM ENVIADO PELO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE PINHÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
01/2021 A 12/2021

R\$
1,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	6.470.480,00	10.299.066,51
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.130.280,00	1.683.114,36
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	402.000,00	1.049.336,25
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.272.200,00	5.497.069,96
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.666.000,00	2.069.545,94
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	58.197.195,07	78.400.953,93
2.1 - Cota-Parte FPM	29.694.800,00	34.233.712,74
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea 'b'	27.500.000,00	31.623.233,12
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas 'd' e 'e'	2.194.800,00	2.610.479,62
2.2 - Cota-Parte ICMS	24.752.005,62	40.008.357,13
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	470.389,45	587.139,17
2.4 - Cota-Parte ITR	1.000.000,00	989.045,65
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.280.000,00	2.582.699,24
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	64.667.675,07	88.700.020,44
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	11.200.479,01	15.158.094,86
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB (=) 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) (+) 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	4.966.439,75	7.016.910,23

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.278.972,52	17.818.024,73
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	16.221.939,74	17.760.991,95
6.1.1 - Principal	16.194.722,96	17.725.629,13
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	27.216,78	35.362,82
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	57.032,78	57.032,78
6.2.1 - Principal	57.032,78	57.032,78
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1-4)¹	4.994.243,95	2.567.534,27

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
--	-------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	78.993,84
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	78.852,06
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	141,78
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	17.897.018,57

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.340.191,77	12.529.100,65	12.529.100,65	12.527.268,31	0,00
10.1 - Educação Infantil	2.937.719,23	2.995.232,76	2.995.232,76	2.995.232,76	0,00
10.1.1 - Creche	-	-	-	-	-
10.1.2 - Pré-escola	-	-	-	-	-
10.2 - Ensino Fundamental	9.402.472,54	9.533.867,89	9.533.867,89	9.532.035,55	0,00
11 - OUTRAS DESPESAS	3.627.035,94	3.561.873,72	3.561.873,72	3.561.873,72	0,00
11.1 - Educação Infantil	446.013,08	459.223,88	459.223,88	459.223,88	0,00
11.1.1 - Creche	-	-	-	-	-
11.1.2 - Pré-escola	-	-	-	-	-
11.2 - Ensino Fundamental	3.181.022,86	3.102.649,84	3.102.649,84	3.102.649,84	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	15.967.227,71	16.090.974,37	16.090.974,37	16.089.142,03	0,00

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) ⁷ (h)
13 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	12.529.100,65	12.529.100,65	12.527.268,31	0,00	0,00
14 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	16.033.941,59	16.033.941,59	16.032.109,25	0,00	0,00
15 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	57.032,78	57.032,78	57.032,78	0,00	0,00
16 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	12.472.617,31	12.529.100,65	12.529.100,65	70,32
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

21 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
22 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.781.802,47	1.727.050,36	1.727.050,36	9,69

INDICADOR - Art.25, § 3º-Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	TOTAL DO SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR DO SUPERÁVIT REF. AO EXERCÍCIO ANTERIOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v) = (r) - (s) - (u)
23 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB (23.1 + 23.2)	723.018,27	78.852,06	0,00	0,00	-	78.852,06
23.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	723.018,27	78.852,06	0,00	0,00	-	78.852,06
23.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
24 - EDUCAÇÃO INFANTIL	977.119,45	754.838,54	754.838,54	754.838,54	0,00
24.1 - Creche	-	-	-	-	-
24.2 - Pré-escola	-	-	-	-	-
25 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.959.660,39	7.766.144,55	7.765.913,25	7.765.868,24	231,30
26 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	9.936.779,84	8.520.983,09	8.520.751,79	8.520.706,78	231,30

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
27 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e))	24.554.924,68
28 - (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	2.567.534,27
29 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS ⁴ = (L14h)	0,00
30 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ^{4,7}	0,00
31 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1(ac) + L34.2(ac) + L34.3(ac))	0,00
32 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))	21.987.390,41



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2 e 5}	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	22.175.005,11	21.987.390,41	24,79

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB ⁸	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z) - (ab) - (ac)
34 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	116.738,29	0,00	116.738,29	0,00	0,00
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	40.999,08	0,00	40.999,08	0,00	0,00
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	75.739,21	0,00	75.739,21	0,00	0,00
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.482.133,46	2.066.956,41
35.1 - Salário-Educação	1.459.000,00	1.272.639,85
35.2 - PDDE	0,00	0,00
35.3 - PNAE	507.568,00	385.484,00
35.4 - PNATE	514.680,00	395.475,95
35.5 - Outras Transferências do FNDE	885,46	13.356,61
36 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
37 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
38 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
39 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	902.160,00	698.850,75
40 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	3.384.293,46	2.765.807,16

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.434.169,82	3.136.813,87	3.094.344,12	3.080.051,50	42.469,75
41.1 - Creche	-	-	-	-	-
41.2 - Pré-escola	-	-	-	-	-
42 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.337.836,97	1.266.927,97	1.180.559,58	1.162.711,48	86.368,39
43 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 - ENSINO SUPERIOR	57.916,70	57.916,70	57.916,70	57.916,70	0,00
45 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	24.230,57	23.334,11	23.334,11	23.334,11	0,00
46 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	4.854.154,06	4.484.992,65	4.356.154,51	4.324.013,79	128.838,14



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	30.758.161,61	29.080.429,20	28.951.359,76	28.917.341,69	129.069,44
47.1 - Despesas Correntes	29.723.672,09	28.442.111,42	28.360.961,05	28.326.942,98	81.150,37
47.1.1 - Pessoal Ativo	24.000.033,15	23.760.893,87	23.760.893,87	23.759.016,52	0,00
47.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.4 - Outras Despesas Correntes	5.723.638,94	4.681.217,55	4.600.067,18	4.567.926,46	81.150,37
47.2 - Despesas de Capital	1.034.489,52	638.317,78	590.398,71	590.398,71	47.919,07
47.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.034.489,52	638.317,78	590.398,71	590.398,71	47.919,07

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
48 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	154.733,05	691.775,07
49 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	17.818.024,73	1.272.639,85
50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	16.164.881,24	1.909.662,66
51 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.807.876,54	54.752,26
52 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
53 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.384,29	15.208,16
54 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.806.492,25	39.544,10

NOTA:

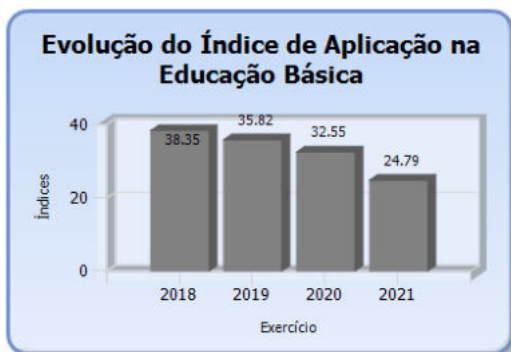
- Se o resultado líquido da transferência do FUNDEB (linha 7) > 0 = acréscimo resultante das transferências do FUNDEB; Se < 0 = decréscimo resultante das transferências do FUNDEB.
- Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional".
- Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
- Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
- Excepcionalmente, para o exercício de 2021, o cálculo da coluna "VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE", da linha 23 - Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB, será considerado as despesas executadas no idGrupoFontePadrão = 3 até o término do exercício de 2021.
- Os valores das despesas executadas no cdGrupoFonte = 3, relativos ao cdOrigem = 1 - Recursos Ordinários/Livres, tabela: OrigemRecurso, estão apresentados no quadro OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO.
- Os recursos arrecadados relativos a indenizações e restituições, com código cdOrigem = 2 (Transferências do FUNDEB), estão computados nas linhas 6.1.2, 6.2.2 e 6.3.2, tendo em vista que devem ser reaplicados no exercício.
- O valor da linha 23 (s) não integra o cálculo do limite constitucional do presente exercício, uma vez que o município poderá utilizá-lo no recálculo do índice do exercício anterior.
- O valor da linha 50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar), Coluna FUNDEB, é composto por RAP pago e despesa orçamentária empenhada na Função 12 - Educação, pagos com recursos do FUNDEB, independentemente de eles terem sido computados nos indicadores do Fundeb e apuração do limite mínimo constitucional do MDE.
- A coluna "VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)", relativa às linhas 23, 23.1, e 23.2, apresenta o resultado da execução orçamentária do exercício anterior (nrAno-1) dos recursos com idOrigemRecurso = 2 - FUNDEB, inclusive quando este for deficitário.

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Dados processados em: 31/03/2022 12:15 | Relatório emitido em: 23/11/2022 09:49



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM



5.2 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MÍNIMO DE 70%

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – Receitas recebidas do FUNDEB	17.818.024,73
2 – Pagamento dos profissionais da educação básica	12.529.100,65
3 – Valor mínimo aplicação recursos FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica [1x0,70]	12.472.617,31
4 – Percentual de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica [2/1]x100	70,32

5.3 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO - MÍNIMO DE 90%

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – Receitas recebidas do FUNDEB	17.818.024,73
2 – Total das despesas com recursos do FUNDEB	16.090.974,37
3 – Valor mínimo aplicação recursos do FUNDEB no exercício [1x0,90]	16.036.222,26
4 – Percentual de aplicação dos recursos do FUNDEB [2/1]x100	90,31

5.4 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VALOR ANUAL TOTAL POR ALUNO (VAAT) EM DESPESAS DE CAPITAL - MÍNIMO DE 15%

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – Receitas recebidas do FUNDEB complementação da União VAAT	0,00
2 – Total das Despesas de Capital custeadas com recursos do VAAT	0,00
3 – Valor mínimo aplicação VAAT em Despesas de Capital [1x0,15]	0,00
4 – Percentual de aplicação dos recursos do VAAT em Despesas de Capital [2/1]x100	0,00

5.5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VALOR ANUAL TOTAL POR ALUNO (VAAT) EM EDUCAÇÃO INFANTIL - MÍNIMO DE 50%

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – Receitas recebidas do FUNDEB complementação da União VAAT	0,00
2 – Total das despesas custeadas com recursos do VAAT em Educação Infantil	0,00
3 – Valor mínimo aplicação VAAT em Educação Infantil [1x0,50]	0,00
4 – Percentual de aplicação dos recursos do VAAT em Educação Infantil [2/1]x100	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO À APLICAÇÃO NO ENSINO BÁSICO MUNICIPAL

Restrição: Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.

Fonte de Critério: Constituição Federal, art. 212 e Lei Federal nº 14.113/2020 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".

O Município não atingiu o índice mínimo de 25% de aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, conforme demonstrativo constante nesta instrução, que evidencia a apuração do índice a partir dos dados contábeis enviados pelo município via sistema SIM-AM.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea "g", inciso IV, do art. 87, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do não cumprimento do regramento estabelecido pela Constituição Federal.

Documentos mínimos necessários em caso de exercício do contraditório:

a) comprovação da aplicação de recursos complementares no primeiro quadrimestre do exercício subsequente, necessariamente corroborado com os registros constantes do sistema SIM-AM;

b) demonstrativo detalhado contendo a nova apuração, em caso de não concordância com os valores apresentados nesta Instrução;

c) sendo o caso, relação dos empenhos glosados no item específico do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, para os quais não há concordância com a dedução, e os motivos da discordância;

d) parecer do Conselho do FUNDEB e/ou do Conselho Educação, assinado pela maioria de seus membros, ratificando as informações prestadas no contraditório;

e) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

6 - DESPESAS REALIZADAS COM SAÚDE (E.C. 29/2000)

6.1 - DEMONSTRATIVO DO SISTEMA SIM-AM ENVIADO PELO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE PINHÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 01/2021 A 12/2021				
RREO - ANEXO 12 (LC, 141/2012, art. 35)				
R\$ 1,00				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.470.480,00	6.470.480,00	10.299.066,51	159,17
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.130.280,00	1.130.280,00	1.683.114,36	148,91
IPTU	980.000,00	980.000,00	1.170.814,64	119,47
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	150.280,00	150.280,00	512.299,72	340,90
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	402.000,00	402.000,00	1.049.336,25	261,03
ITBI	400.000,00	400.000,00	1.046.070,86	261,52
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	3.265,39	163,27
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.272.200,00	3.272.200,00	5.497.069,96	167,99
ISS	3.250.000,00	3.250.000,00	5.450.753,75	167,72
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	22.200,00	22.200,00	46.316,21	208,63
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.666.000,00	1.666.000,00	2.069.545,94	124,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	55.832.605,00	56.002.395,07	75.790.474,31	135,33
Cota-Parte FPM	27.500.000,00	27.500.000,00	31.623.233,12	114,99
Cota-Parte ITR	1.000.000,00	1.000.000,00	989.045,65	98,90
Cota-Parte IPVA	2.280.000,00	2.280.000,00	2.582.699,24	113,28
Cota-Parte ICMS	24.632.605,00	24.752.005,62	40.008.357,13	161,64
Cota-Parte IPI-Exportação	420.000,00	470.389,45	587.139,17	124,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I + II)	62.303.085,00	62.472.875,07	86.089.540,82	137,80

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) (Por Subfunção e Categoria Econômica)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.215.009,12	4.650.056,59	4.400.722,65	94,64	4.281.489,66	92,07	4.264.757,92	91,71	119.232,99
Despesas Correntes	4.201.009,12	4.295.056,59	4.107.087,57	95,62	4.002.807,49	93,20	3.986.075,75	92,81	104.280,08
Despesas de Capital	14.000,00	355.000,00	293.635,08	82,71	278.682,17	78,50	278.682,17	78,50	14.952,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.678.463,43	4.413.551,73	4.267.389,21	96,69	4.237.083,20	96,00	4.231.338,02	95,87	30.306,01
Despesas Correntes	4.677.463,43	4.313.346,73	4.267.389,21	98,93	4.237.083,20	98,23	4.231.338,02	98,10	30.306,01
Despesas de Capital	1.000,00	100.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	462.000,00	324.351,53	269.645,13	83,13	269.645,13	83,13	269.645,13	83,13	0,00
Despesas Correntes	462.000,00	324.351,53	269.645,13	83,13	269.645,13	83,13	269.645,13	83,13	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	395.000,00	277.880,39	274.739,16	98,87	266.847,86	96,03	265.461,86	95,53	7.891,30
Despesas Correntes	395.000,00	277.880,39	274.739,16	98,87	266.847,86	96,03	265.461,86	95,53	7.891,30
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	4.258.871,86	6.102.250,26	5.997.794,05	98,29	5.415.980,35	88,75	5.408.150,46	88,63	581.813,70
Despesas Correntes	4.247.871,86	5.530.701,16	5.426.572,95	98,12	5.415.980,35	97,93	5.408.150,46	97,78	10.592,60
Despesas de Capital	11.000,00	571.549,10	571.221,10	99,94	0,00	0,00	0,00	0,00	571.221,10
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	14.009.344,41	15.768.090,50	15.210.290,20	96,46	14.471.046,20	91,77	14.439.353,39	91,57	739.244,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	15.210.290,20	14.471.046,20	14.439.353,39
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	15.210.290,20	14.471.046,20	14.439.353,39
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		12.913.431,12	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) ¹	2.296.859,08	1.557.615,08	1.525.922,27
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	17,67	16,81	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	-	-	-	-	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPs (m)	Valor aplicado em ASPs no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício s/ Disponibilidade Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a Pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2021	12.913.431,12	15.210.290,20	2.296.859,08	770.936,81	0,00	0,00	-	770.936,81	-	2.296.859,08
Empenhos de 2020	9.392.356,42	13.508.820,11	4.116.463,69	327.170,74	0,00	0,00	265.673,48	225,00	61.272,26	4.055.191,43
Empenhos de 2019	9.115.188,25	14.308.121,86	5.192.933,61	400.561,06	0,00	0,00	393.031,58	191,59	7.337,89	5.185.595,72
Empenhos de 2018	8.622.976,44	13.078.502,90	4.455.526,46	1.277.876,28	210.141,10	0,00	1.170.107,47	0,00	107.768,81	4.557.898,75
Empenhos de 2017 e anteriores	34.721.596,55	46.542.157,97	11.820.561,42	2.551.549,62	1.505.371,59	0,00	2.152.830,17	0,00	398.719,45	12.927.213,56
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCEL. OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXV)	-	2.319,79	2.319,79	2.319,79	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	278.489,86	278.489,86	278.489,86	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	280.809,65	280.809,65	280.809,65	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.600.000,00	6.837.432,71	8.464.696,66	123,00
Proveniente da União	3.100.000,00	4.240.398,31	5.746.038,39	135,51
Proveniente dos Estados	500.000,00	2.597.034,40	2.689.254,70	103,55
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	29.403,57	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	14.510,00	14.510,00	200.183,16	1379,62
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.614.510,00	6.851.942,71	8.664.879,82	126,46



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.557.960,00	7.334.045,87	5.838.242,28	79,60	5.391.744,91	73,52	5.369.759,39	73,22	446.497,37
Despesas Correntes	2.537.860,00	5.948.961,75	5.024.731,31	84,46	4.726.257,66	79,45	4.704.272,14	79,08	298.473,65
Despesas de Capital	20.100,00	1.385.084,12	813.510,97	58,73	665.487,25	48,05	665.487,25	48,05	148.023,72
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	983.930,00	2.268.198,63	2.200.273,74	97,01	2.117.557,43	93,36	2.117.557,43	93,36	82.716,31
Despesas Correntes	983.930,00	2.268.198,63	2.200.273,74	97,01	2.117.557,43	93,36	2.117.557,43	93,36	82.716,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	50.250,00	125.717,01	631,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	631,00
Despesas Correntes	30.000,00	631,00	631,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	631,00
Despesas de Capital	20.250,00	125.086,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	40.500,00	28.425,90	70,19	27.582,40	68,10	27.582,40	68,10	843,50
Despesas Correntes	0,00	40.500,00	28.425,90	70,19	27.582,40	68,10	27.582,40	68,10	843,50
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	339.635,44	339.635,44	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339.635,44
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	339.635,44	339.635,44	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339.635,44
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.592.140,00	10.108.096,95	8.407.208,36	83,17	7.536.884,74	74,56	7.514.899,22	74,35	870.323,62

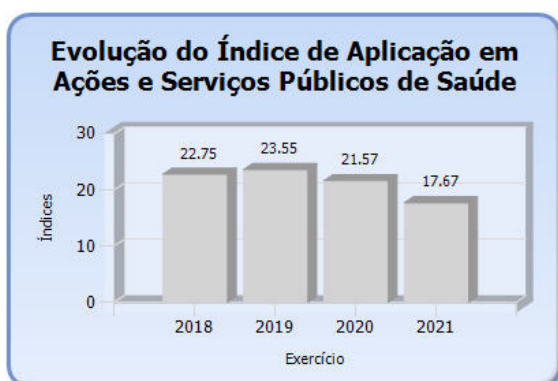
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	6.772.969,12	11.984.102,46	10.238.964,93	85,44	9.673.234,57	80,72	9.634.517,31	80,39	565.730,36
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.662.393,43	6.681.750,36	6.467.662,95	96,80	6.354.640,63	95,10	6.348.895,45	95,02	113.022,32
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	512.250,00	450.068,54	270.276,13	60,05	269.645,13	59,91	269.645,13	59,91	631,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	395.000,00	318.380,39	303.165,06	95,22	294.430,26	92,48	293.044,26	92,04	8.734,80
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	4.258.871,86	6.441.885,70	6.337.429,49	98,38	5.415.980,35	84,07	5.408.150,46	83,95	921.449,14
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	17.601.484,41	25.876.187,45	23.617.498,56	91,27	22.007.930,94	85,05	21.954.252,61	84,84	1.609.567,62
(-) Desp. executadas c/rec. provenientes das transferências de recursos de outros entes ²	3.592.040,00	9.111.765,79	8.029.600,89	88,12	7.508.317,71	82,40	7.486.332,19	82,16	521.283,18
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	14.009.444,41	16.764.421,66	15.587.897,67	92,98	14.499.613,23	86,49	14.467.920,42	86,30	1.088.284,44

1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Dados processados em: 16/02/2022 23:32 | Relatório emitido em: 23/11/2022 09:49





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

7 - CONTROLE INTERNO

PONTOS DE VERIFICAÇÃO SOBRE O CONTROLE INTERNO

ITENS DE VERIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
Consta do processo o Relatório do Controle Interno?	SIM
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta o conteúdo mínimo prescrito pelo Tribunal?	NÃO
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta irregularidade passível de desaprovação das contas anuais?	NÃO

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO AO CONTROLE INTERNO

Restrição: O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.

Fonte de Critério: Constituição Federal, art. 31, 70 e 74 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, I, "b" e art. 87, IV, "g".

O conteúdo do Relatório do Controle Interno anexado aos autos não atende ao mínimo solicitado por esta Corte de Contas, conforme modelo sugerido na Instrução Normativa nº 169/2021.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos solicitados pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, prevista no art. 87, I, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Sujeita, ainda, a aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão da não comprovação do cumprimento dos art. 31, 70 e 74 da Constituição Federal c/c art. 4º a 8º, Capítulo III, da LOTC (LCE nº 113/05), haja vista o Relatório do Controle Interno não apresentar as abordagens mínimas sugeridas pelo Tribunal por meio do modelo que consta na Instrução Normativa nº 169/2021.

A obrigatoriedade de apresentação da documentação no processo de prestação de contas até a data definida para o cumprimento do dever legal está objetivamente disciplinada na Instrução Normativa nº 169/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Diante o exposto, deve-se registrar que, sem prejuízo do resultado do exame de mérito do conteúdo, a entrega extemporânea pode, eventualmente, possibilitar a regularização da omissão formal, sem, contudo, desonerar da multa pela remessa fora do prazo, prevista no art. 87, I, b (LO-TCE/PR).

Documentos mínimos necessários em caso de exercício do contraditório:

a) Novo relatório que apresente conteúdo suficiente, tendo em vista o modelo anexo à Instrução Normativa nº 169/2021 - TCE/PR, que regulamenta a prestação de contas deste exercício de 2021;

b) Esclarecimentos adicionais, apresentados pelo Responsável pelo Controle Interno e pelo Gestor, face às questões apresentadas pela análise técnica indicadas nesta Instrução;

c) Outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

Deixaram de ser encaminhados os atos de nomeação dos membros dos conselhos municipais de Saúde e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

8 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

NOME DO RPPS	CRP
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO	SIM

8.1 - VALORES DAS RECEITAS, DESPESAS E LAUDO ATUARIAL

Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO

Valores das Receitas e Despesas do RPPS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

DESCRIÇÃO	VALOR
Receita das Contribuições Patronais no exercício - Principal	4.199.343,70
Receita das Contribuições Patronais no exercício - Multas e Juros e Juros de Mora	0,00
Receita das Contribuições Patronais no exercício decorrentes de parcelamentos - Principal	0,00
Receita das Contribuições Patronais no exercício decorrentes de parcelamentos - Multas e Juros e Juros de Mora	0,00
Receita das Contribuições dos Servidores Ativos no exercício - Principal	3.626.555,46
Receita das Contribuições dos Servidores Ativos no exercício - Multas e Juros e Juros de Mora	0,00
Receita das Contribuições dos Servidores Inativos e Pensionistas - Principal	552,87
Receita das Contribuições dos Servidores Inativos e Pensionistas - Multas e Juros e Juros de Mora	0,00
Receita das Contribuições dos Servidores no exercício decorrentes de parcelamentos - Principal	0,00
Receita das Contribuições dos Servidores no exercício decorrentes de parcelamentos - Multas e Juros e Juros de Mora	0,00
Receita Patrimonial - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	10.167.477,58
Receita Patrimonial - Outras Receitas	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal	2.668.432,34
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Multas e Juros e Juros de Mora	0,00
Compensações financeiras entre o RGPS e o RPPS	67.270,56
Outras Receitas do RPPS no exercício	819,50
Receitas de Capital do RPPS no exercício	0,00
Total das Receitas	20.730.452,01
Interferências Financeiras da Fonte 001 - Recursos Livres (recebidas - concedidas)	192.000,00
Interferências Financeiras da Fonte 040 - Recursos Previdenciários (recebidas - concedidas)	0,00
Total Líquido das Interferências Financeiras (Fonte 001 + Fonte 040)	192.000,00
TOTAL DOS RECURSOS	20.922.452,01
Despesa com Aposentadorias e Reformas	8.739.324,02
Despesa com Pensões	1.646.365,96
Despesa com Outros Benefícios Previdenciários	0,00
Despesa com Outros Benefícios Assistenciais	0,00
Despesas com Pessoal e Encargos	93.741,90
Outras Despesas de Custeio	151.836,86
Despesas de Capital	0,00
TOTAL DAS APLICAÇÕES	10.631.268,74



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PINHÃO

Principais Valores do Laudo Atuarial - Consolidação

DESCRIÇÃO	VALOR
a) Ativo Financeiro do Plano	101.980.333,39
b) Provisão Matemática Previdenciária Bruta	101.980.333,39
c) Plano de Amortização	0,00
d) Provisão Matemática Previdenciária Líquida (b-c)	101.980.333,39
e) Valor do Aporte para cobertura do Déficit Atuarial	0,00
f) Percentual da Contribuição Patronal Normal	14,00%
g) Percentual da Contribuição Patronal Suplementar	40,00%
h) Percentual da Contribuição do Servidor Ativo	14,00%
i) Percentual da Contribuição do Servidor Inativo	14,00%
j) Percentual da Contribuição do Pensionista	14,00%
k) Percentual da Taxa de Administração	0,00%

Principais Valores do Laudo Atuarial – Fundo Financeiro

DESCRIÇÃO	VALOR
a) Ativo Financeiro do Plano	8.673.326,10
b) Provisão Matemática Previdenciária Bruta	8.673.326,10
c) Plano de Amortização	0,00
d) Provisão Matemática Previdenciária Líquida (b-c)	8.673.326,10
e) Valor do Aporte para cobertura do Déficit Atuarial	0,00
f) Percentual da Contribuição Patronal Normal	14,00%
g) Percentual da Contribuição Patronal Suplementar	40,00%
h) Percentual da Contribuição do Servidor Ativo	14,00%
i) Percentual da Contribuição do Servidor Inativo	14,00%
j) Percentual da Contribuição do Pensionista	14,00%
k) Percentual da Taxa de Administração	0,00%

Principais Valores do Laudo Atuarial – Fundo Previdenciário

DESCRIÇÃO	VALOR
a) Ativo Financeiro do Plano	93.307.007,29
b) Provisão Matemática Previdenciária Bruta	93.307.007,29
c) Plano de Amortização	0,00
d) Provisão Matemática Previdenciária Líquida (b-c)	93.307.007,29
e) Valor do Aporte para cobertura do Déficit Atuarial	0,00
f) Percentual da Contribuição Patronal Normal	14,00%
g) Percentual da Contribuição Patronal Suplementar	0,00%
h) Percentual da Contribuição do Servidor Ativo	14,00%
i) Percentual da Contribuição do Servidor Inativo	14,00%
j) Percentual da Contribuição do Pensionista	14,00%
k) Percentual da Taxa de Administração	0,00%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

9 - ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

9.1 - ENTREGA DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS COM ATRASO

Verifica-se na autuação do processo de Prestação de Contas que a Entidade atendeu o prazo estipulado no art. 225, caput, do Regimento Interno do TCE/PR.

PARTE II - CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE

10 - RESULTADO DA ANÁLISE

A análise das contas está cingida aos assuntos contidos no escopo definido na Instrução Normativa nº 169/2021, sendo que a abordagem à luz dos critérios técnicos e legais a que estão sujeitos resultou nos apontamentos indicados nesta relação, os quais foram tratados em detalhes nos subtítulos próprios desta Instrução.

OCORRÊNCIAS CONSTATADAS FACE AO ESCOPO DA ANÁLISE

Tendo em vista os apontamentos elencados anteriormente, as irregularidades serão expressamente caracterizadas e indicados os responsáveis, conforme previsto no art. 352, inc. II, do Regimento Interno do TCE-PR.

DESCRIÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.	IRREGULAR	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	Constituição Federal, art. 31, 70 e 74 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, I, "b" e art. 87, IV, "g"
Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.	IRREGULAR	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	Constituição Federal, art. 212 e Lei Federal nº 14.113/2020 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PARTE III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCESSOS DA ENTIDADE

a) - PROCESSOS AUTUADOS EM 2021

Demonstra-se a seguir a situação dos processos de responsabilidade da Entidade relativos ao exercício de 2021, conforme consta do banco de dados do TCE/PR:

Nº DO PROCESSO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
632308/21	ADMISSÃO DE PESSOAL	GCDA			

b) - SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Informa-se a seguir a situação das Prestações de Contas, relativas aos últimos exercícios, conforme consta do banco de dados do TCE/PR.

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
266720/18	2017	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	245/2019	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
201613/19	2018	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	135/2020	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
188919/20	2019	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	751/2020	Parecer prévio pela irregularidade com aplicação de multa
72437/21	2019	RECURSO DE REVISTA	GCIZL			
188050/21	2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	CGM			

PARTE IV - DAS MULTAS

Face aos apontamentos deste opinativo, o Responsável fica sujeito à multa, nos termos da legislação em vigor, relativamente às seguintes constatações, sendo que as sanções originadas da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 serão impostas de forma cumulativa, na forma do seu art. 87, § 2º.

a) - Decorrentes de Restrições indicadas nesta Instrução

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	Constituição Federal, art. 31, 70 e 74 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, I, "b" e art. 87, IV, "g".
Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	Constituição Federal, art. 212 e Lei Federal nº 14.113/2020 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PARTE V - CONCLUSÃO

Efetivado o exame da prestação de contas de governo do **MUNICÍPIO DE PINHÃO**, relativa ao exercício financeiro de 2021, as constatações que foram aduzidas ao longo deste instrutivo levam a concluir que, no estado em que se encontram no processo, as mencionadas questões ensejam a emissão de Parecer Prévio pela Irregularidade das contas.

Ainda, deve-se assinalar que as referidas ocorrências sujeitam o responsável à multa, nos termos da legislação referenciada em cada um dos itens apontados na Parte IV, desta instrução.

Destaca-se, contudo, que as conclusões aqui expostas não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, não validam divergências em informações de caráter declaratório, não detectadas na análise, e nem eximem anomalias levantadas em outras espécies de procedimentos fiscalizatórios, tais como: Procedimentos de Acompanhamento Remoto, Auditorias, Inspeções, Tomadas de Contas, Comunicação de Irregularidades, Denúncias ou Representações.

Entretanto, por força do princípio do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LV, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual nº 113/2005, é necessária a intimação do responsável abaixo identificado, para que, querendo, apresente **TODOS OS DOCUMENTOS E MANIFESTAÇÕES** acerca das ocorrências listadas nesta instrução. **ALERTA-SE QUE APÓS O PRAZO PARA EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO, ESTA UNIDADE TÉCNICA EMITIRÁ INSTRUÇÃO CONCLUSIVA ENCERRANDO ASSIM A FASE INSTRUTÓRIA**, nos termos do parágrafo único do art. 353, combinado com os §§ 1º, 2º, 3º e 8º do art. 357, ambos do Regimento Interno deste Tribunal. Lembra-se que, após o encerramento da fase instrutória, **É VEDADA A JUNTADA DE DOCUMENTOS E MANIFESTAÇÕES**.

Responsável para intimação

CARGO/FUNÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	INÍCIO	FIM
Prefeito	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	01/01/2021	31/12/2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Sobre o assunto, é necessário observar que o atual Gestor está obrigado ao atendimento no que for pertinente à providência de documentos faltantes e à apresentação de esclarecimentos que dependam da assistência técnica, contábil e material da Administração, pois este é o titular da responsabilidade pela guarda, segurança e conservação do patrimônio documental da entidade, permitindo-se ao ex-Ordenador o acesso à resposta para que ele, querendo, possa se manifestar a respeito dos questionamentos.

Gestor atual para intimação

CARGO/FUNÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	INÍCIO	FIM
Prefeito	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	01/01/2022	31/12/2024

É a instrução.

CGM, 23 de novembro de 2022.

Ato emitido por CARLOS ALBERTO HEMBECKER - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - CONTÁBIL - Matrícula nº 501255.

Ato revisado por JOSLEI GEQUELIN - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 517313 / ROSANE DO ROCIO TOSATO ZINHER - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 510998 / ELIANE MARIA COMPARIM SANTOS - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 511161.

Encaminhe-se ao Relator de acordo com o art. 352 do Regimento Interno.

Notas:

1 - Art. 353. Após a instrução conclusiva pelas unidades administrativas competentes, os autos serão encaminhados ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para manifestação e posterior remessa ao Relator. (Redação dada pela Resolução nº 2/2006)

Parágrafo único. Entende-se por instrução conclusiva a fase processual em que a unidade administrativa manifesta-se pela regularidade ou pela irregularidade do feito, após a concessão do contraditório e ampla defesa apresentado ou não pelo responsável. (Incluído pela Resolução nº 2/2006)

2 - Art. 357. As alegações de defesa e as razões de justificativa serão admitidas dentro do prazo determinado na citação ou na intimação.

§ 1º Exaurido o prazo, a admissibilidade da juntada de documentos dependerá, em todos os casos, de despacho do relator e somente será permitida antes de concluída a fase processual de instrução, ressalvada a hipótese de tratar-se de documento novo. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

§ 2º Documento novo é aquele que a parte comprovadamente não pôde ter acesso. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

§ 3º Considera-se terminada a fase de instrução do processo no momento em que a unidade administrativa emitir sua instrução ou parecer conclusivo.

(...)

§ 8º O Relator deixará de receber documento ou alegação da parte que tenha efeito meramente protelatório. (Incluído pela Resolução nº 24/2010)

3 - O revisor deste ato poderá ser identificado através do ícone "Verificar assinaturas" do Trâmite Web.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

PROCESSO N.º: 220313/22
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 150/22

Em atenção à Instrução nº 5.901/22 (peça 19), da Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, determino a **intimação** do Sr. **JOSÉ VITORINO PRÉSTES**, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação, acompanhada de eventuais comprovantes, acerca dos apontamentos feitos pela unidade técnica, consistentes no conteúdo insuficiente do Relatório de Controle Interno e na aplicação de recursos em educação abaixo do índice mínimo, sob pena de eventual aplicação de sanções previstas na Lei Complementar nº 113/2005.

Encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para atendimento.

Apresentada a resposta ou vencido o prazo, à CGM para nova instrução.

Gabinete, 15 de dezembro de 2022.

DANIELLE DE MELLO E SILVA¹
Assessora / Matrícula nº 52.414-0

¹ Instrução de Serviço nº 159/22.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 220313/22
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 150/2022 – Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2899, do dia 12/01/2023, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 13/01/2023



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Protocolo

PROCESSO Nº - 220313/22
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
Entidade - MUNICÍPIO DE PINHÃO
Gestor atual - JOSÉ VITORINO PRÉSTES
Gestor das Contas - JOSÉ VITORINO PRÉSTES

CERTIDÃO DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL ELETRÔNICA

Certifico que a comunicação eletrônica nº 160/2023, referente ao Despacho Processual Diverso nº 150/2022, foi disponibilizada no dia 13/01/2023, com prazo de resposta inicial de 15 dias, tendo sido intimado(s) ao Sr. **JOSÉ VITORINO PRÉSTES**.

Diretoria de Protocolo, em 13/01/2023

Documento assinado digitalmente

JERUSA HELENA PIAZ KLOCK

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - matrícula nº 512818



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

PROCESSO N ° : 220313/22
ORIGEM : MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO : JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023)
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
INFORMAÇÃO : 1419/23

A fim de cumprir o determinado no Despacho n° 150/22 (peça 20) e evitar futuras nulidades por ausência de intimação, será efetuada comunicação por via postal ao Sr. JOSÉ VITORINO PRÉSTES.

DP, em 6 de março de 2023.

CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES

Auditor de Controle Externo - Jurídica

51.729-1

DP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

PROCESSO Nº: 220313/22
ASSUNTO: Prestação de Contas do Prefeito Municipal
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES
RELATOR: MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Ofício nº 326/23-ODL-DP

Curitiba, 7 de março de 2023.

Ref.: *DILIGÊNCIA*

Excelentíssimo Senhor,

Reiterando a comunicação eletrônica nº 160/23 e, em cumprimento ao Despacho nº 150/2022, fica INTIMADO o Sr. **JOSÉ VITORINO PRÉSTES** (CPF nº 192.972.709-72), para, no prazo de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal os esclarecimentos e/ou documentos no processo acima citado.

A não apresentação dos esclarecimentos e/ou documentos poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no Portal *e-Contas-Paraná*, acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital¹, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acessar o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
4. Clicar no ícone **Acessar processo eletrônico**

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acessar o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
3. Selecionar a opção **Cópia de Autos Digitais**
4. Indicar o número do processo **220313/22**
5. Indicar o número do Cadastro CPF nº **192.972.709-72**
6. Clicar em **Exibir cópia**

¹ Certificado digital – veja onde adquirir no site <http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no [site](http://www.tce.pr.gov.br) do Tribunal www.tce.pr.gov.br, **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO MOURA SANTOS

Diretor

TC 51.560-4

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ VITORINO PRÉSTES

Povoado Faxinal dos Carvalhos, SN Chácara

PINHÃO-PR

CEP 85.170-000



Digital

CDIP-FLORIANÓPOLIS/SE-SC
Data de Produção: 14/03/2023
Matriz: 17921 Lote: 1573



TCE-PR



DESTINATÁRIO:
JOSÉ VITORINO PRÊSTES
POVOADO FAXINAL DOS CARVALHOS SN CHACARA
CENTRO
PINHÃO PR
85170-000

AR813980643ZX



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)
220313/22 - 326/2023

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Sueli Romilda Gomes

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h

2ª ____/____/____ : ____h

3ª ____/____/____ : ____h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

Atenção:
Posta
restante
de 7
(sete)
dias
corridos.



BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

U. de Entregas - Pinhão
14/03/2023

DATA DE ENTREGA

27 / 03 2023

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

13612588-5



RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 275316/23

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 220313/22

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

Tipo de petição: **PETIÇÃO DE OUTRA NATUREZA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (Contraditório 1ª Exame Proc. 220313-22 T)
- Outros Documentos (Parecer Conselho Educação)
- Outros Documentos (Certificados Marcia)
- Outros Documentos (Decreto-n.-091-2021 nomeia-conselho-muni)
- Outros Documentos (Decreto-n.-091-2023 nomeia-conselho-de-a)
- Outros Documentos (Decreto-n.-121-2023 -revoga-o-decreto-09)
- Outros Documentos (Decreto-n.-182-2021 revoga-o-decreto-176)
- Outros Documentos (Relatorio controle Interno - Executivo 2)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE PINHÃO, CNPJ 76.178.011/0001-28, através do(a) Representante Legal VALDECIR BIASEBETTI, CPF 371.392.079-68**

Email: **valdecirbiasebetti2306@gmail.com**

Telefone: **998154717**

Curitiba, 24 de abril de 2023 16:59:28



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.178.011/0001-28

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO – MAURÍCIO REQUIÃO DE M. E SILVA.
DD. RELATOR DO PROCESSO N.º 220313-22 - TC.**

PROCESSO N.º 220313-22

INSTRUÇÃO N.º 5901/2022

DESPACHO N.º 150/2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

INTERESSADOS: VALDECIR BIASEBETTI

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO

MUNICÍPIO DE PINHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº76.178.011/0001-28, com sede administrativa na Avenida Trifon Hanysz, n.º 220, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDECIR BIASEBETTI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.643.509-0/Pr, inscrito no CPF sob o n.º 371.392.079-68, residente e domiciliado na Rua XV de novembro, 40 centro, neste Município de Pinhão/Pr, tempestivamente, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em face do contido na instrução nº: 5901/2022 - CGM - PRIMEIRO EXAME, apresentar, **CONTRADITÓRIO PRIMEIRO EXAME**, nos termos a seguir expostos:



I. SÍNTESE DOS FATOS

Versa o protocolado em epígrafe sobre prestação de contas do **MUNICIPIO DE PINHÃO**, relativa ao **exercício financeiro de 2021**.

A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, em um primeiro exame – Instrução nº. 5901/22 – aos documentos e dados informatizados do Sistema de Informações Municipais – SIM, encaminhados pelo Interessado, levam a concluir que as mencionadas questões, ensejam julgamento pela irregularidade das contas com a possibilidade de multa.

Diante dos apontamentos realizados no parecer supra referido a Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM entendeu necessária à manifestação do ora requerente a fim de serem prestados esclarecimentos e justificativas para os fatos, razão pela qual o mesmo foi devidamente notificado para apresentar contraditório no prazo de 15 dias.

II. DO MÉRITO

Restrição Item 5: Aplicação do índice de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.

De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, caput do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9394/1996 o percentual a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) é de 25%, no mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.178.011/0001-28

Analisando os gastos, vinculados ao MDE, constatou-se que o Município não despendeu, no exercício financeiro de 2021, o percentual mínimo exigido por lei, ficando o índice em 24,79%.

No entanto, cabe ressaltar que o Município enfrentou a pandemia da Covid-19 e a consequente suspensão das aulas presenciais em razão do isolamento social imposto, que por consequência impossibilitou o cumprimento da aplicação mínima constitucional por parte deste Município, onde as aulas presenciais do ensino básico retornaram apenas em meados do mês de setembro de 2021.

A preocupação com o não atendimento do índice constitucional dos 25%, e o meio de se flexibilizar esse mínimo destinado à educação nos exercícios de 2020 e 2021, foi à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 119/2022 de 27/04/2022;

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 119:

"Art. 119. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.

***Parágrafo único.** Para efeitos do disposto no caput deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021."*

Art. 2º O disposto no caput do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias impede a aplicação de quaisquer penalidades, sanções ou restrições aos entes subnacionais para fins cadastrais, de aprovação e de celebração de ajustes onerosos ou não, incluídas a contratação, a renovação ou a celebração de aditivos de quaisquer tipos, de ajustes e de convênios, entre outros, inclusive em relação à possibilidade de execução financeira desses ajustes e de recebimento de recursos do orçamento geral da União por meio de transferências voluntárias.



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.178.011/0001-28

Por fim, esta municipalidade com a volta das atividades normais no exercício de 2022, finalizou a aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico com o percentual de 29,89%, ficando além do limite exigido constitucionalmente bem como superando a diferença não atingida no exercício de 2021 conforme exigido no parágrafo único do artigo primeiro da Lei 119/2022, índices estes corroborado com os registros dos relatórios constantes no sistema SIM-AM entregues correspondente ao exercício de 2022.

Segue em anexo novo parecer do Conselho do FUNDEB, ratificando as informações prestadas no contraditório.

Restrição Item 7: O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.

Elaborado novo relatório do controle interno pelo controlador já contemplando os conteúdos mínimos exigidos pelo TCE, bem como juntado em anexo os atos de nomeação dos membros dos conselhos municipais de Saúde e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com objetivo de sanar as irregularidades, para uma nova apreciação e análise com as devidas considerações justificadas.

Das Multas - Restando devidamente esclarecidos e corrigidos os fatos tidos como supostamente irregulares pela A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, não há que se falar em aplicação de multa ao responsável pela prestação de contas.

Diante de todo esse arrazoado, requer digno-se Vossa Excelência em revisar a Instrução nº. 220313-22 - CGM, no sentido de ser recomendada a **APROVAÇÃO** da presente Prestação de Contas Anual do Município de Pinhão, referente ao exercício de 2021, vez que ilididos os pontos tidos como irregulares e ao final análise,



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.178.011/0001-28

seja a presente **JULGADA TOTALMENTE REGULAR E APROVADA** pelos fundamentos *retro* mencionados, por ser medida que se impõe.

Pede e espera deferimento.

Pinhão Pr., 24 de abril de 2023.

Atenciosamente



VALDECIR BIASEBETTI
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Fernando Guimarães

DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Praça N. Sra. Salete, s/n° - Centro Cívico – CEP 80.530-910

Curitiba – Pr

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL – CACS – FUNDEB MANDATO
05/04/2023 À 31/12/2026 ATO DE NOMEAÇÃO DECRETO Nº 121/2023

PARECER CONCLUSIVO DA GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB (PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL EXERCÍCIO DE 2021 CONTRADITÓRIO)

1. O Conselho Municipal de Acompanhamento de Controle Social do FUNDEB do Município de Pinhão-PR, em atendimento às exigências legais, notadamente nos arts. 24 e 27 da Lei nº11.494, de 20 de junho de 2007, e a regulamentação municipal própria, para fins da Prestação de Contas Anual, do Município de Pinhão, nós do Conselho de Acompanhamento de Controle Social verificamos que o Município de Pinhão, aplicou corretamente os recursos repassados pelo FNDE- Ministério da Educação durante o exercício 2021, é de parecer pela aprovação das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
2. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais caso ensejarem.

Nós do Conselho de Acompanhamento e Controle Social ratificamos que as informações constadas no Contraditório condizem com a realidade, em razão a aplicação do índice por lei , destacamos que o Município em 2022 aplicou os recursos em manutenção e desenvolvimento do Ensino com o percentual de 29,89 % índice este superior ao mínimo exigido.

É o parecer:

☒

REGULAR

☐

REGULAR COM RESSALVAS

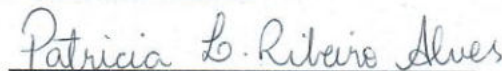

☐

IRREGULAR

Eridiane Gonçalves de Macedo

Osmara de Fátima Tussoline Lima

Representantes do Conselho Tutelar



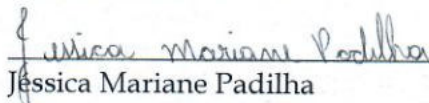
Celma de França Oliveira

Patrícia Lourenza Ribeiro Alves

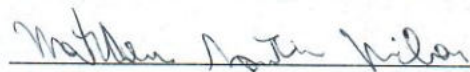
Representantes dos Diretores

Amanda Franco de Oliveira

Bárbara Maria Camargo Almeida




Jessica Mariane Padilha

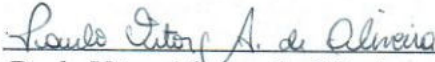


Matheus Santin Ribas

Representantes dos Estudantes


Solange Aparecida dos Santos Adronski

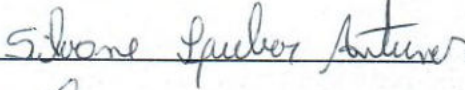

Maria Inêz Walter Levinski

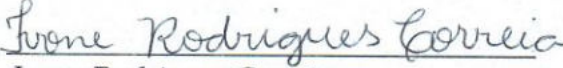

Paulo Vitor Afonso de Oliveira

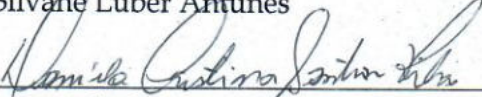

Nagelly Ferreira Coelho

Representantes do Executivo Municipal


Rosinei de Oliveira Lara



Silvana Luber Antunes


Ivone Rodrigues Correia

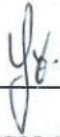

Daniela Cristina Santin Ribas

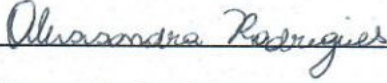
Representantes dos Pais


Eva Terezinha de Camargo


Selenita do Belém Barbosa dos Santos


Representantes dos Professores


Felipe Vargas de Oliveira


Alessandra Rodrigues

Representantes do Técnico - Administrativo

Cristiane Boeira dos Santos


Elisângela Teixeira

Representantes da Escola do Campo

Act - p/Bol (2664.1)

TABELIONATO ALMEIDA
Evandro de Almeida - Titular
AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original apresentado nesta
escritura.

Pinhão PR 15/05/15

Evalyn Ap. da Silva Almeida
Escritorante Jureamentada



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

O Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS em 18 de dezembro de 2000, confere o título de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS a

Márcia Maria da Silva,

brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida a 25 de novembro de 1977, portadora da Carteira de Identidade n.º 6.232.044-3, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Guarapuava-PR, 14 de maio de 2001.

Márcia Maria da Silva
Graduada

PROTOCOLADO **Seção de Protocolo**
048508

Data 15/05/15

Prof. Carlos Alberto Ferreira Gomes
Reitor



VISTO

UNICENTRO

Certificado

O Diretor Geral da **Faculdade São Braz**, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Pós Graduação “Lato Sensu” em **ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - 400h**, consoante nos termos da Resolução n. 1 de 6 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, outorga a **MARCIA MARIA DA SILVA MACHADO**, portadora do **R.G. 6.232.044-3 SESP-PR** o presente Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 22 de novembro de 2019



DIRETOR GERAL
SILVIO N. AKIYOSHI
504.550.369-34



MARCIA MARIA DA SILVA MACHADO

Certificado de Participação

Conferido à: **MARCIA MARIA DA SILVA**

CPF: **021.215.939-93** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Evento: **CONTROLE INTERNO NA VISÃO DO TCE-PR**

Data/Período: **22 DE SETEMBRO DE 2022**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **12 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- A Função do Controle Interno
- Controle Interno x Controles Internos
- Controles Internos de Gestão
- Enfoque legal do Controle interno
- Atuação da Unidade de Controle Interno
- Avaliação de Controles Internos: Atividades, Processos e Sistemas
- Plano de Ação do Controle Interno
- Introdução à Auditoria Interna
- Auditoria Contábil e Financeira
- O Controle Interno Aplicado às Parcerias e Convênios
- As Licitações e o Controle Interno

Curitiba, 25 de Março de 2023



Vivian Feldens Cetenaeski
Diretora da Escola de Gestão Pública



Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certificado de Participação

Conferido à: **MARCIA MARIA DA SILVA**

CPF: **021.215.939-93** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Evento: **TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS: PRESTAÇÃO DE
CONTAS**

Data/Período: **30 DE SETEMBRO DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **2 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Regulamentação.
- Noções do SIT.
- Obrigações do Tomador de Recursos.
- Obrigações do Poder Concedente.

Curitiba, 25 de Março de 2023



Vivian Feldens Cetenaeski
Diretora da Escola de Gestão Pública



Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certificado de Participação

Conferido à: **MARCIA MARIA DA SILVA**

CPF: **021.215.939-93** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Evento: **TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS: PARCERIAS COM O 3º SETOR**

Data/Período: **30 DE AGOSTO DE 2021**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **2 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- O que são Transferências Voluntárias?
- O que é uma Parceria do Terceiro Setor com a Administração Pública?
- Relacionamento com as demais Leis Orçamentárias.
- Execução de Parcerias.

Curitiba, 25 de Março de 2023



Vivian Feldens Cetenaeski
Diretora da Escola de Gestão Pública



Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certificado de Participação

Conferido à: **MARCIA MARIA DA SILVA**

CPF: **021.215.939-93** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Evento: **PAINEL DE MONITORAMENTO DO TCE-PR**

Data/Período: **2 DE FEVEREIRO DE 2023**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Introdução.
- Descrição das funcionalidades do sistema.
- Informações que poderão ser encontradas e formas de acesso.

Curitiba, 25 de Março de 2023



Vivian Feldens Cetenaeski
Diretora da Escola de Gestão Pública



Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certificado de Participação

Conferido à: **MARCIA MARIA DA SILVA**

CPF: **021.215.939-93** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Evento: **O QUE É CONTROLE SOCIAL?**

Data/Período: **20 DE OUTUBRO DE 2022**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Governança Pública.
- Controle Social.
- Localização na função administrativa.
- Diferenciação de figuras semelhantes.

Curitiba, 25 de Março de 2023



Vivian Feldens Cetenaeski
Diretora da Escola de Gestão Pública



Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certificado de Participação

Conferido à: **MARCIA MARIA DA SILVA**

CPF: **021.215.939-93** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Evento: **NOVA DE LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS -
REGULAMENTAÇÃO SEBRAE**

Data/Período: **14 À 17 DE MARÇO DE 2023**

Local: **PLATAFORMA TEAMS**

Município/UF: **CURITIBA-PR**

Carga Horária: **12 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Apresentação das 62 regulamentações gerais, conforme atos normativos e
estágios de regulamentação da Lei nº 14.133;

Ênfase nas regulamentações obrigatórias;

Destaque nas regulamentações para municípios de até 20.0000 habitantes.

Curitiba, 25 de Março de 2023



Vivian Feldens Cetenaeski
Diretora da Escola de Gestão Pública



Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certificado de Participação

Conferido à: **MARCIA MARIA DA SILVA**

CPF: **021.215.939-93** Município/UF: **PINHÃO-PR**

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Evento: **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO - O QUE É DIREITO ADMINISTRATIVO?**

Data/Período: **25 DE OUTUBRO DE 2022**

Local: **EGP ONLINE**

Carga Horária: **1 horas**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Estado como organização política. Origens. Características. Requisitos.
- Estado Democrático de Direito. Surgimento. Consequências. Concepção atual.
- Separação de Poderes.
- Localização da atividade administrativa.
- Funções típicas estatais.
- Localização do Direito Administrativo.

Curitiba, 25 de Março de 2023



Vivian Feldens Cetenaeski
Diretora da Escola de Gestão Pública



Fernando Augusto Mello Guimarães
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 091/2021

DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Nomeia Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Saúde, de acordo com o que preconiza as Leis Federais n.ºs 8.080/90 e 8.142/90:

SEGMENTO GESTOR

TITULARES

Alain Cesar Abreu

Luciana Yumi Inoue

SUPLENTES

Meuri Gonçalves de Macedo

Luana Alves Strontzk

SEGMENTO USUARIOS DO SUS

TITULARES

José Lineu de Ramos

Vilma Aparecida Ferreira

Erondi Caldas

Julio Ferreira de Oliveira

Carlos Alberto Gonçalves

Angelita Fátima Leite

Maria do Belém Santos

Maria do Belém Nascimento

SUPLENTES

Rosa de Lima Machado

Maria Estela Galvão de Oliveira

Terezinha de Jesus Bastos

Marli de Siqueira Pereira

Paulo Cesar de Souza

Enistele de Fatima Correia

Rosalina de Souza

SEGMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

TITULARES

Vilson Antonio Prudente

Adimarins Fabricio

Pedro Eros Goes

Arioto José Nunes Machado

SUPLENTES

Muriel Boeira da Silva

Carine Maria Cavalli

Kamilla Komar

Rubia Caldas Umburanas

SEGMENTO DOS PRESTADORES

TITULARES

Jéssica de Fátima Caldas

Avelino Eduardo Peredo

SUPLENTES


Sabrina Aparecida Wendler

revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data,

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do

Paraná, em 03 de Março de 2021.


José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
GNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 091/2023

DATA: 14/03/2023

Súmula: Nomeia Conselho de Acompanhamento de Controle Social do FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a Lei Municipal n.º 1485/2009;

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros, abaixo relacionados, para integrarem o Conselho de Acompanhamento de Controle Social do CACS - FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, para mandato até 31 de dezembro de 2026:

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: José Francisco Bernardino

Suplente: Eridiane Gonçalves de Macedo

Representantes dos Diretores

Titular: Jair Prudente de Oliveira (presidente)

Suplente: Celma de França Oliveira (vice-presidente)

Representantes dos Estudantes

Titular: Amanda Franco de Oliveira

Titular: Bárbara Maria Camargo Almeida

Suplente: Jéssica Mariane Padilha

Suplente: Matheus Santin Ribas

Representantes do Executivo Municipal

Titular: Solange Aparecida dos Santos Adronski

Titular: Maria Inez Walter

Suplente: Paulo Vitor Afonso de Oliveira

Representantes dos Pais

Titular: Cleia Mara de Lima

Titular: Nilce Aparecida Camargo

Suplente: Ivone Rodrigues Correia

Suplente: Rosinei de Oliveira Lara

Representantes dos Professores



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (ME) 78.178.011/0001-28

Titular: Wagner dos Santos Ferreira
Suplente: Mara Regina Neto

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Nagelly Ferreira Coelho
Suplente: Luciane Oliveira de Paula

Representantes do Técnico-Administrativo

Titular: Paulo César Nogueira
Suplente: Felipe Vargas de Oliveira

Representantes da Escola do Campo

Titular: Cristiane Boeira dos Santos
Suplente: Elisangela Teixeira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, com publicação no órgão de imprensa Oficial do Município, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 176/2021, de 26/04/2021.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 14 de março de 2023.



Valdecir Blasbetti
Prefeito Municipal



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 121/2023

DATA: 05/04/2023

Súmula: Nomeia Conselho de Acompanhamento de Controle Social do FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a Lei Municipal n.º 1485/2009;

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros, abaixo relacionados, para integrarem o Conselho de Acompanhamento de Controle Social do CACS - FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, para mandato até 31 de dezembro de 2026:

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Eridiane Gonçalves de Macedo

Suplente: Osmara de Fátima Tussolini Lima

Representantes dos Diretores

Titular: Celma de França Oliveira (Presidente)

Suplente: Patricia Lourenza Ribeiro Alves

Representantes dos Estudantes

Titular: Amanda Franco de Oliveira

Titular: Bárbara Maria Camargo Almeida

Suplente: Jéssica Mariane Padilha

Suplente: Matheus Santin Ribas

Representantes do Executivo Municipal

Titular: Solange Aparecida dos Santos Adronski

Titular: Maria Inez Walter

Suplente: Paulo Vitor Afonso de Oliveira

Suplente: Nagelly Ferreira Coelho

Representantes dos Pais

Titular: Rosinei de Oliveira Lara

Titular: Silvane Luber Antunes

Suplente: Ivone Rodrigues Correia

Suplente: Daniela Cristina Santin Ribas



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Representantes dos Professores

Titular: Eva Terezinha de Camargo

Suplente: Selenita do Belém Barbosa dos Santos

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Angela Maria de Oliveira

Suplente: Rosane Ferreira da Rosa

Representantes do Técnico-Administrativo

Titular: Felipe Vargas de Oliveira

Suplente: Alessandra Rodrigues

Representantes da Escola do Campo

Titular: Cristiane Boeira dos Santos (Vice-Presidente)

Suplente: Elisangela Teixeira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, com publicação no órgão de imprensa Oficial do Município, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 091/2023, de 14/03/2023.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 05 de abril de 2023.



Valdecir Blasebetti
Prefeito Municipal



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 182/2021

DATA: 03/05/2021

Súmula: Nomeia Conselho de Acompanhamento de Controle Social do FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a Lei Municipal n.º 1485/2009;

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros, abaixo relacionados, para integrarem o Conselho de Acompanhamento de Controle Social do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, para mandado de 02 (dois) anos:

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: José Francisco Bernardino

Suplente: Eridiane Gonçalves de Macedo

Titular: Angela Maria de Oliveira

Suplente: Nilce Aparecida Camargo

Suplente: Cleia Mara de Oliveira

Representantes dos Diretores

Titular: Jair Prudente de Oliveira (presidente)

Suplente: Nilza Aparecida Palhano da Silva (vice-presidente)

Representantes dos Professores

Titular: Wagner dos Santos Ferreira

Suplente: Mara Regina Neto

Representantes dos Estudantes

Titular: Amanda Franco de Oliveira

Titular: Bárbara Maria Camargo Almeida

Suplente: Kétlin Xaviél da Silva

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Daniele Ferreira da Rosa

Suplente: ângela Aparecida Nascimento

Representantes do Executivo Municipal

Titular: Solange Aparecida dos Santos Adronski

Titular: Maria Inez Walter Levinski

Suplente: Paulo Vitor Afonso de Oliveira

Representantes do Técnico-Administrativo

Titular: Natã Abraão Nascimento

Suplente: Paulo César Nogueira

Representantes dos Pais

Titular: Gabriela Aparecida Mendes

Representantes da Escola do Campo

Titular: Elisangela Teixeira

Suplente: Darci Severino

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 176/2021.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná,
em 03 de maio de 2021.

José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

(EXECUTIVO)

Exercício de 2021

1. Normatização

- ✓ Lei Municipal n.º 1.190/2005 - Criação do Sistema de Controle Interno;
- ✓ Lei Municipal n.º 1.362/2007- Altera redação do art. 1º da Lei 1.190/2005 e dá outras providências;
- ✓ Decreto nº 318/2007 – Regulamento do Sistema de Controle Interno;
- ✓ Decreto nº 317/2007 – Aprova Regimento da Controladoria do Município de Pinhão;
- ✓ Decreto n.º 073/2010 – Institui procedimentos de Controle Interno no âmbito da administração direta e indireta;
- ✓ Decreto n.º 23/2010 – Nomeação cargo efetivo através de concurso público;
- ✓ Decreto n.º 26/2021 - Designando o Controlador Interno do Município.
- ✓ Decreto n.º 154/2012 – Nomeação cargo efetivo através de concurso público;
- ✓ Decreto n.º 285/2022 - Designando o Controlador Interno do Município.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno no exercício de 2021 e pela emissão deste relatório

1.º CONTROLADOR	
Nome: Thaisa Vargas de Oliveira	CPF: 046.992.639-25
Período de responsabilidade: 01/01/2021 a 18/09/2022	
Servidor ocupante de cargo efetivo? (x) SIM () NÃO	
Nome do cargo efetivo ocupado: Técnico Financeiro	
Formação Acadêmica: - Graduação Bacharel em Ciências Contábeis (09/05/2013); - Pós Graduação em Gestão Pública (18/07/2014) - Graduação Bacharel em Direito (05/10/2019);	
Cursos de capacitação: - Noções de direito Administrativo – Controle Interno (09/02/2021); - A Função Fiscalizadora dos Tribunais de Contas (15/02/2021); - TAG – Termo de Ajustamento de Gestão: Introdução (23/03/2021);	

- TAG – Controle Consensual da Administração Pública (24/03/2021);
- TAG – Controle Externo e o TAG (24/03/2021);
- TAG – Termo de Ajustamento de Gestão no TCE-PR (31/03/2021);
- Curso avançado de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (26/04/2021 a 19/05/2021);

2.º CONTROLADOR

Nome: Márcia Maria da Silva Machado	CPF: 021.215.939-93
Período de responsabilidade: 19/09/2022 à 31/12/2024	
Servidor ocupante de cargo efetivo? (x) SIM () NÃO	
Nome do cargo efetivo ocupado: Técnico Financeiro	
Formação Acadêmica:	
<ul style="list-style-type: none"> - Graduação Bacharel em Ciências Contábeis (14/05/2001); - Pós Graduação em Administração e Finanças (22/11/2019) 	
Cursos de capacitação:	
<ul style="list-style-type: none"> - Controle Interno na visão do TCE - Noções de Direito Administrativo - Transferências Voluntárias Parcerias com Terceiro Setor - Transferências Voluntárias Prestação de Contas - O que é Controle Social - Painel de Monitoramento TCE - Nova Lei de Licitações e Contratos Regulamentação SEBRAE 	

3. Atividades Desenvolvidas pelo Controle Interno no exercício de 2021

Nº	Período avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada (*)	% ou amostra avaliada	Conclusão
1	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de normas e regulamentos e os respectivos controles aplicáveis à concessão de adiantamentos, como também aos pagamentos de diárias; • Controles de receitas e despesas relacionados com o FUNDEB; • Acompanhamento dos saldos por fontes de recursos; • Acompanhamento de saldos bancários negativos; • Acompanhamento do pagamento de encargos financeiros decorrentes de atraso no pagamento das 	Análise de documentos.	70%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			obrigações; • Acompanhamento das conciliações bancárias e regularização dos saldos; • Verificação da obediência da ordem cronológica de pagamentos por fontes; • Verificação e cobrança de solução nas pendências de conciliações bancárias; • Verificação das aplicações financeiras em especial dos recursos do Fundo Previdenciário; • Verificação do correto fluxo de documentos relacionados a pagamentos e a evitando a retenção de Notas Fiscais em setores da administração. • Acompanhamento das retenções de tributos e impostos nos pagamentos quando devidos; • Acompanhamento da verificação da regularidade fiscal do fornecedor quando dos pagamentos.			
2	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Contabilidade	• Atuação junto ao registro da execução orçamentária e extra orçamentária; • Verificação da existência, atualização e adequação dos registros dos Livros ou Fichas de controle orçamentário, do Diário, do Razão, do Caixa, dos Boletins de Tesouraria e dos livros da Dívida Ativa, em conformidade com as normas legais; • Verificação sobre a obrigatoriedade da guarda dos livros nos arquivos do órgão e/ou entidade; • Verificação se os livros informatizados estão devidamente assinados digitalmente, de modo a garantir que os dados não sejam mais alterados; • Atuação na geração e consolidação dos demonstrativos contábeis, bem como a finalização da prestação de contas anual a ser encaminhada ao TCE, observando os prazos estabelecidos; • Atuação na geração e consolidação dos	Análise de documentos.	80%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			<p>demonstrativos exigidos pela LRF - LC N.º 101/2000, assim como o controle dos prazos regulamentares estabelecidos para a sua divulgação e remessa ao TCE;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle dos registros das despesas não empenhadas por competência. • Verificação da classificação orçamentária dos empenhos para repasse aos consórcios conforme o contrato de rateio; • Atuação junto às unidades responsáveis para o correto fluxo de documentos; • Atuação junto às unidades para solução de pendências que impliquem na distorção dos balanços e informações contábeis. 			
3	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Gestão Fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento do limite das despesas com pessoal e em caso de extrapolção medidas adotadas para recondução aos limites – redução de 1/3; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação das informações de natureza orçamentária e financeira – lei da transparência; • Acompanhamento dos limites constitucionais de aplicação em saúde e educação; • Realização de audiências públicas para avaliação das metas fiscais; • Acompanhamento do resultado nominal e primário; • Verificação da correta contabilização das despesas com contratos de terceirização de mão de obra. 	Análise de documentos, acompanhamento de apontamentos preliminares encaminhados pelo TCE e orientações.	80%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

4	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Compras, Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none"> • Averiguação da existência, manutenção e adequação das normas procedimentos para aquisição de bens e serviços, observados os requisitos legais para realização de licitação, inclusive os parâmetros para os casos de dispensa e inexigibilidade; • Verificação da existência dos processos devidamente formalizados notadamente os registros e atas pertinentes aos processos licitatórios; • Acompanhamento da execução dos contratos celebrados pela administração notadamente o cumprimento das obrigações dos contratados; • Acompanhamento das alterações contratuais • Receber de qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica representação contra vícios ou irregularidades licitatórios e/ou contratuais, nos termos do art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/1993; • Apurar editais com cláusulas restritivas, que afastem possíveis concorrentes; • Investigar editais que não respeitam os termos da Lei Complementar nº 147/2014, no que pertine à priorização à micro e pequena empresa; • Examinar a expedição de Convites sempre para os mesmos proponentes; • Pesquisar a configuração de eventuais fracionamentos licitatórios; • Analisar a contratação direta por emergência não caracterizada. 	Análise de documentos, verificação do Mural de Licitação do TCE/PR.	60%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.
5	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Planejamento e Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do PPA para o quadriênio seguinte e avaliação do PPA vigente, com proposição, se necessário, de revisões nas diretrizes estabelecidas no plano, principalmente quanto à indicação por programa de governo das metas físicas e os custos dos projetos; • Verificação da proposta da LOA e acompanhamento / controle de sua execução; acompanhamento da programação financeira e do 	Análise de documentos, acompanhamento das audiências públicas e elaboração dos projetos do PPA, LDO e LOA.	90%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			<p>cronograma de execução mensal de desembolsos; e verificação se a LOA está detalhada até o elemento de despesa e se está permitindo, de forma genérica, alteração pelos mecanismos da transposição, remanejamento e transferência, os quais dependem de lei formal específica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle na limitação de empenhos e na movimentação financeira, quando necessário, nas situações condicionadas pelas limitações impostas pela LC 101/2000 (LRF); • Acompanhamento dos estudos para estimativa do impacto orçamentário e financeiro, quando da concessão de benefícios fiscais dos quais decorram renúncia de receitas (art. 14 - LRF), geração de novas despesas (art. 16 - LRF), ou no caso de aumento das despesas de caráter continuado (art. 17 - LRF); • Acompanhamento das despesas com pessoal, ações para redução do limite no caso de alertas, acompanhamento da necessidade e regularidade de pagamento de horas extras e necessidades de recursos humanos; • Avaliação do cumprimento e a execução das metas previstas no PPA, LDO e LOA. 			
6	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de cadastro atualizado de pessoal - servidores efetivos, à disposição, cedidos, comissionados e contratados temporariamente; • Manutenção de controles de processos de admissão, exoneração e aposentadoria de servidores efetivos e comissionados; • Manutenção de controle sobre concessão de vantagens pessoais, direitos, adicionais à remuneração e promoções; • Existência de Plano de Cargos e Salários compatível com a legislação vigente; • Geração e encaminhamento dos demonstrativos legais dos atos de pessoal ao Tribunal de 	Análise de documentos.	70%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			<p>Contas, em conformidade com os instrumentos normativos vigentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle dos registros que se relacionem com a folha de pagamento de pessoal, bem como administrar as retenções legais pertinentes; • Manutenção de programas para avaliação de desempenho dos servidores; 			
7	1º; 2º; 3º; 4º e 5º Bimestres de 2021	Consórcios Intermunicipais	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da proposta do Plano de Ação de Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) para o exercício seguinte e controle da execução do orçamento corrente, inclusive as modificações realizadas através de créditos adicionais; • Verificação da proposta de Orçamento do Consórcio e acompanhamento / controle de sua execução, acompanhamento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso; • Verificação da proposta de Contrato de Rateio a ser firmado com os entes consorciados; • Acompanhamento e controle do cumprimento do Contrato de Rateio pelos entes consorciados e das medidas adotadas quando inadimplente; • Acompanhamento e controle do parcelamento de Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; • Acompanhamento quanto ao fornecimento das informações necessárias para consolidação nas contas dos entes consorciados de todas as despesas realizadas com recursos oriundos do Contrato de Rateio; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal aplicáveis aos Consórcios; • Acompanhamento da elaboração, revisão e publicação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária aplicáveis aos Consórcios; • Acompanhamento da 	Análise de documentos.	50%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			divulgação realizada pelo Consórcio do Estatuto, do Orçamento; do Contrato de Rateio, das demonstrações contábeis; do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, para fins de transparência.			
8	1º; 2º; 3º; 4º; 5º e 6º Bimestres de 2021	Regime Próprio de Previdência	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da base cadastral atualizada dos beneficiários segurados, com a devida adequação às normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS; • Manutenção de mecanismos de controle para a concessão de benefícios previdenciários; • Estabelecimento de mecanismos de controle da receita previdenciária e das aplicações financeiras; • Acompanhamento dos processos de credenciamento das instituições financeiras nas quais os recursos previdenciários estão aplicados; • Estabelecimento de normas aplicáveis aos controles na realização de despesas administrativas para adequação aos limites estabelecidos na legislação previdenciária dos RPPS; • Acompanhamento regular dos critérios adotados pelo MPS para emissão de certidões e do Certificado de Regularidade Previdenciária, promovendo as Ações necessárias no caso de saneamento de irregularidades impeditivas de sua emissão; • Avaliação contínua das disponibilidades e das obrigações do RPPS, com acompanhamento gerencial pelos balancetes mensais e a consequente prestação de 	Análise de documentos.	70%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			<p>contas anual encaminhada ao TCE.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de avaliação atuarial e respectivas reavaliações em cada exercício financeiro • Verificação da adequação dos percentuais de contribuição previdenciária (patronal / servidor) estabelecidos no cálculo atuarial com a legislação Específica pertinente. • Acompanhamento dos repasses das contribuições previdenciárias e dos aportes para cobertura de déficit previdenciário; 			
9	1º Bimestre	Controle Interno de Frota	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento e controle do uso da frota de veículos e de outros equipamentos utilizados nos serviços de apoio; • Realização de manutenções preventivas e corretivas em veículos equipamentos utilizados nos serviços de apoio; • Existência de controles de peças e pneus utilizado, bem como do consumo de combustíveis e de quilometragem percorrida. 	Análise de documentos.	30%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.
10	1º Quadrimestre	Gestão Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à Agenda de Obrigações – Instrução Normativa emitida pelo TCE/ PR anualmente; • Acompanhamento da entrega da prestação de contas anual ao TCE/PR – parte documental; • Acompanhamento da entrega dos dados eletrônicos ao Sistema SIM/AM; • Fidelidade dos dados enviados ao TCE/PR em relação ao Sistema de Informações Municipais – SIM/AM; • Encaminhamento pelo Poder Executivo da prestação de contas anual para a Câmara Municipal; • Acompanhamento dos julgamentos das prestações de contas – decisões do TCE/PR e no caso do Poder Executivo Municipal pelas respectivas Câmaras; • Verificação do cadastro da entidade junto ao TCE/PR; 	Análise de documentos.	90%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

			<p>Interlocução entre a Procuradoria Municipal e as áreas de interesse na solução de desvios e desobediência às normas detectados pelo Tribunal de Contas em processos de apuração (PCA, Inspeções, Auditorias, Representações e outros);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação do cumprimento no disposto no Decreto Federal 10.540/2020, e a elaboração do Plano de Ação do SIAFIC. 			
11	1º Bimestre	Convênios e Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento e cumprimento de normas e procedimentos para planejamento, celebração, controle e prestação de contas de convênios e parcerias, tanto na condição de concedente de recursos como na de tomador; • Certificar-se do funcionamento do fluxo da formalização dos acordos (apreciação dos setores jurídico e contábil); • Avaliação da capacidade operacional da administração pública para celebrar convênios e parcerias; • Capacitação de fiscais de convênios e gestores de parcerias; • Estabelecimento e cumprimento de normas e procedimentos para a tomada de contas de convênios e parcerias; • Acompanhamento de impropriedades detectadas na execução de convênios e parcerias. • Avaliação da capacidade da administração pública para acompanhar a execução da parceria; • Avaliação da vantajosidade para a administração pública em firmar a parceria; • Avaliar se as parcerias foram adequadamente planejadas com objetivos claramente, etapas bem dimensionadas, as despesas previstas guardam relação direta com o objeto da parceria; • Avaliação da regular execução da parceria, plano de trabalho, movimentação financeira, comprovante de despesas. 	Análise de documentos.	50%	Conclui-se pela aprovação dos pontos de controle objeto da análise.

4. Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4

Nos relatórios foram apontadas as falhas, principalmente quanto a erros formais, que conforme orientação foram corrigidos pelo Executivo.

Controle Interno recebeu e orientou os funcionários contra vícios ou irregularidades licitatórios e/ou contratuais, nos termos do art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/1993, houve a apuração de editais em relação à cláusulas restritivas, que afastem possíveis concorrentes, investigação quanto a aplicação da Lei Complementar nº 147/2014, no que pertine à priorização à micro e pequena empresa nos editais e de licitação e eventuais fracionamentos licitatórios.

Controle Interno orientou quanto a necessidade de contratação de novas tabelas base para critério de valoração para atribuição de desconto nos processos de Licitação, visando evitar a restrição da competitividade e impactos na economicidade.

Orientou-se quanto os limites legais para duração dos contratos e para que sejam sempre analisados os critérios de sua utilização, ainda, que os processos licitatórios sejam realizados em tempo hábil para que os serviços e/ou bens não sejam interrompidos, observando os princípios norteadores da Administração Pública.

Foram realizados o acompanhamento de Demandas e Apontamento Preliminar de Acompanhamento realizados pelo TCE/PR, com verificação das medidas saneadoras a serem adotadas pelo Executivo.

Não foi realizada auditoria interna, os Relatórios do Controle Interno de Acompanhamento foram realizados de forma bimestral e encaminhados ao conhecimento do Prefeito Municipal, devendo ser encaminhadas cópias aos setores competentes para que todos tenham conhecimentos dos itens analisados, conclusões e orientações; para que a partir disto tome-se as medidas necessárias.

5. Síntese das avaliações

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)
Planos e Políticas de Governo	
Cumprimento das metas contidas no Plano Plurianual	REGULAR
Eficácia da aplicação das políticas de governo	REGULAR
Estimativas da receita em bases conservadoras	REGULAR
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	REGULAR
Ações e programas do PPA previstos para o período	REGULAR
Execução Orçamentária	

Realização da receita e renúncia fiscal	REGULAR
Medidas para cobrança da dívida ativa	REGULAR
Programação financeira e congelamento de dotações	REGULAR
Alterações Orçamentárias	
Créditos suplementares	REGULAR
Créditos especiais	REGULAR
Créditos extraordinários	REGULAR
Regimes Próprios de Previdência Social	
Repasse das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial	REGULAR
Pagamentos dos parcelamentos das dívidas com a previdência própria	REGULAR
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	
Ato de nomeação dos membros (Anexar cópia do ato a este relatório)	Decreto n.º 182/2021 Decreto n.º 91/2023 Decreto n.º 121/2023
Composição	Número de membros: 22
Funcionamento – regularidade das reuniões	RESSALVA
Qualidade das informações prestadas	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2021 (Conforme Anexo 1 deste Relatório).	REGULAR
Conselho Municipal de Saúde	
Ato de nomeação dos membros (Anexar cópia do ato a este relatório)	Decreto n.º 91/2021
Composição	Número de membros: 30
Funcionamento – regularidade das reuniões	RESSALVA
Qualidade das informações prestadas	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2021 (Conforme Anexo 2 deste Relatório).	REGULAR
Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde é executada de forma	Centralizada
Comitê Municipal do Transporte Escolar	
Lei de criação	Lei Municipal n.º 1.924/2015
Ato de nomeação dos membros	Decreto n.º 381/2021 e n.º 240/2019
Parecer do Comitê em relação às competências descritas no Art. 17 da Resolução n.º 777/2013-GS/SEED	REGULAR
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	
Apropriação contábil da despesa	REGULAR
Limite de gastos	REGULAR (44,48%)
Dívida Consolidada	
Apropriação contábil da dívida	REGULAR
Limite da dívida consolidada	3,58%
Limites Constitucionais	
Índice das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	RESSALVA (24,79%)
Índice das despesas com serviços públicos de saúde	REGULAR (EMPENHADO)

	17,67% - LIQUIDADO 16,81%)
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Compatibilidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) com os sistemas da entidade, como por exemplo, as demonstrações contábeis e os relatórios de execução orçamentária (RREO) e gestão fiscal (RGF)	REGULAR

6. Considerações relevantes quanto ao item 6 do Relatório

6.1 – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Não houve regularidade nas reuniões do Conselho de Acompanhamento do Controle Social do FUNDEB, ressalva-se que devido as medidas restritivas impostas pela pandemia do COVID-19 não poderiam haver reuniões presenciais, com isso o Conselho realizou apenas algumas reuniões de forma virtual, o que ao final do exercício de 2021 não comprometeu o acompanhamento, fiscalização e demais atos do conselho.

Ressalva ao não cumprimento das regras constitucionais referentes aos gastos em educação, onde não aplicou o mínimo exigido por lei (25%) da verba destinada as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício financeiro de 2021, ficando o índice em 24,79%, em decorrência da calamidade pública imposta pela pandemia da Covid-19, onde as aulas presenciais retornaram apenas em meados de setembro/2021, más que em 2022 finalizou a aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico com o percentual de 29,89%, recuperando a defasagem do exercício anterior.

6.2 - Conselho Municipal de Saúde

Não houve regularidade nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde, ressalva-se que devido às medidas restritivas impostas pela pandemia do COVID-19 não poderia haver reuniões presenciais, com isso o Conselho realizou na maior parte dos encontros reuniões de forma virtual, o que ao final do exercício de 2021 não comprometeu o acompanhamento, fiscalização e demais atos do conselho.

7. Demais ações desenvolvidas

Quando a Acórdão n.º 284/21 do Tribunal Pleno do TCE/PR, foram realizados orientações junto a Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal

de Administração e ao Prefeito Municipal, onde foram até o momento estão sendo cumpridos as recomendações compiladas no Quadro de Recomendações – Auditoria em Receita Pública – PAF 2020, o que se seguirá no próximo exercício.

Referente a Demanda 215831, objeto da fiscalização 1958/19 , foram realizados orientações junto a Secretaria Municipal de Administração e ao Prefeito Municipal, onde foram realizadas as recomendações cabíveis e está sendo acompanhando o cumprimento das medidas adotadas.

Em relação a fiscalização n.º 779/2021, APA n.º 21597, foram realizados orientações junto a Secretaria Municipal de Administração, Procuradoria e ao Prefeito Municipal, está sendo acompanhando as medidas adotadas para o cumprimento da APA.

8. Participação em Consórcios Intermunicipais

CNPJ	Razão Social
03.273.207/0001-28	Consórcio Inter gestores Paraná Saúde
07.540.117/0001-07	Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISGAP
03.601.519/0001-13	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná
17.851.062/0001-00	Consorcio Intermunicipal Vale do Rio Jordão
04.598.400/0001-00	Fundo de Previdência Municipal de Pinhão - FUNPREV

9. Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal

Foram encaminhados os documentos abaixo para a Câmara Municipal em 31/03/2022, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar n.º 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldos financeiros em caixa e bancos em 31/12/2021, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de Balanço previstos no art. 101 da Lei 4.320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos

correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.

- Os Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2021, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2021, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.

AVALIAÇÃO DA GESTÃO
(PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de Controle Interno no exercício financeiro de 2021, do **CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PINHÃO**, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Pinhão - Pr 24 de Abril de 2023.


Marcia Maria da Silva Machado
Controlador Interno



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Protocolo

PROCESSO Nº: 220313/22
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023),
VALDECIR BIASEBETTI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
INFORMAÇÃO Nº: 2753/23

Considerando o falecimento do Sr. José Vitorino Prestes em 05/03/2023ⁱ e a juntada da Petição Intermediária nº 275316/23 (peças 26/34), ao Relator para deliberação.

DP, em 2 de maio de 2023.

JERUSA HELENA PIAZ KLOCK
Auditor de Controle Externo - Jurídica
51.281-8
DP

ⁱ <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2023/03/05/morre-o-prefeito-jose-vitorino-prestes-de-pinhao.ghtml>

Morre o prefeito José Vitorino Prestes, de Pinhão

Vitorino tinha 70 anos e estava em tratamento de saúde em hospital de Curitiba, segundo prefeitura. Vice, Valdecir Biasebetti (PP), foi empossado prefeito na manhã deste domingo (5).



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

PROCESSO Nº: 220313/22
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023),
VALDECIR BIASEBETTI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 676/23

Mediante a Informação nº 2.753/23 (peça 35), a Diretoria de Protocolo encaminha o feito a este Gabinete com a notícia do falecimento, em 05/03/2023, do gestor das presentes contas, Sr. José Vitorino Prestes.

Considerando que o atual Prefeito Municipal, Sr. Valdecir Biasebetti, promoveu a juntada de contraditório (peças 26 a 34), deixa-se eventual decisão quanto ao ingresso no processo dos sucessores do gestor para momento posterior à coleta dos opinativos da unidade técnica e do órgão ministerial.

Encaminhem-se à Coordenadoria de Gestão Municipal para instruir e, após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para fins do disposto no artigo 353 do Regimento Interno.

Gabinete, 3 de maio de 2023.

DANIELLE DE MELLO E SILVA
Assessora / Matrícula nº 52.478-6



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PROCESSO Nº: 220313/22

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

INSTRUÇÃO Nº: 2567/2023 - CGM - CONTRADITÓRIO

Ementa: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**. Prestação de Contas do exercício de 2021. Contraditório. **Contas com Irregularidades. Pela concessão de novo contraditório.**

Trata-se da prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PINHÃO**, relativa ao exercício financeiro de 2021.

O Primeiro Exame realizado pela Unidade Técnica responsável evidenciou a existência de restrições e/ou mesmo a ausência de elementos essenciais no processo de prestação de contas, que serão doravante tratadas em conformidade com a formulação que constou da Instrução nº 5901/2022-CGM-Primeiro Exame (peça processual nº 19).

Oportunizado o exercício do direito ao contraditório, o Responsável procurou sanar as anomalias apontadas, razão pela qual retornam as contas para exame, seguindo-se a síntese dos apontamentos contidos na citada Instrução e as novas conclusões em face dos fatos apresentados na peça de defesa.

1 - DOS APONTAMENTOS NÃO REGULARIZADOS ATÉ O EXAME ANTERIOR

1.1 - DA ANÁLISE DAS IRREGULARIDADES

CONTROLE INTERNO

O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal. Fonte de Critério: Constituição Federal, arts. 31, 70 e 74, c/c arts. 4º a 7º, Capítulo III da LOTC (LCE nº 113/2005) - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, I, "b" e art. 87, IV, "g".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PRIMEIRO EXAME

O conteúdo do Relatório do Controle Interno anexado aos autos não atende ao mínimo solicitado por esta Corte de Contas, conforme modelo sugerido na Instrução Normativa nº 169/2021, em razão da(s) deficiência(a) abaixo descrita(s).

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos solicitados pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Sujeita, ainda, a aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão da não comprovação do cumprimento dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal c/c Arts. 4º a 8º, Capítulo III, da LOTC (LCE nº 113/05), haja vista o Relatório do Controle Interno não apresentar as abordagens mínimas sugeridas pelo Tribunal por meio do modelo que consta na Instrução Normativa nº 169/2021.

A obrigatoriedade de apresentação da documentação no processo de prestação de contas até a data definida para o cumprimento do dever legal está objetivamente disciplinada na Instrução Normativa nº 169/2021.

Diante o exposto, deve-se registrar que, sem prejuízo do resultado do exame de mérito do conteúdo, a entrega extemporânea pode, eventualmente, possibilitar a regularização da omissão formal, sem, contudo, desonerar da multa pela remessa fora do prazo, prevista no art. 87, I, b (LO-TCE/PR).

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

a) Novo relatório que apresente conteúdo suficiente, tendo em vista o modelo anexo à Instrução Normativa nº 169/2021 - TCE/PR, que regulamenta a prestação de contas deste exercício de 2021;

b) Esclarecimentos adicionais, apresentados pelo Responsável pelo Controle Interno e pelo Gestor, face às questões apresentadas pela análise técnica indicadas nesta Instrução;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

c) Outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS DO ANALISTA

Deixaram de ser encaminhados os atos de nomeação dos membros dos conselhos municipais de Saúde e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam das peças processuais nº 26 a 34.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Diante dos esclarecimentos e documentos apresentados verifica-se que o Sr. Valdecir Biasebetti, prefeito municipal, informa que foi elaborado novo relatório do controle interno pelo controlador já contemplando os conteúdos mínimos exigidos pelo TCE, bem como juntado em anexo os atos de nomeação dos membros dos conselhos municipais de Saúde e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com objetivo de sanar as irregularidades, para uma nova apreciação e análise com as devidas considerações justificadas.

Face ao exposto, cabe inicialmente ressaltar que a restrição foi apontada em virtude de não ter sido localizado no Primeiro Exame o envio dos atos de nomeação dos membros dos conselhos municipais de Saúde e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Analisando os documentos encaminhados, verifica-se, em relação ao ato de nomeação do Conselho do Municipal do FUNDEB e respectivo parecer, que foi encaminhado conforme peça processual nº 32 o Decreto nº 121/2023 que dispõe sobre a nomeação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, o qual é composto por 24 membros, 12 titulares e 12 suplentes, bem como encaminha conforme peça processual nº 28, o Parecer do Conselho Municipal do Fundeb, o qual está assinado pelo presidente e maioria dos membros, sendo a conclusão pela aprovação das contas da gestão, exercício de 2021, entendendo esta Coordenadoria que a pendência foi regularizada, porém com ressalva, tendo em vista que o documento foi validado/assinado pelo atual conselho, o qual assume a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

responsabilidade pelo acompanhamento da gestão dos recursos efetuados no exercício em questão.

E, quanto ao ato de nomeação do Conselho Municipal de Saúde e respectivo Parecer, verifica-se que foi encaminhado conforme peça processual nº 30 o Decreto nº 091/2021, que dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Saúde, o qual é composto por 30 membros, 16 titulares e 14 suplentes, e também foi encaminhado, conforme peça processual nº 15, Ata nº 03/2022, que aprova a prestação de contas do exercício de 2021, sendo o documento assinado por 12 pessoas, no entanto, foi possível identificar apenas 04 membros/assinaturas no Decreto de nomeação, situação que não permite que o documento seja validado.

Ressalta-se que, conforme consta da Instrução Normativa nº 169/2021, foi orientado para que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde, atendesse o modelo indicado no Anexo 2 do Relatório do Controle Interno, conforme segue:

ANEXO 2 DO RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

AValiação DA GESTÃO

(PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

1. O Conselho Municipal de Saúde de _____, em atendimento às exigências legais, notadamente o § 1.º do Art. 36, da Lei Complementar n.º 141, de 13, de janeiro de 2012, a regulamentação própria desta Unidade Federativa e normas do Ministério da Saúde, para fins da Prestação de Contas Anual, do exercício de 20XX, do... (NOME DO ÓRGÃO GESTOR DA SAÚDE), é de parecer pela das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2. A opinião supra está consubstanciada nos resultados do acompanhamento periódico, na apreciação dos Relatórios Trimestrais de Gestão e no Relatório de Gestão Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativamente ao exercício financeiro de 20XX, conduzidos pelo Conselho Municipal da Saúde segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem nos seguintes aspectos:

- I) Organização do Conselho Municipal de Saúde;
- II) Reuniões ordinárias para acompanhamento da execução orçamentária da saúde;
- III) Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência;
- IV) O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao setor da saúde;
- V) A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e à inclusão dos instrumentos de planejamento da saúde no PPA, LDO e LOA;
- VI) Fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Saúde;
- VII) Acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde;
- VIII) Avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos Planos de Aplicação dos recursos da saúde;
- IX) Avaliação da dedicação do gestor às ações e atividades da estratégia Programa Saúde da Família;
- X) Análise do Relatório de Gestão Municipal da Saúde; e
- XI) Acompanhamento, até onde os exames puderam alcançar, do cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas e respectivo rendimento de aplicações financeiras, no ano de 20XX, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela E.C. 29/00, destinadas às ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 2.º e 3.º da Lei Complementar n.º 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas às normas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Observação Subitem XI:

No caso de a opinião para o subitem XI, do item 2, ser pela **IRREGULARIDADE**, poderá ser utilizada a sugestão seguinte, com a descrição sucinta da situação constatada:

, cabendo opinar pela irregularidade das seguintes situações:

- a. ...
- b. ...
- c. ...

3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Local e Data

Presidente do Conselho Municipal de Saúde e demais membros

(O documento deverá ser assinado por todos os membros do Conselho e conter a identificação dos nomes dos responsáveis pelas assinaturas e constitui parte integrante do Relatório do Controle Interno a ser apresentado na Prestação de Contas do Município.)

ATENÇÃO: Verificar se a conclusão manifestada no item 1 não está em contradição com a contida no subitem XI, do item 2.

Ressalta-se, ainda, que consta encaminhado, conforme peça processual nº 16, a Resolução nº 03/2022 do Conselho Municipal de Saúde, a qual aprova o relatório anual de gestão do exercício de 2021, assinado pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde e pelo prefeito municipal.

Diante das considerações, conclui esta Coordenadoria por ressaltar a pendência relativa ao Conselho Municipal do Fundeb e por **manter a irregularidade em relação ao envio do ato de nomeação e respectivo parecer do Conselho Municipal de Saúde**, tendo em vista a impossibilidade de aferir as assinaturas, bem como em relação ao formato do documento, pois foi encaminhado Ata ao invés de Parecer, conforme orientado.

Conclui-se também, por oferecer novo contraditório ao gestor das contas, uma vez que somente com o envio do ato de nomeação, foi possível analisar os documentos (parecer e ato de nomeação), o que gerou, nesta oportunidade, fato novo a ser regularizado pelo Município de Pinhão.

Importante relatar, em relação a indicação de multa pela irregularidade mantida, que tendo em vista a informação nº 2753/23 - DP, peça processual nº 35, na qual consta relatado que ocorreu o falecimento do Sr. José Vitorino Prestes, gestor das contas, em 05/03/2023, que entende esta Coordenadoria que deva ser afastada, tendo em vista o Princípio da Intransmissibilidade da pena, conforme decisões deste Tribunal, mantendo-se apenas a restrição, uma vez que o ocorrido não interrompe a análise e a respectiva emissão de parecer prévio para o julgamento das contas anuais em questão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Acórdão nº 246/16 - Segunda Câmara:

“...Com efeito, o falecimento do gestor, embora não seja causa para encerramento do feito, é causa de extinção de punibilidade. Ante o princípio da intransmissibilidade da pena, a morte do responsável impede que lhe seja aplicada qualquer sanção, pois a sanção administrativa tem natureza punitiva, e no direito administrativo, assim como no direito penal, tem natureza personalíssima, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal, que determina:

“XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidos aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;”

.Acórdão nº 2074/19 – Tribunal Pleno:

“Embargos de Declaração. Decisão embargada. Multa ao gestor. Falecimento. Informação nova. Pelo provimento com efeitos modificativos. Exclusão da sanção.”

CONCLUSÃO: NÃO REGULARIZADO

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO NO ENSINO BÁSICO MUNICIPAL

Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal. Fonte de Critério: Constituição Federal, art. 212 e Lei Federal nº 14.113/2020 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

PRIMEIRO EXAME

O Município não atingiu o índice mínimo de 25% de aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, conforme demonstrativo constante nesta instrução, que evidencia a apuração do índice a partir dos dados contábeis enviados pelo município via sistema SIM-AM.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea “g”, inciso IV do art. 87 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do não cumprimento do regramento estabelecido pela Constituição Federal.

Documentos mínimos necessários em caso de exercício do contraditório:

a) comprovação da aplicação de recursos complementares no primeiro quadrimestre do exercício subsequente, necessariamente corroborado com os registros constantes do sistema SIM-AM;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

b) demonstrativo detalhado contendo a nova apuração, em caso de não concordância com os valores apresentados nesta Instrução;

c) sendo o caso, relação dos empenhos glosados no item específico do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, para os quais não há concordância com a dedução, e os motivos da discordância;

d) parecer do Conselho do FUNDEB e/ou do Conselho Educação, assinado pela maioria de seus membros, ratificando as informações prestadas no contraditório;

e) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam das peças processuais nº 26 a 34.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Diante dos esclarecimentos e documentos apresentados verifica-se que o Sr. Valdecir Biasebetti, prefeito municipal, informa que o Município enfrentou a pandemia da Covid-19 e a consequente suspensão das aulas presenciais em razão do isolamento social imposto, que por consequência impossibilitou o cumprimento da aplicação mínima constitucional por parte deste Município, onde as aulas presenciais do ensino básico retornaram apenas em meados do mês de setembro de 2021.

Relata que a preocupação com o não atendimento do índice constitucional dos 25%, e o meio de se flexibilizar esse mínimo destinado à educação nos exercícios de 2020 e 2021, foi à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 119/2022 de 27/04/2022:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 119:

"Art. 119. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021."

Art. 2º O disposto no caput do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias impede a aplicação de quaisquer penalidades, sanções ou restrições aos entes subnacionais para fins cadastrais, de aprovação e de celebração de ajustes onerosos ou não, incluídas a contratação, a renovação ou a celebração de aditivos de quaisquer tipos, de ajustes e de convênios, entre outros, inclusive em relação à possibilidade de execução financeira desses ajustes e de recebimento de recursos do orçamento geral da União por meio de transferências voluntárias.

Finaliza, destacando que a municipalidade com a volta das atividades normais no exercício de 2022, finalizou a aplicação dos recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico com o percentual de 29,89%, ficando além do limite exigido constitucionalmente, bem como superando a diferença não atingida no exercício de 2021 conforme exigido no parágrafo único do artigo primeiro da Lei 119/2022, índices estes corroborado com os registros dos relatórios constantes no sistema SIM-AM entregues, correspondente ao exercício de 2022.

Acrescenta que segue em anexo novo parecer do Conselho do FUNDEB, ratificando as informações prestadas no contraditório.

Face ao exposto, cabe ressaltar que o Município não atendeu ao limite constitucional relativo à manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2021, tendo aplicado 24,79%.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2 e 5}	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	22.175.005,11	21.987.390,41	24,79

No entanto, conforme relatado na defesa, de fato com a promulgação da Emenda Constitucional nº 119/2022, os agentes públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento nos exercícios de 2020 e 2021 do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal devido à pandemia de Covid-19. Da mesma forma, impede aplicação de penalidades, sanções ou restrições para fins cadastrais, de aprovação ou celebração de convênios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Destaca-se, que o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021, segundo consta na Emenda Constitucional nº 119/2022.

Diante das considerações esta Unidade Técnica, nesse momento de excepcionalidade, opina pelo afastamento da restrição sem adentrar no mérito da defesa apresenta nos autos, uma vez que a complementação da diferença não aplicada em 2021 deverá ocorrer até o exercício de 2023, ocasião em que será objeto a fiscalização.

DA MULTA

Diante das justificativas e dos documentos apresentados pelo interessado, os quais permitem regularizar o item, poderá ser afastada a aplicação de multa antes proposta.

CONCLUSÃO: REGULARIZADO

2 - RESULTADO DA ANÁLISE

De acordo com os motivos e conclusões antes explanados, entendemos que a entidade não apresentou justificativas ou medidas suficientes para afastar, em sua totalidade, os apontamentos contidos no exame da prestação de contas, sendo as seguintes as conclusões obtidas da análise do processo.

2.1 - DAS RESSALVAS E RESTRIÇÕES

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	Constituição Federal, arts. 31, 70 e 74, c/c arts. 4º a 7º, Capítulo III da LOTC (LCE nº 113/2005) - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, I, "b" e art. 87, IV, "g".	NÃO REGULARIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	Constituição Federal, art. 212 e Lei Federal nº 14.113/2020 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"	REGULARIZADO
---	-----------------------	----------------	---	--------------

2.2 - DAS MULTAS

Em relação a indicação de multa pela irregularidade mantida, tendo em vista a informação nº 2753/23 - DP, peça processual nº 35, na qual consta relatado que ocorreu o falecimento do Sr. José Vitorino Prestes, gestor das contas, em 05/03/2023, entende esta Coordenadoria que deva ser afastada, tendo em vista o Princípio da Intransmissibilidade da pena, conforme decisões deste Tribunal, mantendo-se apenas a restrição, uma vez que o ocorrido não interrompe a análise e a respectiva emissão de parecer prévio para o julgamento das contas anuais em questão.

3 - PARECER CONCLUSIVO

Em face do exame procedido na presente prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PINHÃO**, relativa ao exercício financeiro de 2021 e à luz dos comentários supra expendidos, concluímos que as contas estão irregulares por ofensa à norma legal ou regulamentar, nos termos do art. 16, III, b, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

Conclui-se, também, que **deve ser oferecido novo contraditório ao Município**, uma vez que somente com o envio do ato de nomeação, foi possível analisar os documentos (parecer e ato de nomeação), o que gerou, nesta oportunidade, fato novo a ser regularizado pelos responsáveis, conforme detalhado no item de análise *“O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal”*.

Destaca-se, contudo, que estas conclusões não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por divergências nas informações de caráter declaratório, ressalvadas, ainda, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como auditorias ou denúncias.

É a Instrução.

CGM, 15 de junho de 2023.

Ato emitido por ELIANE MARIA COMPARIM SANTOS - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - CONTÁBIL - Matrícula nº 511161.

Ato revisado por RAFAEL AUGUSTO FONTANA - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 516740 / ROSANE DO ROCIO TOSATO ZINHER - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 510998 / JOSLEI GEQUELIN - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 517313.

Encaminhe-se ao Relator para apreciação, quanto a concessão de novo contraditório.

Encaminhado por LEVI RODRIGUES VAZ - Coordenador - Matrícula nº 516201.

Nota: O revisor deste ato poderá ser identificado através do ícone "Verificar assinaturas" do Trâmite Web.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

PROCESSO N°: 220313/22
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023),
VALDECIR BIASEBETTI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 897/23

Em atenção à Instrução n. 2.567/23 (peça 37), da Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, determino a **intimação** do **MUNICÍPIO DE PINHÃO**, na pessoa de seu representante legal, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação, acompanhada de eventuais comprovantes, acerca dos apontamentos feitos pela unidade técnica, sob pena de eventual emissão de recomendação pela desaprovação das contas e aplicação de sanções adicionais previstas na Lei Complementar nº 113/2005.

Encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para atendimento.

Apresentada a resposta ou vencido o prazo, à CGM para nova instrução.

Publique-se.

Gabinete, 16 de junho de 2023.

DANIELLE DE MELLO E SILVA

Assessora/Matrícula nº 52.478-6



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Protocolo

PROCESSO Nº	- 220313/22
ASSUNTO	- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
Entidade	- MUNICÍPIO DE PINHÃO
Gestor atual	- VALDECIR BIASEBETTI
Gestor das Contas	- JOSÉ VITORINO PRÉSTES
Interessado	- MUNICÍPIO DE PINHÃO
Ex-Gestor	- JOSÉ VITORINO PRÉSTES

CERTIDÃO DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL ELETRÔNICA

Certifico que a comunicação eletrônica nº 3292/2023, referente ao Despacho Processual Diverso nº 897/2023, foi disponibilizada no dia 19/06/2023, com prazo de resposta inicial de 15 dias, tendo sido intimado(s) ao **MUNICÍPIO DE PINHÃO**.

Diretoria de Protocolo, em 19/06/2023

Documento assinado digitalmente

ARLEI DE FREITAS

TÉCNICO DE CONTROLE - matrícula nº 506133



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 220313/22
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES, MUNICÍPIO DE PINHÃO, VALDECIR BIASEBETTI

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 897/2023 – Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 3004, do dia 21/06/2023, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 22/06/2023



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INFORMAÇÃO ELETRÔNICA AUTOMÁTICA

(art. 386, § 2º, incisos I e II do Regimento Interno do Tribunal)

Registramos, nesta data, que o destinatário da comunicação eletrônica abaixo identificada tomou ciência do teor e dos prazos regimentais da comunicação, mediante consulta ao serviço de peticionamento eletrônico e-Contas:

PROCESSO Nº: 220313/22

ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Sujeitos do Processo:

Entidade: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Gestor atual: **VALDECIR BIASEBETTI**

Gestor das Contas: **JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023)**

Ex-Gestor: **JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023)**

Interessado: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**

Comunicação Eletrônica nº: 113360

Destinatário da Comunicação: MUNICÍPIO DE PINHÃO

Data da Ciência: 03/07/2023



RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 473320/23

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 220313/22

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

Tipo de petição: **RESPONDER CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (Responder citação ou intimação)
- Outros Documentos (Parcecer do conselho de saude)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE PINHÃO, CNPJ 76.178.011/0001-28, através do(a) Representante Legal VALDECIR BIASEBETTI, CPF 371.392.079-68**

Email: **valdecirbiasebetti2306@gmail.com**

Telefone: **998154717**

Curitiba, 13 de julho de 2023 16:38:19



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.178.011/0001-28

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO – MAURÍCIO REQUIÃO DE M. E SILVA.
DD. RELATOR DO PROCESSO N.º 220313-22 - TC.**

PROCESSO N.º 220313-22

INSTRUÇÃO N.º 2567/2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

INTERESSADOS: VALDECIR BIASEBETTI

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO

MUNICÍPIO DE PINHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.178.011/0001-28, com sede administrativa na Avenida Trifon Hanysz, n.º 220, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDECIR BIASEBETTI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.643.509-0/Pr, inscrito no CPF sob o n.º 371.392.079-68, residente e domiciliado na Rua XV de novembro, 40 centro, neste Município de Pinhão/Pr, tempestivamente, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em face do contido na instrução nº: 2567/2023 - CGM - PRIMEIRO EXAME, apresentar, **CONTRADITÓRIO** nos termos a seguir expostos:



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.178.011/0001-28

I. SÍNTESE DOS FATOS

Versa o protocolado em epígrafe sobre prestação de contas do **MUNICIPIO DE PINHÃO**, relativa ao **exercício financeiro de 2021**.

A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, em um Primeiro Exame realizado pela Unidade Técnica responsável evidenciou a existência de restrições e/ou mesmo a ausência de elementos essenciais no processo de prestação de contas, que serão doravante tratadas em conformidade com a formulação que constou da Instrução nº 5901/2022-CGM-Primeiro Exame.

Diante dos apontamentos realizados no parecer supra referido a Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM através da Instrução 2567/2023, entendeu necessária à manifestação do ora requerente a fim de serem prestados esclarecimentos e justificativas para os fatos, razão pela qual o mesmo foi devidamente notificado para apresentar contraditório.

II. DO MÉRITO

Restrição Item 1.1 O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.

Em virtude de não ter sido localizado no primeiro exame o envio dos atos de nomeação dos membros dos conselhos municipais de Saúde, depois juntado em anexo ao contraditório primeiro exame a referida documentação com objetivo de sanar as irregularidades e disponibilizados para uma nova apreciação e análise com as devidas considerações justificadas, evidenciou nova restrição apontada em que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde, atendesse o modelo indicado no Anexo 2 do Relatório do Controle Interno conforme consta da Instrução Normativa nº 169/2021.

Com objetivo de sanar as irregularidades foi solicitado ao conselho novo parecer contemplando as exigências apontadas na instrução de acordo com o modelo solicitado no



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.178.011/0001-28

anexo 2 da Instrução Normativa nº 169/2021, para uma nova apreciação e análise com as devidas considerações justificadas.

Das Multas – Em relação à indicação de multa, tendo em vista a informação nº 2753/23 - DP, peça processual nº 35, na qual consta o falecimento do Sr. José Vitorino Prestes, gestor das contas, em 05/03/2023, em manter afastada, tendo em vista o Princípio da Intransmissibilidade da pena, conforme decisões desse Tribunal.

Diante de todo esse arrazoado, requer digne-se Vossa Excelência em revisar a Instrução nº. 2567-2023 - CGM, no sentido de ser recomendada a **APROVAÇÃO** da presente Prestação de Contas Anual do Município de Pinhão, referente ao exercício de 2021, vez que ilididos os pontos tidos como irregulares e ao final análise, seja a presente **JULGADA TOTALMENTE REGULAR E APROVADA** pelos fundamentos *retro* mencionados, por ser medida que se impõe.

Pede e espera deferimento.

Pinhão Pr., 13 de julho de 2023.

Atenciosamente



VALDECIR BIASIBETTI
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Fernando Guimarães

DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Praça N. Sra. Salete, s/nº - Centro Cívico – CEP 80.530-910

Curitiba – Pr



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS PINHÃO



PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE AVALIAÇÃO DA GESTÃO (PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

1. O Conselho Municipal de Saúde de Pinhão, em atendimento às exigências legais, notadamente o § 1.º do Art. 36, da Lei Complementar n.º 141, de 13, de janeiro de 2012, a regulamentação própria desta Unidade Federativa e normas do Ministério da Saúde, para fins da Prestação de Contas Anual, do exercício de 2021, do Fundo Municipal de Saúde, é de parecer pela aprovação das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2. A opinião supra está consubstanciada nos resultados do acompanhamento periódico, na apreciação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão e no Relatório de Gestão Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativamente ao exercício financeiro de 2021, conduzidos pelo Conselho Municipal da Saúde segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem nos seguintes aspectos:

- I) Organização do Conselho Municipal de Saúde;
- II) Reuniões ordinárias para acompanhamento da execução orçamentária da saúde;
- III) Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência;
- IV) O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao setor da saúde;
- V) A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e à inclusão dos instrumentos de planejamento da saúde no PPA, LDO e LOA;
- VI) Fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Saúde;
- VII) Acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde;
- VIII) Avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos Planos de Aplicação dos recursos da saúde;
- IX) Avaliação da dedicação do gestor às ações e atividades da estratégia Programa Saúde da Família;
- X) Análise do Relatório de Gestão Municipal da Saúde; e
- XI) Acompanhamento, até onde os exames puderam alcançar, do cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas e respectivo rendimento de aplicações financeiras, no ano de 2021 e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela

RUA EXPEDICIONÁRIO AMARILIO DE LIMA, 100- PINHÃO - PARANÁ

Fone: (42) 3677 - 8322

U. M. de F. J. J. J. J.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS PINHÃO



E.C. 29/00, destinadas às ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 2.º e 3.º da Lei Complementar n.º 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas às normas.

3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Pinhão, 27/06/2023.

Adimarins Fabrício
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Membros:

Alain César Abreu

Luciana Yumi Inoue

Meuri Gonçalves de Macedo

Luana Alves Strontzk

José Linco de Ramos

Vilma Aparecida Ferreira

Erondi Caldas

Júlio Ferreira de Oliveira

Paulo Cesar Souza

Enistele de Fatima Correia

Vilson Antonio Prudente

Carine Maria Cavalli

Pedro Eros Góes

Kamilla Komar

Arioto José Nunes Machado

Jéssica de Fátima Caldas

RUA EXPEDICIONÁRIO AMARILIO DE LIMA, 100- PINHÃO - PARANÁ

Fone: (42) 3677 - 8322



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PROCESSO Nº: 220313/22

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

INSTRUÇÃO Nº: 3387/2023 - CGM – SEGUNDO CONTRADITÓRIO

Ementa: **MUNICÍPIO DE PINHÃO**. Prestação de Contas do exercício de 2021. Segundo Contraditório. Contas Regulares com Ressalva.

Trata-se da prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PINHÃO**, relativa ao exercício financeiro de 2021.

A análise anterior realizada pela Unidade Técnica responsável, já em sede de contraditório, nos termos da Instrução nº 2567/2023 – CGM (peça processual nº 37), resultou na manutenção de irregularidades e/ou ressalvas, razão pela qual retornam as contas para reexame, tendo em vista os novos fatos apresentados, seguindo-se a síntese dos apontamentos contidos na Instrução anterior e as novas conclusões resultantes da análise técnica.

1 - APONTAMENTOS REGULARIZADOS ATÉ A ANÁLISE DE CONTRADITÓRIO ANTERIOR

1.1 - DOS APONTAMENTOS SANADOS

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO NO ENSINO BÁSICO MUNICIPAL

Restrição: Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.

Fonte de Critério: Constituição Federal, art. 212 e Lei Federal nº 14.113/2020 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

Item REGULARIZADO conforme Instrução nº 2567/2023 – CGM - Contraditório, peça processual nº 37, páginas 6 a 9.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

2 - DOS APONTAMENTOS NÃO REGULARIZADOS ATÉ O EXAME ANTERIOR

2.1 - DA ANÁLISE DAS IRREGULARIDADES

CONTROLE INTERNO

O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.

Fonte de Critério: Constituição Federal, arts. 31, 70 e 74, c/c arts. 4º a 7º, Capítulo III da LOTC (LCE nº 113/2005) - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, I, "b" e art. 87, IV, "g".

PRIMEIRO EXAME

O conteúdo do Relatório do Controle Interno anexado aos autos não atende ao mínimo solicitado por esta Corte de Contas, conforme modelo sugerido na Instrução Normativa nº 169/2021, em razão da(s) deficiência(a) abaixo descrita(s).

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos solicitados pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Sujeita, ainda, a aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão da não comprovação do cumprimento dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal c/c Arts. 4º a 8º, Capítulo III, da LOTC (LCE nº 113/05), haja vista o Relatório do Controle Interno não apresentar as abordagens mínimas sugeridas pelo Tribunal por meio do modelo que consta na Instrução Normativa nº 169/2021.

A obrigatoriedade de apresentação da documentação no processo de prestação de contas até a data definida para o cumprimento do dever legal está objetivamente disciplinada na Instrução Normativa nº 169/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Diante o exposto, deve-se registrar que, sem prejuízo do resultado do exame de mérito do conteúdo, a entrega extemporânea pode, eventualmente, possibilitar a regularização da omissão formal, sem, contudo, desonerar da multa pela remessa fora do prazo, prevista no art. 87, I, b (LO-TCE/PR).

Documentos mínimos necessários em caso de exercício do contraditório:

a) Novo relatório que apresente conteúdo suficiente, tendo em vista o modelo anexo à Instrução Normativa nº 169/2021 - TCE/PR, que regulamenta a prestação de contas deste exercício de 2021;

b) Esclarecimentos adicionais, apresentados pelo Responsável pelo Controle Interno e pelo Gestor, face às questões apresentadas pela análise técnica indicadas nesta Instrução;

c) Outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS DO ANALISTA

Deixaram de ser encaminhados os atos de nomeação dos membros dos conselhos municipais de Saúde e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam às folhas 2 e 3 da peça processual nº 43.

DA ANÁLISE TÉCNICA

No contraditório anterior a restrição foi mantida com relação ao Parecer do Conselho Municipal de Saúde visto que foi encaminhada Ata de aprovação das contas de 2021, porém no documento só foi possível identificar a assinatura de 4 dos Conselheiros nomeados pelo ato de nomeação encaminhado. Além disso, a ata não atende ao modelo solicitado na Instrução Normativa nº 169/2021.

Nesta oportunidade, a entidade encaminha à peça nº 44 o Parecer do Conselho Municipal de Saúde nos moldes propostos, o qual está assinado pela maioria



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

dos membros nomeados pelo Decreto nº 91/2021 (peça nº 30), e apresenta conclusão pela aprovação das contas da gestão. Deste modo, a irregularidade pode ser afastada neste ponto.

Mantém-se o opinativo pela ressalva do item com relação ao Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB, visto que foi validado/assinado pelo atual conselho, conforme apontado na Instrução nº 2567/2023 – CGM – Contraditório (peça nº 37).

DA MULTA

Muito embora as justificativas e documentos apresentados pelo interessado não permitam sanar integralmente o apontamento, possibilitam justificar em parte a conduta do gestor, podendo, assim, o item ser convertido em ressalva e, considerando as disposições da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, igualmente, afastar a multa antes proposta em relação a este ponto.

CONCLUSÃO: RESSALVA

3 - RESULTADO DA ANÁLISE

De acordo com os motivos e conclusões antes explanados, entendemos que a entidade não apresentou justificativas ou medidas suficientes para afastar, em sua totalidade, os apontamentos contidos no exame da prestação de contas, sendo as seguintes as conclusões obtidas da análise do processo.

3.1 - DAS RESSALVAS E RESTRIÇÕES

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.	JOSÉ VITORINO PRÉSTES	192.972.709-72	Constituição Federal, arts. 31, 70 e 74, c/c arts. 4º a 7º, Capítulo III da LOTC (LCE nº 113/2005) - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, I, "b" e art. 87, IV, "g".	RESSALVA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

4 - PARECER CONCLUSIVO

Em face do exame procedido na presente prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PINHÃO**, relativa ao exercício financeiro de 2021 e à luz dos comentários supra expendidos, concluímos que as contas estão regulares, porém com as ressalvas acima descritas, conforme art. 16, II, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

Destaca-se, contudo, que estas conclusões não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por divergências nas informações de caráter declaratório, ressalvadas, ainda, as constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como auditorias ou denúncias.

É a Instrução.

CGM, 02 de agosto de 2023.

Ato emitido por CELIA REGINA PAES LANDIM DA SILVA MARQUES - Auditora de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 517461.

Ato revisado por RAFAEL AUGUSTO FONTANA - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 516740 / ROSANE DO ROCIO TOSATO ZINHER - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 510998 / JOSLEI GEQUELIN - Auditor de Controle Externo - Contábil - Matrícula nº 517313.

Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas, conforme art. 353 do Regimento Interno.

Encaminhado por LEVI RODRIGUES VAZ - Coordenador - Matrícula nº 516201.

Nota: O revisor deste ato poderá ser identificado através do ícone "Verificar assinaturas" do Trâmite Web.

PROTOCOLO Nº: 220313/22**ORIGEM: MUNICÍPIO DE PINHÃO****INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023), MUNICÍPIO DE PINHÃO, VALDECIR BIASEBETTI****ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL****PARECER: 677/23**

Prestação de Contas Anual. Pela emissão de Parecer Prévio pela regularidade com ressalva das contas.

Trata-se de prestação de contas anual do Município de Pinhão, referente ao exercício financeiro de 2021, de responsabilidade de José Vitorino Préstes.

Após análise do contraditório, por meio da Instrução nº 3387/23, a Coordenadoria de Gestão Municipal entendeu passível de conversão em ressalva o apontamento sobre *O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.*

Compulsando os autos, e mais, diante do certificado da unidade técnica, este Ministério Público de Contas nada tem a opor à proposta de emissão de Parecer Prévio pela regularidade com ressalva da presente prestação de contas.

É o parecer.

Assinatura Digital

MICHAEL RICHARD REINER

Procurador do Ministério Público de Contas

fvg



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 220313/22
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023), MUNICÍPIO DE PINHÃO, VALDECIR BIASEBETTI
RELATOR: CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 439/23 - Primeira Câmara

Prestação de Contas de Prefeito. Exercício de 2021. Regularidade com ressalva.

1 RELATÓRIO

As contas do **PREFEITO MUNICIPAL DE PINHÃO**, relativas ao exercício de 2021, foram encaminhadas por seu Prefeito Municipal, **JOSÉ VITORINO PRÉSTES**, dando cumprimento às disposições e determinações legais.

Recebidas, foram submetidas às análises da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

A **Coordenadoria de Gestão Municipal**, após análise dos documentos apresentados, emitiu a Instrução n. 3387/23 (peça 45), concluindo pela **regularidade** das contas, ressalvando, porém, o item sobre “O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal”.

Manteve-se a ressalva mesmo após o contraditório tendo em vista que, o atual conselho valida/assina o Parecer do Conselho Municipal do Fundeb responsabilizando-se pelo acompanhamento da gestão dos recursos efetuados no exercício anterior (2021).

O **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**, por meio do Parecer n. 677/23, após o exame relativo às disposições constitucionais e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

legais, recomenda o julgamento pela **regularidade** das contas com **ressalva**, corroborando com a conclusão da Unidade Técnica.

2 VOTO

Por todo o exposto, acompanhando a Coordenadoria de Gestão Municipal, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VOTO que esta Corte emita o PARECER PRÉVIO recomendando o julgamento das contas do PREFEITO MUNICIPAL DE PINHÃO, relativas ao exercício de 2021, de responsabilidade do Sr. JOSÉ VITORINO PRÉSTES, pela **regularidade com ressalva**, quanto ao item “O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal”.

Transitado em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os devidos registros e ao Gabinete da Presidência para disponibilização à Câmara Municipal para julgamento, autorizando-se o posterior encerramento do processo e o arquivamento dos autos.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro **MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**, por unanimidade, em:

I – Emitir, acompanhando a Coordenadoria de Gestão Municipal e o Ministério Público de Contas, PARECER PRÉVIO deste Tribunal recomendando o julgamento das contas do PREFEITO MUNICIPAL DE PINHÃO, relativas ao exercício de 2021, de responsabilidade do Sr. JOSÉ VITORINO PRÉSTES, pela **regularidade com ressalva**, quanto ao item “O



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal”;

II – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os devidos registros e ao Gabinete da Presidência para disponibilização à Câmara Municipal para julgamento;

III- encaminhar à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo e arquivamento dos autos.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 6 de setembro de 2023 – Sessão Virtual nº 15.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 220313/22
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES, MUNICÍPIO DE PINHÃO, VALDECIR BIASEBETTI

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão de Parecer Prévio nº 439/2023 – Primeira Câmara, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 3065, do dia 18/09/2023, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 19/09/2023

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete da 5ª Procuradoria de Contas

PROTOCOLO Nº: 220313/22

ORIGEM: MUNICÍPIO DE PINHÃO

INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023), MUNICÍPIO DE PINHÃO, VALDECIR BIASEBETTI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

ATO: 521/23

CIÊNCIA DE DECISÃO

Ciente da decisão proferida nos autos.

Curitiba, 19 de setembro de 2023.

Assinatura Digital

MICHAEL RICHARD REINER

Procurador do Ministério Público de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Primeira Câmara

PROCESSO Nº: 220313/22
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO: JOSÉ VITORINO PRÉSTES, VALDECIR BIASEBETTI, MUNICÍPIO DE PINHÃO
RELATOR: CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Nº 1399/23 - S1C
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO

Certifico que o Acórdão de Parecer Prévio nº 439/2023, da 1ª Câmara (peça nº 47), proferido no processo acima citado, foi disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 3065, do dia 18/09/2023, e transitou em julgado em 20/10/2023.¹⁻²

1ª SECAM, em 20 de outubro de 2023.

Marcelo Arruda de Melo
Analista de Câmara
matrícula nº 50.935-3

¹ Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

Art. 386. Os prazos serão contados, conforme o caso:

§ 3º Para os fins do disposto no inciso II, do *caput*, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas; (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)

²: Conforme Portaria 887/23 DETC 3072 O Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Resolve: Art. 1º Em razão da instabilidade detectada na infraestrutura tecnológica deste Tribunal, suspender os prazos processuais e o peticionamento geral no período entre 25 a 29 de setembro de 2023, inclusive, excetuada a tramitação prevista em ato normativo específico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenadoria de Monitoramento e Execuções

INFORMAÇÃO Nº : 4416/23
PROCESSO Nº : 220313/22
ORIGEM : MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO : JOSÉ VITORINO PRÉSTES, VALDECIR BIASEBETTI,
MUNICÍPIO DE PINHÃO
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Em atendimento à decisão contida no Acórdão de Parecer Prévio nº 439/23 – S1C (peça 47), e ao contido no art. 175-L, I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, efetuamos os seguintes registros:

RESSALVA:

Entidade	Descrição
MUNICÍPIO DE PINHÃO	O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.

Nos termos do art. 383, II, e 388 do Regimento Interno desta Casa, a ciência dos registros acima ocorreu quando da publicação da decisão no periódico Diário Eletrônico do Tribunal de Contas – DETC-PR nº 3065 do dia 18/09/2023.

Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência para oficial e disponibilizar cópia integral do processo à Câmara Municipal para julgamento nos termos do art. 217-A do Regimento Interno.

Após, solicitamos encaminhar à Diretoria de Protocolo nos termos do art. 168, VII, do Regimento Interno.

É a informação.

CMEX, 23 de outubro de 2023.

-assinaturas digitais-

Ato elaborado por: LINCOLN JOSÉ DOS SANTOS
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

De acordo: LEANDRO SUDRÉ
Coordenador de Monitoramento e Execuções



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n.º 1093/23-OPD-GP

Curitiba, 24 de outubro de 2023.

Ref.: Acórdão de Parecer Prévio

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 18, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado do Paraná¹, comunico a Vossa Excelência a emissão do parecer prévio proferido por este Tribunal nas contas do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE PINHÃO, exercício financeiro de 2021, conforme dados abaixo:

1. Processo n.º 220313/22 - Prestação de Contas do Prefeito Municipal
2. Acórdão de Parecer Prévio n.º 439/23 - Primeira Câmara
3. Disponibilização no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas n.º 3065, de 18/09/2023
4. Data do trânsito em julgado do Acórdão - 20/10/2023

Com a adoção do processo eletrônico por este Tribunal, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 126/2009 e do Regimento Interno, o processo digital estará disponível pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da emissão deste ofício, no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
3. Selecionar a opção Cópia de Autos Digitais
4. Indicar o número do processo 220313/22
5. Indicar o número do Cadastro CPF/CNPJ
6. Clicar em Exibir cópia

Por fim, solicitamos que após o julgamento, seja encaminhado o DECRETO LEGISLATIVO e sua publicação ao Tribunal de Contas no seguinte caminho:

1. www.tce.pr.gov.br
2. Clicar no ícone e-Contas PR
3. Clicar em Petição Intermediária
4. Indicar o número do processo 220313/22
5. Clicar em Manifestação de terceiros
6. Clicar em Carregar novo Documento
7. Clicar em Finalizar Petição

Atenciosamente,

- assinatura digital -

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Presidente

Excelentíssimo Senhor
LUIZ HAMILTON KITCKY
Presidente da Câmara Municipal de PINHÃO
Avenida Hipolito Aires de Arruda, 28 Sede Cx Postal 15
PINHÃO-PR
85170-000

¹ “Art. 18. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, competindo-lhe, no que couber, o disposto no art. 75 desta Constituição.

§ 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal.”



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

PROCESSO N ° : 220313/22
ORIGEM : MUNICÍPIO DE PINHÃO
INTERESSADO : JOSÉ VITORINO PRÉSTES (FALECIDO(A) EM 2023),
MUNICÍPIO DE PINHÃO, VALDECIR BIASEBETTI
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
INFORMAÇÃO : 7471/23

Informo que procedi a liberação de cópia no sistema referente ao
Ofício nº. 1093/23 - OPD/GP no CNPJ nº. 77.774.651/0001-63.

DP, em 30 de outubro de 2023.

CRISTIANO DE MEDEIROS ALVES PEREIRA
Técnico de Controle
50.403-3
DP